

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

***A Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico
na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no
Brasil**

José Bento Cardoso Vidal Neto

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Filologia e Língua
Portuguesa do Departamento de Letras
Clássicas e Vernáculas da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Profa. Dra. Marli Quadros Leite

São Paulo
2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

José Bento Cardoso Vidal Neto

A Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

A Susana e Roland (in memoriam), Cristina (in memoriam) e Juliana: amores da minha vida, dedico aquilo que há de melhor neste trabalho.

AGRADECIMENTOS

*Hay, recuerdos que no voy a borrar
Personas que no voy a olvidar
[...]*

Fito Páez, *Brillante sobre el mic*

Preciso registrar, inicialmente, dois agradecimentos especiais a duas pessoas fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que sem elas, certamente não teria concluído esta empreitada: minha orientadora, Marli Quadros Leite e minha esposa, Juliana Pires Cardoso Vidal.

Conheci a professora Marli no ano de 2002 – quando de meu primeiro semestre no curso de Letras da USP – e, desde então, mantivemos constante contato, para mim sempre repletos de aprendizagem. Lembro-me de que suas explicações e seus textos acerca da *linguagem* sempre me agradaram e muito me instigaram.

Quanto à convivência, preciso agradecer e destacar o fato de que a professora Marli sabe conciliar muito bem duas importantes qualidades, que a meu ver, são fundamentais em um bom orientador: cobrança e compreensão.

Destaco a enorme gratidão que nutro por ela, tanto pelos inúmeros ensinamentos, conselhos e broncas - por que não - que sempre em mim ecoaram e continuam ecoando, assim ajudando de forma significativa meus caminhos pela vida acadêmica. Também, no campo pessoal, nunca esquecerei o apoio e a força que dela recebi quando do falecimento de minha mãe, fato doloroso ocorrido ao longo da redação deste trabalho.

Em relação a minha amada esposa, certamente não conseguirei dimensionar neste texto o quanto lhe sou grato e também o quanto a presente Dissertação tem de sua colaboração. Companheira que conheci no primeiro ano de Letras/USP, foi e é, além de esposa exemplar, animada interlocutora deste trabalho e de tantas outras questões “das

Letras”, acompanhando este projeto de estudo desde as primeiras linhas. Também pelo seu apoio incondicional, quando da perda de minha mãe, consegui reerguer-me para terminar esta empreitada. Ju, a você, todo o meu amor e gratidão!

Registro também especial agradecimento às professoras Maria Clara Paixão de Sousa e Maria Inês Batista Campos, presentes em minha qualificação, que contribuíram fortemente para os rumos deste trabalho. Suas argüições precisas e cuidadosas muito me ajudaram.

Agradeço também aos meus professores das disciplinas de Pós-Graduação, cursadas no âmbito do Programa de Filologia e Língua Portuguesa, da FFLCH/USP. São eles os (as) Prof(a)s. Dr(a)s. Mário Eduardo Viaro, Beatriz Daruj Gil, Osvaldo Humberto Leonardi Ceschin, Jacqueline Léon, Maria Clara Paixão de Sousa e, também, minha orientadora, Marli Quadros Leite. A eles o meu mais sincero agradecimento pelos preciosos ensinamentos, pela diversidade de assuntos e de teorias que cada um deles me ensinou, cada qual adstrito em sua especialidade, variedade e competência que acabaram por proporcionar à minha formação acadêmica um crescimento do qual serei sempre grato.

Ao Pasta, professor e amigo, que, desde a Graduação, me ensinou e continua me ensinando muita coisa. Agradeço o apoio que ele sempre me deu, pelas conversas sempre divertidas e enriquecedoras e também pela atenção que devotou a mim.

Ao professor Reginaldo Pinto de Carvalho, pelo apoio e pelas conversas lingüísticas sempre interessantes e enriquecedoras.

À secretária da Pós-Graduação da FFLCH, Regina Sant’Anna pela sua eficiência e pela forma atenciosa e carinhosa que me tratou, em especial, no processo de trancamento de matrícula quando do agravamento de saúde de minha mãe. A ela, o meu mais sincero obrigado!

À funcionária do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Dayane Esteves, pela forma eficiente e gentil que sempre me tratou quando da necessidade de solucionar problemas burocráticos

Aos meus amigos da Pós: Jahilda, Patrícia, Iara e Jorge, colegas que acompanharam este trabalho desde seu início e me apoiaram em sua retomada. A eles, a minha mais sincera gratidão!

Ao amigo Alexandre Marcelo Bueno, pelos longos papos lingüísticos, futebolísticos e também pelas agradáveis conversas “jogadas fora”.

Agradeço também a todos os professores que tive ao longo de minha graduação em Letras, na USP, pela seriedade com que ministraram seus cursos e pela influência que tiveram – cada qual de uma forma distinta – em minha formação acadêmica.

Fora do ambiente da Universidade, é necessário agradecer a contribuição de muitas pessoas queridas:

Inicialmente, agradeço à minha amada mãe (*in memoriam*) por ter sido uma mãe maravilhosa! A ela tudo devo...

Aos meus amados avós maternos, Susana (*in memoriam*) e Roland (*in memoriam*), também a quem tudo devo, sublinho a minha mais profunda gratidão...

Ao meu querido tio Quito, presença constante em minha vida. Ele sempre foi, para mim, um “super-tio”! Agradeço por tudo o que fez por mim e também por tudo que me ensinou.

À minha tia Alba, pelo apoio e pelo carinho, o meu agradecimento por todos “nós”...

Agradeço aos meus sogros, Ivone e João, que, por morarem em Piracicaba, muitas vezes se privaram da companhia da Juliana e minha, principalmente, pelo meu envolvimento com os afazeres do Mestrado. Agradeço pelo apoio e pelo incentivo dado por eles e, também, pela sempre carinhosa recepção quando por ali permanecemos.

Ao Fábio, meu cunhado, *expert* em informática, de quem recebi ajuda constante nas questões tecnológicas e, também, um providencial socorro, quando a dois meses da conclusão desta Dissertação meus dois computadores resolveram “pifar”.

À minha cunhada Graça, também colega “das Letras”, pela ajuda no *abstract*.

Às amigas Dirce e Cecília, pela competência, amizade e apoio.

E, finalmente, registro meu agradecimento a todos os alunos que tive ao longo destes 16 anos de profissão, que me mostraram, cada qual de uma forma diferente, que, apesar das dificuldades, ser professor ainda vale muito a pena!

Quero, por fim, destacar que, a despeito da ajuda de todas as pessoas aqui mencionadas, os erros e as incompletudes desta Dissertação correm por minha total e exclusiva culpa.

“Pretendeu JÚLIO RIBEIRO romper com a rotina velha. Em 1879 publicou *Questões Gramaticais* e em 1880 nos deu *Traços Gerais de Lingüística* – trabalhos de ensaio, como a treinar-se para a obra revolucionária de 1881 – *Gramática Portuguesa*. [...] Logo tomaram partido, uns a favor, outros contra, como sempre sucede com os homens que mudam rotinas”.

A. J. Figueiredo

“Bem como as especies organicas que povoam o mundo, as linguas verdadeiros organismos sociologicos, estão sujeitas á grande lei da *luta pela vida*, á *lei da selecção*. E é para notar que a evolução linguistica effectua-se em prazo muito menor do que o da evolução das espécies”.

Júlio Ribeiro

RESUMO

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. **A *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil.** 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

A *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, publicada em 1881, foi o primeiro compêndio que se ocupou em *gramatizar* a variante brasileira do Português. Além disso, como apontou Leite (2005a), Ribeiro foi o primeiro gramático a registrar marcas da *hiperlíngua* brasileira. Esta Dissertação visou a discutir e compreender as condições que possibilitaram a Ribeiro estes pioneirismos, principalmente em relação aos registros do Português do Brasil. Para realizar tal tarefa, estudamos o corte epistemológico realizado pelo autor em nossa gramaticografia, uma vez que Ribeiro negou os principais valores do *Racionalismo* e vinculou-se ao *Naturalismo*. Esta mudança teórica - a despeito da manutenção da influência do modelo *Prescritivista* - alterou a forma pela qual a *gramática tradicional* deveria descrever a *língua* e foi, com efeito, relevante para que se incluíssem, pela primeira vez em uma gramática, marcas de nossa variante lingüística. Para realizar este estudo, nos atrelamos teórico-metodologicamente aos conceitos de Aurox (1992;1998a), especificamente, no que tange ao processo de *gramatização* e à *hiperlíngua* e também no que diz respeito à significativa importância exercida pelos *instrumentos lingüísticos*. O *corpus* foi a própria *Grammatica*, de Ribeiro. O presente trabalho também se enquadra no campo teórico da Historiografia Lingüística, uma vez que visamos a descrever e analisar o tratamento dado por Ribeiro para a questão do Português do Brasil. Por assim procedermos, também contribuímos para os estudos relativos aos modelos epistemológicos pelos quais passou nossa gramaticografia.

Palavras-chave: Gramática portuguesa, Historiografia Lingüística, *Hiperlíngua* brasileira, Português do Brasil, Júlio Ribeiro.

ABSTRACT

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. *The Portuguese Grammar, by Júlio Ribeiro: an epistemological gash in the Brazilian grammaticography and the matter of the Portuguese language in Brazil*. 2010. 141 f. Dissertation (Master's Degree – MA) – College of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2010.

The *Portuguese Grammar*, by Júlio Ribeiro, published in 1881, was the first textbook with the aim of grammatising a Brazilian variant of Portuguese. Moreover, as Leite pointed (2005a), Ribeiro was the first grammarian to register impressions of the Brazilian *hyperlanguage*. This Dissertation aimed to discuss and comprehend the conditions which made Ribeiro do these pioneerisms, mainly in relation to the Brazilian Portuguese registers. To achieve this task, we studied the epistemological gash made by the author, in our grammaticography, once Ribeiro denied the main values of Rationalism and connected himself with Naturalism. This theoretical change – regardless the maintenance of the influence of the *Prescriptivist* model, altered the way in which the traditional grammar should describe the *language* and it was, with effect, relevant to an inclusion, by the first time in a grammar, of marks of our linguistic variant. To accomplish this study, we theoretic-methodologically linked ourselves to the concepts of Auroux (1992; 1998a), especially concerned to the process of *grammatisation* and to *hyperlanguage*, and also in relation to the significant importance exerted by the *linguistic tools*. The *corpus* was the *Grammar* itself, by Ribeiro. The present work also suits the theoretic field of linguistic historiography, since our purpose is to describe and analyse the treatment given by Ribeiro to the issue of the Brazilian Portuguese. Through this approach, we also contributed to the studies relative to the epistemological models, over which our grammaticography has passed.

Key-words: Portuguese Grammar, Linguistic Historiography, Brazilian *Hyperlanguage*, Brazilian Portuguese, Júlio Ribeiro.

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Fortuna crítica acerca dos estudos de Júlio Ribeiro	18
3. A <i>Gramática Filosófica</i> e o corte epistemológico promovido por Júlio Ribeiro na gramaticografia brasileira	47
3.1. Júlio Ribeiro e a mudança do conceito de <i>cientificidade</i> na gramaticografia brasileira.....	48
3.2. <i>Racionalismo</i> e gramática: o conceito de <i>língua</i> na <i>Gramática Filosófica</i>	54
3.3. A importância das críticas de Júlio Ribeiro à <i>metafísica</i> na formação de seu pensamento lingüístico-gramatical.....	65
4. A questão da língua portuguesa do Brasil na <i>Grammatica portugueza</i>, de Júlio Ribeiro	80
4.1. A transição do <i>Racionalismo</i> para o <i>Naturalismo</i> na gramaticografia brasileira.....	82
4.1.1. A influência do <i>Darwinismo</i> para o conceito de <i>evolução linguística</i> em Júlio Ribeiro.....	89
4.2. A <i>evolução linguística</i> e o processo de <i>gramatização</i> do Português do Brasil na <i>Grammatica portugueza</i> , de Júlio Ribeiro.....	104
4.2.1. <i>Hiperlíngua</i> brasileira e os registros do Português do Brasil.....	108
5. Considerações finais	124
Referências bibliográficas	129
Anexos	137

1. Introdução

O presente trabalho visa a contribuir com os estudos acerca do Português do Brasil. Como nos informa Pinto (1978), é somente no fim do primeiro quartel do século XIX que tais estudos começaram a ser realizados, embora, ainda com muita timidez e não configurando especificamente um problema lingüístico. A autora também nos informa que o mais antigo texto em que as especificidades lingüísticas do Brasil são mencionadas é de autoria do Visconde de Pedra Branca e faz parte da *Introdução ao Atlas etnográfico do globo*, de Adrien Balbi (aliás, foi este autor que, ao organizar seu *Atlas*, atribuiu o título “Brasileirismos” ao texto de Pedra Branca). Embora tenha importância histórica e simbólica, uma vez que foi o primeiro discurso metalingüístico sobre as diferenças do Português do Brasil e o Português de Portugal, tal texto não teve repercussão nacional. Isso pode ser explicado, talvez, pelo fato de o texto ter sido escrito em Francês ou por estar em uma obra de circulação mais restrita, como é o caso de um *atlas etnográfico*.

Este cenário começa a se alterar em 1847 com o prólogo que Varnhagen escreve para a publicação do seu *Florilégio da poesia brasileira*. A este respeito, nos informa Pinto (1978, p. XVI, grifo da autora): “É somente nos meados do século XIX, com *Varnhagen*, que a língua do Brasil assume contornos de problema de interesse nacional e, concomitantemente, passa a constituir objeto de cogitação, para registro de uma realidade já consistente e documentável”. O deslocamento da discussão para o campo da literatura fez crescer o debate e a visibilidade desta questão, abrindo, assim, o caminho para que autores românticos como Gonçalves Dias e José de Alencar discutissem este assunto e reforçassem o valor do *registro brasileiro da língua portuguesa*.

Com efeito, é justamente a partir do tema que suscitou esta discussão, ou seja, os aspectos referentes à *realidade lingüística brasileira*, que propusemos esta Dissertação. Há de

se destacar, no entanto, que nossos estudos estão circunscritos em um campo bem específico: a *gramática tradicional*.

Ao relacionarmos o Português do Brasil e *gramática*, forçosamente, fomos levados à *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, uma vez que este compêndio foi o primeiro a registrar marcas relativas à *variante brasileira* do Português.

Para realizar tal estudo, nos atrelamos teórico-metodologicamente aos conceitos de Aurox (1992;1998a), especificamente, no que tange ao processo de *gramatização* e à *hiperlíngua* e também no que diz respeito à significativa importância exercida pelos *instrumentos lingüísticos*.

Quanto ao nosso *corpus* - a já mencionada *Grammatica*¹, de Ribeiro - é preciso dizer que ela foi, efetivamente, a primeira *gramática* que se ocupou em *gramatizar* o Português do Brasil, quando de sua publicação em 1881.

Este conceito é, pois, descrito por Aurox (1992, p. 65, grifos do autor) da seguinte forma: “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentalizar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Com efeito, há ainda de se salientar a configuração de uma importante relação entre estes *compêndios metalingüísticos* e os *usuários* das línguas, motivo pelo qual Aurox (1992) os denominou *instrumentos lingüísticos*. Novamente, recorreremos a Aurox (1992, p. 69-70, grifos do autor) para justificar o estabelecimento desta terminologia. Vejamos:

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento lingüístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. [...]
Isto significa que o aparecimento dos instrumentos lingüísticos não deixa intactas as práticas lingüísticas humanas.

¹ Quanto às transcrições dos textos ao longo desta Dissertação, notadamente os do século XIX, destacamos que foram mantidas as ortografias vigentes à época. Alterações foram feitas apenas quando julgamos constituírem erros tipográficos evidentes, no mais, respeitamos a reprodução fiel do texto original.

Como já apontamos, Ribeiro foi o primeiro autor responsável por *gramatizar* o Português do Brasil e tal primazia nos remete à afirmação feita por Leite (2005a) quanto ao pioneirismo deste gramático em registrar a *hiperlíngua* brasileira.

Devemos lembrar que Auroux (1994, p. 243) configura a *hiperlíngua* como: “[a] realidade última [da língua] que engloba e situa toda realização lingüística e limita concretamente toda inovação”.

Assim considerada, quando fazemos referência à *hiperlíngua* brasileira englobamos os diferentes *registros* lingüísticos produzidos por toda a heterogeneidade de seus usuários. Ou seja, ela é formada tanto pelos referenciais estabelecidos pela *norma culta* do Português, notadamente pelos valores da *norma lusitana*, quanto pelas estruturas de transgressão a esta. Com efeito, neste amplo universo de realizações lingüísticas que é a *hiperlíngua* brasileira, também devemos salientar a presença, em seu bojo, dos aspectos de *variação lingüística* do Português do Brasil.

No que tange ao presente trabalho - quanto aos traços de *hiperlíngua* brasileira presentes na *Grammatica*, de Ribeiro - devotaremos nossa atenção especificamente para os registros das diferenças entre o Português de Portugal e do Brasil, bem como para os comentários feitos pelo autor quanto à *variação* interna no Português do Brasil.

Devemos ainda dizer, que a proposição do presente trabalho foi estabelecida no sentido de ampliar e melhor compreender os pontos discutidos, em artigo, por Leite (2005a), relativamente às condições e aos elementos que levaram Ribeiro a fazer as distinções acima apontadas.

Neste artigo, encontramos dois pontos asseverados por Leite (2005a, p. 104-105, grifos nossos) e que foram, com efeito, motivadores para que estabelecêssemos uma investigação específica quanto aos seus estatutos. Vejamos:

Efetivamente, o que nos interessa [em Júlio Ribeiro] é ter sido o autor um verdadeiro *renovador* da *norma gramatical portuguesa*, sob dois pontos de

vista: o primeiro, do trabalho sobre algumas marcas da língua realmente praticada no Brasil e, depois, da renovação da teoria gramatical.

Quanto ao processo acima destacado pela autora, é necessário dizer a forma pela qual a presente Dissertação se ocupou em desenvolvê-lo, assim delimitando, nossa hipótese interpretativa. Com efeito, julgamos que *a renovação da teoria gramatical* foi a responsável direta pela presença, na *Grammatica*, de *algumas marcas da língua realmente praticada no Brasil*. Ou seja, julgamos que a consideração da *hiperlíngua* brasileira, por parte de Ribeiro, se deu em função de um movimento anterior de quebra e renovação das teorias que embasavam a maioria dos gramáticos da época, notadamente, os valores *racionalistas* da *Gramática Filosófica*.

Devemos lembrar que o modelo gramatical *racionalista* – que vigorava em solo nacional até final do século XIX - não se ocupou em registrar em compêndio as marcas do português do Brasil, mesmo que *empiricamente* as evidências lingüísticas já apontassem para a presença de *variações* em relação ao Português de Portugal, com efeito, acumuladas ao longo de quatro séculos. Ou seja, nenhuma *gramática filosófica do português*, mesmo as escritas por gramáticos brasileiros e aqui editadas, se ocupou em *gramatizar* o português do Brasil.

Ainda em relação à propositura desta Dissertação e da forma como a estruturamos, devemos dizer que após a leitura do artigo de Leite (2005a), bem como da análise da *Grammatica*, de Ribeiro, sentimos a necessidade de estabelecer um movimento retrospectivo para compreender o que fundamentou ou mesmo possibilitou a realização dos aspectos levados a cabo por Ribeiro, notadamente em relação aos registros pioneiros do Português do Brasil em uma *gramática tradicional*.

Dito de outra forma, nosso trabalho foi concebido e organizado além da análise exclusiva dos aspectos lingüísticos sobre a *variante brasileira* do Português registrados por

Ribeiro em sua *Grammatica*. Fundamentalmente, visamos a entender o processo anterior ao registro gramatical, buscando, desta forma, reconstruir o percurso teórico-metodológico que levou Ribeiro a este pioneirismo.

Para tal tarefa, dividimos esta Dissertação em quatro capítulos, sendo que a *Introdução* constitui o primeiro.

No segundo capítulo, fizemos uma fortuna crítica a respeito dos estudos sobre Júlio Ribeiro, para cumprir, assim, a tarefa de contextualizá-lo no cenário gramático-filológico brasileiro. Neste capítulo, analisamos os comentários quanto à obra de Ribeiro que julgamos ser mais relevantes e os dividimos em três grupos, a saber: *gramáticos, autores de periodizações e lingüistas/ teóricos da linguagem*. Estão, no primeiro grupo, Maximino Maciel (1931), Eduardo Carlos Pereira (1957) e Silveira Bueno (1956). Quanto às periodizações, usamos os textos de Antenor Nascentes (2003 [1939]), Silvio Elia (1976) e de Ricardo Cavaliere (2002). Finalmente, em relação ao terceiro grupo, falamos de Mário Casassanta (1946), além do já referido artigo de Marli Quadros Leite (2005a).

No terceiro capítulo, estudamos o corte epistemológico promovido por Ribeiro na gramaticografia brasileira. Para compreender este processo, discorreremos sobre a importância das críticas aos principais valores lingüísticos da *Gramática Filosófica* foram importantes para que Ribeiro se vinculasse a um outro modelo científico: o *Naturalismo*. É, justamente, baseado em tal doutrina que Ribeiro constrói sua principal tese que é, efetivamente, a de olhar para a língua como um *organismo* vivo, tendo, portanto, seu ciclo de vida definido pelo nascimento, crescimento, desenvolvimento e morte. Neste sentido, demonstramos que o modelo racionalista serviu como um *antimodelo* para o pensamento naturalista de Ribeiro.

No quarto e último capítulo, examinamos mais detidamente o desenvolvimento e as implicações desta tese *organicista* de Ribeiro em sua *Grammatica*. Mais especificamente ainda, vimos que o autor, no bojo das teorias naturalistas, liga-se ao *Evolucionismo-*

darwinista, declarando a partir da leitura que fez destas teorias, seu conceito de *evolução linguística*. Finalmente, estabelecemos a relação entre esta *evolução* e os registros gramaticais sobre o Português do Brasil, feitas no âmbito da *hiperlíngua* brasileira, em sua *Grammatica*.

Cumprido, por fim, dizer que o enquadramento teórico desta Dissertação faz-se no âmbito da Historiografia Lingüística, uma vez que visamos a descrever e analisar o tratamento dado por Ribeiro para a questão do Português do Brasil. Por assim procedermos, também contribuimos para os estudos relativos aos modelos epistemológicos pelos quais passou nossa gramaticografia.

2. Fortuna crítica acerca dos estudos de Júlio Ribeiro

Antes de realizarmos análises e observações a respeito da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, consideramos ser necessário contextualizar nosso trabalho no âmbito dos estudos que outros pesquisadores já realizaram. A importância e as particularidades de Ribeiro são tamanhas, que, desde sua época até os tempos atuais, o autor é motivo de interesse, seja para criticá-lo, seja para elogiá-lo.

Especificamente, já que nosso objetivo é analisar aspectos da *hiperlíngua* brasileira apontados na *Grammatica*, por Ribeiro, devemos, então, fazer referência ao primeiro trabalho que relaciona tal conceito à *Grammatica*, ou seja, o artigo de Leite (2005a). Com efeito, muitos já haviam destacado o caráter renovador de Ribeiro, mas Leite (2005a) foi a primeira a estudá-lo no âmbito da teoria proposta por Aroux (1998a). A respeito de Ribeiro e de sua *Grammatica*, Leite (2005a, p.104, grifos da autora) faz o seguinte comentário: “Júlio Ribeiro é um gramático importante no cenário dos estudos lingüísticos brasileiros, por ter sido o primeiro a considerar a *hiperlíngua* brasileira no corpo da gramática, ainda que sob a forma de notas, de observações restritivas do tipo: *uso familiar, vulgar, rural e outros*”.

Além de ser o primeiro gramático a registrar marcas da *hiperlíngua* brasileira, Ribeiro realiza uma outra contribuição para a gramática nacional: rompe doutrinariamente com os principais valores da *Gramática Filosófica* e institui um modelo de análise lingüística apoiado na *Gramática Histórico-Comparada*, promovendo assim um importante *corte epistemológico*. Ainda falando da importância de Ribeiro no cenário nacional, Leite (2005a, p.104-105, grifos nossos) destaca que:

Efetivamente, o que nos interessa [em Júlio Ribeiro] é ter sido o autor um verdadeiro *renovador da norma gramatical portuguesa, sob dois pontos de vista: o primeiro, do trabalho sobre algumas marcas da língua realmente praticada no Brasil* e, depois, da *renovação da teoria gramatical*. De um lado o autor introduziu no texto gramatical observações sobre o uso da língua portuguesa; de outro, renovou a abordagem da teoria gramatical, segundo os princípios comparatistas (Friedrich Diez, 1836), historicistas e naturalistas, aproveitando-se das idéias de alguns filólogos americanos (William D. Whitney,

Essentials of english grammar, 1877, de quem seguiu a definição de gramática) e europeus (M. Bréal, *Mélanges de mythologie et de linguistique*, 1883). Sobre essa questão, compreendeu que a gramática não fazia suas regras, mas se limitava a apresentar, de modo organizado, os fatos de língua. Além disso, introduziu uma outra inovação em sua doutrina, a divisão da gramática em lexicologia e sintaxe, também emprestada de autores estrangeiros.

Na verdade, torna-se importante salientar estes dois pontos de renovação em Ribeiro indicados pela autora, pois mostraremos, em nosso trabalho, como o segundo ponto - *a renovação da teoria gramatical* - foi o responsável direto pela presença em sua gramática do primeiro ponto - *algumas marcas da língua realmente praticada no Brasil*. Ou seja, o que faremos é mostrar que a consideração da *hiperlíngua* brasileira, por parte de Ribeiro, só se deu em função de um movimento anterior de quebra e renovação das teorias que embasavam a maioria dos gramáticos da época, notadamente, os valores principais da *Gramática Filosófica*.

Ribeiro mostra ter consciência deste seu papel renovador e é, justamente por isso, que sente a necessidade de posicionar-se claramente quanto ao que pensa em matéria de doutrina gramatical. Desta forma, Ribeiro (1881, p.291, grifos nossos) termina a 1ª edição² de sua *Grammatica*, assinada em 27 de agosto de 1881, da seguinte maneira:

Explique e entenda um e outro facto, e todos os da lingua, quem tiver estudado philologia e linguistica. Subtilezas só engendram confusão: em *metaphysica* cada qual discreteia a seu modo, e ha sempre tantas sentenças quantas são as cabeças. As irregularidades, os idiotismos, os dizeres intimos de uma lingua só pelo estudo historico comparativo podem ser postos em luz, *explicados, solvidos*.

Ainda sobre a mesma questão, em 30 de dezembro de 1884, ao escrever o prefácio da 2ª edição da *Grammatica*, Ribeiro (1914, p.I, grifos nossos) afirma que:

As antigas grammaticas portuguezas eram mais *dissertações de methaphysica* do que *exposições dos usos da lingua*. Para afastar-me da trilha batida, para expor com clareza as leis deduzidas dos factos e do fallar vernaculo, não me poupei a trabalhos. *Creio ter ferido o meu alvo*.

² O trecho em questão é mantido nas demais edições, porém não mais como epílogo.

Assim, ficam delimitados, no discurso de Ribeiro, os modelos gramaticais que à época estavam presentes: a *Gramática Filosófica*, a que Ribeiro sempre se refere como *metafísica* e a *Gramática Histórico-Comparada*, modelo até então não utilizado no Brasil, porém criado e já desenvolvido na Europa, de onde Ribeiro o importa. Como se pode notar nos trechos acima destacados, há intenção clara de Ribeiro em romper com os principais valores da *Gramática Filosófica*, já que para ele tal método não possibilitava um real conhecimento das línguas, e de instituir no nosso país o método de estudo lingüístico histórico-comparado. Quanto ao alcance de seu ato, Ribeiro, ao dizer “*creio ter ferido o meu alvo*”, parece não deixar dúvidas que cumpriu sua missão.

Sem abordar a obra pelo viés da *hiperlíngua*, mas também destacando a importância que a *Grammatica*, de Ribeiro, tem no cenário da gramática brasileira, vários outros estudiosos também se pronunciaram. Para melhor analisar tais referências, dividimos este universo em três grupos, a saber: gramáticos, autores de periodizações da gramaticografia brasileira e lingüistas/teóricos da linguagem.

Do primeiro grupo, veremos os comentários de Maximino Maciel (1931), de Eduardo Carlos Pereira (1957) e de Silveira Bueno (1956)³. Do segundo grupo, falaremos das periodizações de Nascentes (2003 [1939]), Elia (1976), Cavaliere (2002) e Guimarães (2004)⁴. Em relação ao terceiro grupo – os lingüistas/teóricos da linguagem – analisaremos a posição de Casassanta (1946). Certamente que o trabalho de Leite (2005a) se encaixa no terceiro grupo, mas, pela razão já elencada, mereceu destaque prévio.

Maximino Maciel foi um gramático que viveu na transição do século XIX para o XX e, da mesma forma que Ribeiro, tem sua produção gramatical ligada às novas teorias, aos novos métodos de análise praticados na Europa, métodos estes contrários essencialmente à

³ As primeiras edições das três gramáticas citadas são, respectivamente, de 1887, 1907 e 1944.

⁴ Como salienta Guimarães (2004), a periodização por ele desenvolvida já havia sido apresentada em 1994. O cotejo dos dois textos, no entanto, nos mostra que o último texto foi refundido relativamente ao de 1994. Por ser a última versão e considerando que as mudanças efetuadas são pequenos ajustes, optamos por utilizar, em nossas análises, apenas o texto de 2004.

Gramática Filosófica. Podemos ter uma noção de suas intenções teóricas e programáticas ao verificar o subtítulo que Maciel atribui à sua *Grammatica descriptiva*: “baseada nas doutrinas modernas”, publicada em 1894⁵.

A justificativa para falarmos de Maciel neste momento, é o fato de o autor incluir, no final de sua *Grammatica*, um apêndice intitulado “Breve retrospecto sobre o ensino da Lingua Portugueza”. Como o próprio nome já indica, o texto tem caráter historiográfico e faz menção ao trabalho de Ribeiro. Como já mencionamos, Maciel avoca para si o mérito de ser um gramático ligado ao *novo*, ao *moderno* em termos doutrinários e, coincidência ou não, é exatamente sobre o manejo dos novos teóricos estrangeiros que repousa a principal crítica que Maciel devota à *Grammatica*, de Ribeiro. Vejamos então o referido trecho de Maciel (1931, p.500, grifos do autor):

Mais ou menos por esta época apparecera a *Grammatica*, de Julio Ribeiro, baseada nos trabalhos dos philologos allemães, inglezes e francezes. Tão de perto se lhes abeirava, porém, que se diria antes uma adaptação á lingua vernacula do que um trabalho onde transluzissem, com a individualidade do autor, os seus processos, os seus methodos, enfim norteação propria, oriunda de um trabalho de assimilação. Até pontos havia em que o Sr. Julio Ribeiro se adscrevia a transverter, quase *ipsis verbis*, para o vernaculo, as novas doutrinas dos autores estrangeiros, de Guardia, de Mason, de Bergmann. Além disso, resumbrava-lhe do estylo certo grão de frouxidão e obscuridade; do methodo, certa desorientação: e, quanto á syntaxe, ao envez de exemplos hauridos aos monumentos literarios, dava-lh’os elle proprio, quasi sempre.

A despeito desta crítica, Maciel (1931, p.500, grifos nossos) reconhece a importância e o caráter precursor do trabalho de Ribeiro e continua:

O que se nos afigura é que se apressurou o Sr. Julio Ribeiro a *de chofre quebrar rotina*, fosse como fosse, embora ainda não houvesse assimilado o quanto lera nos philologos estrangeiros. Entretanto, remanesce-lhe decerto o merito de haver sido *o primeiro a trasladar para compendio didactico a nova orientação*, evertendo os alicerces da rotina e servindo de norma para algumas *Grammaticas* que se publicaram em S. Paulo.

⁵ Em 1887, é publicada a 1ª edição desta gramática sob o nome de *Grammatica analytica*. Maciel, em 1894, lança a 2ª edição, que vem a lume reformulada e com novo título: *Grammatica descriptiva*. O subtítulo “baseada nas doutrinas modernas”, porém, já estava presente desde a 1ª edição.

Quanto às observações de Maciel e a despeito do tom pouco elogioso, julgamos ser mais importante o reconhecimento das inovações presentes em Ribeiro do que a acusação do manejo ainda inábil das teorias estrangeiras. Nossa afirmação baseia-se na concepção de que seja natural que todos os que se aventurem em romper paradigmas, muitos dos quais longamente estruturados, encontrem dificuldades iniciais e fases de adaptação, já que por serem pioneiros não contam com auxílio de seus pares. Movimentos dessa ordem são facilmente encontrados ao verificarmos que freqüentemente os autores de gramáticas reformulam, muitas vezes profundamente, seus trabalhos da primeira para as demais edições. Uma análise dos prólogos de segundas, terceiras, quartas ou demais edições provam tais reelaborações. Com os autores em análise ocorreu exatamente este fato: no caso de Maciel, a reformulação e a rejeição à 1ª edição foram tão grandes que fizeram com que o autor mudasse até o título da obra, de *Grammatica analytica* para *Grammatica descriptiva*, título dado à 2ª edição e que permaneceu até a última. Já com Ribeiro, não houve rechaço e tampouco trocas de título, mas também sua *Grammatica* sofreu significativas mudanças na passagem da 1ª para a 2ª edição.

A relatividade que demos às críticas de Maciel se deve principalmente ao fato de encontrarmos no “prólogo de sua 2ª edição” uma justificativa para as falhas que havia cometido na sua 1ª edição, que é essencialmente muito próxima ao que usa como argumento de crítica à *Grammatica*, de Ribeiro, ou seja, um manejo inábil das novas teorias, resultando num trabalho sem personalidade, advindo fundamentalmente da falta de assimilação de tais teorias. Vejamos então como Maciel (1931, p.V, grifos nossos) se explica por ter incorrido em semelhante problema:

Em 1887, embora no verdôr dos nossos annos, publicámos o nosso primeiro trabalho – GRAMMATICA ANALYTICA em que, *baseando-nos nas doutrinas modernas*, concorremos de algum modo para *romper com a velha tradição*, quebrando os antigos moldes em que se vasava a *grammaticographia*. É certo que esse trabalho nosso a que alludimos, posto que houvesse sido acceito pelos competentes e exaltado pela imprensa, se resentia de muitos defeitos, *devidos á transição* em que se *achavam as doutrinas d’então*.

Contemporâneos que eram e envolvidos em processos de ruptura semelhantes, ou seja, a desvinculação da gramática portuguesa à *Gramática Filosófica*, a justificativa que usou Maciel isenta também àquele que critica.

Também destacamos que Maciel ao dizer que havia “concorrido de algum modo para romper com a velha tradição” mostra ter a intenção de avocar para si o posto de *renovador teórico* da gramática brasileira e não de ser um simples seguidor do que havia sido iniciado por Ribeiro. Tal atitude pode ser explicada pelo fato de Maciel crer que Ribeiro não havia, de fato, assimilado as novas doutrinas e, deste modo, não poderia ter assim o epíteto de renovador, já que, segundo ele, Ribeiro não as dominava totalmente.

Como já comentamos, romper com modelos não é uma tarefa automática, livre de erros ou períodos adaptativos e é exatamente por isso que ressalvamos os comentários feitos por Maciel, que agora, distanciados temporalmente, podem ganhar melhor análise.

Vejam agora uma outra referência feita a Ribeiro, desta vez, realizada por Francisco da Silveira Bueno, autor da *Gramática normativa da língua portuguesa* – curso superior, publicada em 1944. Embora com menor extensão e profundidade que Maximino Maciel em seu “Breve retrospecto sobre o ensino da Língua Portuguesa”, Silveira Bueno também inclui um texto de teor historiográfico em sua *Gramática*, com o título de “Palavras necessárias”, texto este que abre sua obra, fazendo assim o papel de prólogo.

Nele, como é típico destes tipos de textos, além de levantar dados de outros autores e, portanto, historiá-los, Silveira Bueno (1956, p.5, grifos nossos) tem a preocupação de justificar e enquadrar doutrinariamente seu trabalho. Isto fica claro com o par pergunta e resposta que é usado para iniciar tal prólogo: “Mais uma gramática? Sim, mais uma, caro leitor, e queremos dizer-te as razões que nos levaram a tal empreendimento”. A este questionamento, logo em seguida, aparece um título bastante representativo: “Júlio Ribeiro, o

desbravador” e, então, o comentário que o autor devota a Ribeiro, só que neste caso, já o relacionando também a Maximino Maciel. Vejamos:

Desde que *Júlio Ribeiro abriu caminho*, nestes estudos, publicando, em 1881, a sua “*Grammatica Portugueza*”, *sòmente em 1894* o dr. Maximino Maciel conseguiu colocar, *de fato*, os estudos gramaticais na sua *verdadeira direção científica*, apoiando-se no que havia, então, de mais moderno em lingüística geral. Se Júlio Ribeiro foi o desbravador, Maximino Maciel foi o verdadeiro orientador dêstes assuntos que tratamos. A sua “*Grammatica Descriptiva*” ainda hoje é a mais bem orientada que possuímos. Não teve, entretanto, a expansão que deveria ter tido, justamente, por estar muitos anos à frente do ramerrão geral do país. Por mais paradoxal que isto nos pareça, infelizmente, são estes os fatos: os precursores nunca alcançam a compreensão da maioria do seu tempo.

Como pôde ser visto, apesar de Silveira Bueno não criticar a *Grammatica*, de Ribeiro, como o fez Maciel, há em seu texto marcas lingüísticas - uma locução e um adjetivo - que merecem análise, pois apontam para um juízo de valor que Silveira Bueno optou em não desenvolver completamente. A locução em questão é: “de fato” e o adjetivo é “verdadeira”. A opção por tal locução e por tal adjetivo insinua que Ribeiro não teria obtido sucesso em sua tarefa de renovar as teorias gramaticais da época, tarefa realizada com êxito apenas por Maciel.

Não nos parece ser essa a real situação, de ter sido Ribeiro apenas um mero *desbravador*, mesmo com todo o valor que tal qualificação possa ter. Nossa visão é que o papel de Ribeiro transcende ao ato de desbravar, pois foi o gramático que efetivamente instituiu novas teorias no cenário gramatical brasileiro, iniciando assim o chamado período científico⁶.

Nesta linha de pensamento, devemos destacar também o livreto escrito por Casassanta (1946), elaborado por ocasião do centenário de nascimento de Ribeiro, local em que analisa minuciosamente o texto “Breve retrospecto sobre o ensino da Lingua Portugueza”, de Maciel, rebatendo as principais críticas ali contidas, uma a uma. Segundo o próprio Casassanta, o

⁶ Em sua periodização, ELIA (1976) atribui a Ribeiro o início do denominado “período científico”. Mais à frente, devotaremos maiores detalhes ao referido texto (Cf. p. 34).

livreto serve para combater uma *antipatia*, uma certa má-vontade que se tinha com Ribeiro – sem neste caso nomear quem tinha tal atitude – e assim, com este ato, *lhe fazer justiça*.

Casassanta (1946, p.19-20, grifos nossos), em um item intitulado “fase de transição”, contesta a afirmação feita por Maciel de que Ribeiro era *desorientado quanto ao método que utilizava*, afirmação esta que trazia implicitamente a idéia de que coube a ele, Maciel, seis anos depois, a real e devida compreensão daquilo que Ribeiro não havia logrado anteriormente. Vejamos:

Demos de barato, porém, que houvesse certa desorientação em Júlio Ribeiro e que nem sempre explicasse avisadamente os métodos que adotava e preconizava. *Quid inde?* Deveríamos depreender daí que o fazia por insuficiência de compreensão, de assimilação e de método? Nada. A desorientação seria muito natural, *porque a introdução dos métodos positivos constituía uma verdadeira revolução*, em quase todos os setores da ciência. *Sair do que se chamava abusos da metafísica para o domínio da observação e da experimentação* correspondia a uma viagem de um polo a outro polo, bem se compreendendo as dificuldades dos que, formados ou deformados com uma disciplina científica, tivessem de adotar outra e diversa. Além das dificuldades intrínsecas dos métodos novos, haveria a força de antigos hábitos, os embaraços da rotina, a reação social.

Como lembra Casassanta, só consegue quebrar rotinas aquele que bem compreende o que lhe cerca. De fato, não nos parece adequado atribuir a Ribeiro o título de *desorientado* ou mesmo afirmar que *pouco assimilou o que lera*, já que foi o responsável pela introdução, na rotina da gramática brasileira, dos métodos daqueles que adaptaram⁷ à análise da linguagem a doutrina positivista, de Augusto Comte. Como se sabe, no século XIX e também na primeira metade do século XX, o cenário científico sofreu profunda influência do *Positivismo* e alguém

⁷ O *Positivismo* de Comte, como se sabe, não é uma teoria específica sobre a linguagem. A despeito de tal característica, teve profunda influência no pensamento científico como um todo, alterando também a forma de se pensar a linguagem. Neste sentido, coube aos estudiosos que optaram por tal doutrina adaptá-la metodologicamente às suas áreas específicas. Examinando a obra *Traços geraes de linguistica*, de Ribeiro, encontramos nas contracapas anúncios de livros publicados pela mesma editora que se relacionam com o *Positivismo*. Inicialmente há um livro do próprio Comte, intitulado *Do espirito positivo* e, depois, outros que já são leituras derivadas de Comte, como *Traços geraes de philosophia positiva, comprovados pelas descobertas scientificas modernas*, de Theophilo Braga e *Positivismo e theologia, uma polemica*, de Luiz Pereira Barreto. Também deste último autor, só que no prelo, encontramos *Soluções positivas de politica brasileira*.

como Ribeiro, que promoveu tal inserção, merece, de fato, o título de pioneiro e renovador de rotinas.

Em seu primeiro texto sobre a linguagem, datado de 17 de dezembro de 1879, Ribeiro (1887, p. 13, grifos nossos), ao avaliar o cenário teórico-gramatical em que se encontrava o Brasil, deixa indicado o quanto o *Positivismo* lhe foi inspirador: “formar um corpo de *doutrina positiva*, provado, util, pratico: eis o que não fazemos e nem curamos de fazer”.

A importância de tal doutrina para a renovação dos modelos gramaticais foi grande e o próprio Maciel (1931, p.505, grifos nossos) reconhece tal valor, porém deixa de mencionar, em seu texto, que foi Ribeiro o responsável por este corte epistemológico. Lingüisticamente, ao utilizar-se da indeterminação gerada pelo verbo “realizara-se”, deixa o processo diluído a vários outros autores citados anteriormente em seu texto. Vejamos:

Realizara-se portanto a remodelação geral da grammatica: *expungiram-se-lhes os defeitos e a metaphysica* da escola de Soares Barbosa, Bento José de Oliveira, Lage, Sotero dos Reis, Freire (de S.Paulo), Soares Passos e outros, *escola* a que chamamos *classica* em *contraste á actual* a que conferimos o *titulo de positiva*, por isso que, conforme o criterio em que se inspira, *estudamos* a lingua vernacula, como *phenomeno natural*, experimentalmente; como *organismo*, adstricto a evoluer, a offerecer metabolismo glottico, cujos phenomenos se tornam susceptiveis de systematização em *corpo de doutrina*.

A falta de paralelismo verbal no trecho em destaque chama a atenção. Maciel troca a sensação de indefinição e generalização produzida pelo uso dos verbos “realizara-se” e “expungiram-se-lhes”, pelo valor inclusivo do verbo “estudamos”. Ao realizar esta troca justamente quando falava a respeito do estudo da língua, Maciel deixa declarada a forma pela qual enxergava a *língua*: como um fenômeno natural, um organismo. Logo em seguida, vem, portanto, sua concepção metodológica de gramática, já que depois de observados, “os phenomenos [lingüísticos analisados pelo método positivo] se tornam susceptiveis de systematização em corpo de doutrina”. Tal pretensão já havia sido enunciada por Ribeiro, 31 anos antes, quando dizia que os estudiosos da língua deveriam: “formar um corpo de doutrina positiva”.

Finalmente, com a intenção de mostrar que a relação de Ribeiro com as novas teorias não foi superficial como sugere Maciel, vale apresentar mais uma observação de Casassanta (1946, p.25-26, grifos nossos) a respeito deste processo. O trecho em questão encontra-se incluído em um item intitulado “Júlio Ribeiro e a rotina”. Vejamos:

Ora, a preocupação de quebrar a rotina não condiz bem com essa precipitação e com essa incultura [características atribuídas a Ribeiro por Maciel]. Se timbrava em quebrá-la, era necessariamente porque, cotejando a doutrina dos mestres da linguística com a que ia pelas nossas gramáticas, achara uma imensa desconformidade entre uma e outra, e concluía que o remédio era não “fôsse como fôsse” [reproduz as palavras de Maciel], mas transplantando para o estudo e o ensino de nossa língua a orientação que tão bons frutos estava dando na Europa.

Passemos agora à análise do terceiro gramático que faz referência à Ribeiro em sua obra: Eduardo Carlos Pereira. Em 1907, Pereira publica a *Gramática expositiva*, trabalho de grande aceitação pública e escolar, já que contou com mais de cem edições. Ao examinarmos o “prólogo da 1ª edição”, logo no segundo parágrafo, encontramos o comentário que Carlos Pereira (1957, p.7, grifos nossos) devota a Ribeiro:

Depois que *Júlio Ribeiro imprimiu nova direção aos estudos gramaticais, romperam-se os velhos moldes*, e estabeleceu-se *largo conflito* entre a *escola tradicional* e a *nova corrente*. Vai a esta hora a requesta em todo o campo gramatical. A incerteza das teorias pede meças à variedade desorientadora do método expositivo e à exuberância da tecnologia abstrusa e cansativa. Nestas condições é natural que o professor de português sinta necessidade de abrir caminho próprio. *Foi o que nos aconteceu*, embora tivéssemos de fazer da fraqueza fôrças.

Mais uma vez, o pioneirismo e a renovação doutrinária que promoveu Ribeiro são lembrados. Novamente, fica sublinhado que Ribeiro representa, no Brasil, um divisor de águas entre as antigas e as novas teorias. Nas quatro páginas que usa para escrever seu prólogo, Carlos Pereira (1957, p.7) tem a preocupação de posicionar-se quanto às suas opções teóricas, já que como ele mesmo salientou havia um *conflito*, uma divisão doutrinária, natural nos momentos de transição. Sua opção é pelo meio termo, como ele mesmo afirma em:

A orientação que seguimos, expô-la-emos em poucas palavras. Em primeiro lugar, procuramos a resultante das duas correntes – da corrente moderna, que dá ênfase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que se

preocupa com o elemento lógico na expressão do pensamento. Há verdades nas duas correntes: o erro está no exclusivismo de uma e de outra, ou, melhor, na confusão de ambas.

Apesar de suas palavras apontarem para um trabalho equilibrado teoricamente, ou seja, uma mescla entre as *novas* teorias histórico-comparativas e a lógica da já *antiga Gramática Filosófica*, o exame de sua *Gramática* indica o quanto esta desejada conciliação não foi tão bem sucedida quanto esperava o autor. Em relação aos teóricos que embasam seu trabalho, Carlos Pereira (1957, p.8) diz em seu prefácio que:

[...] amparamos nossas teorias gramaticais na autoridade de mestres de reconhecida competência, tais como – F. Diez, A. Darmesteter, C. Ayer, Mason, Bain, Brachet, Andrés Bello, F. Zambaldi, para não mencionar o grande número de gramáticos nacionais e portugueses, antigos e modernos, que tínhamos diante nós.

Porém, mesmo tendo a disposição grandes nomes da *corrente moderna*, Carlos Maciel não conseguiu aproveitar estes novos rumos, ficando ainda preso ao logicismo da *Gramática Filosófica*. Uma análise dos caminhos que tomou o autor e uma explicação do sucesso que logrou sua *Gramática* encontramos nas palavras de Silveira Bueno (1956, p.5). Vejamos:

[...] a “Grammatica Expositiva” de Eduardo Carlos Pereira conseguiu totalizar as preferências do Brasil: apesar de aparecer em 1907, representava uma volta aos lugares comuns do ensino ginásial. Desviava-se da estrada recém-aberta por Maximino Maciel para regressar aos batidos caminhos de Freire da Silva, do Padre Massa e de outros que ainda defendiam a gramática filosófica e da lógica na linguagem. A rotina encantou-se com a terminologia difícil e superabundante do mestre paulista, mas, sobretudo, se deliciou com a vasta e pormenorizadíssima atenção dedicada á análise lógica.

Neste momento, parece que chegamos a um paradoxo: para abonar a importância de Ribeiro, um gramático que rompeu modelos, usamos outro que se manteve preso àquilo que o próprio Ribeiro rompeu. Na verdade, podemos afirmar que não se trata de um paradoxo, mas sim de mostrar o quanto Ribeiro foi representativo no cenário gramatical brasileiro, pois mesmo para os que não o seguiram totalmente, ele serviu de referência. O caso de Carlos Pereira é exemplar, pois a menção, no prefácio, a Ribeiro e às teorias *modernas*, historicistas,

mostram que o autor da *Gramática expositiva*, ao elaborá-la, tinha às mãos, não só as antigas fontes de que dispunham os gramáticos de orientação exclusivamente filosófica, mas também os avanços teóricos notadamente divulgados por Ribeiro. Isto equivale a dizer que, depois dos avanços teóricos promovidos por Ribeiro, não havia mais na gramática brasileira apenas uma orientação teórica, mas sim duas, cabendo aos gramáticos de então a opção pelos seus usos. Mesmo aqueles gramáticos que não aceitavam os avanços historicistas, dialogavam com eles, ainda que fosse para criticá-los. Exemplo de tal situação foi o caso de Augusto Freire da Silva, gramático com o qual Ribeiro travou uma polêmica pública⁸, justamente, por este atacar conceitos dos quais Freire da Silva se utilizava, ou seja, conceitos de orientação filosófica.

Cumprida a missão de comentar as referências devotadas a Ribeiro no âmbito do compêndio gramatical, passaremos em análise outro tipo de texto lingüístico bastante específico: a periodização. Podem ser assim denominados, os textos de cunho historiográfico, que visam cronologicamente analisar a produção lingüístico-gramatical de um país, para a partir desta análise e pautado em especificidades pontuais, dividir e nomear tal produção em períodos específicos.

Como todo estudo que se estrutura fundamentalmente no eixo cronológico, há em tal opção vantagens e desvantagens. As vantagens são que, por meio de uma periodização, pode-se ter uma noção ampla do cenário intelectual de um país, já que para nomear os períodos há de se levantar fatos e personalidades que, de fato, contribuíram relevantemente com uma determinada ciência em um determinado período. Tal característica faz com que se tenha uma visão bastante panorâmica, já que não é possível, nestes textos, se estender em análises pormenorizadas. Na verdade, dada a amplitude temática e temporal dos trabalhos de

⁸ A polêmica gramatical entre Augusto Freire da Silva e Júlio Ribeiro foi travada nos jornais *A Província de São Paulo* (atual, *O Estado de São Paulo*) e no *Diário de Campinas*, onde escreviam, respectivamente, os autores em questão. A compilação desta polêmica encontra-se em *Questão gramatical*, livreto publicado por Ribeiro em 1887, sete anos depois de publicado, em jornal, o último texto da referida contenda.

periodização, eles podem servir de guia para outros pesquisadores se aprofundarem nos temas e questões ali sumariamente destacados.

Já quanto às desvantagens, pode-se destacar que a introdução e a análise dos fatos numa linha cronológica dá a entender que há uma homogeneidade e sucessão harmônica dos fatos tal qual foram ali expostos. Sabe-se que os acontecimentos históricos são bastante complexos e possuem alto grau de inter-relação, característica muitas vezes neutralizada pelo resenhador histórico para a adequação ao gênero histórico-cronológico.

A despeito dos óbices aqui expostos, a análise das periodizações sobre os estudos lingüísticos no Brasil nos interessa justamente por contextualizar Ribeiro no âmbito da gramaticografia brasileira. Assim, os comentários a respeito do autor podem salientar suas especificidades e delimitar o tamanho de sua contribuição e importância.

Como mencionamos no início deste capítulo, as periodizações que aqui analisaremos são as de Nascentes (2003 [1939]), Elia (1976), Cavaliere (2002) e Guimarães (2004). Há, de certo, outros autores que dão notícia a respeito dos cenários filológico, gramatical e lingüístico no Brasil, como, por exemplo, os textos “A lingüística brasileira” e “Os estudos de português no Brasil”, de Mattoso Câmara Jr. (1976 e 2004, respectivamente), além do já discutido texto, “Breve retrospecto sobre o ensino da Lingua Portuguesa”, de Maximino Maciel. Tais textos e outros semelhantes, porém, não podem ser considerados, *stricto sensu*, periodizações, já que não têm como objetivo sistematizar os autores e os eventos de ordem lingüística em grupos e períodos específicos⁹.

Ao passar em análise estas quatro periodizações, há um fato que por si só já aponta para a importância que teve a obra de Ribeiro na gramaticografia brasileira: todas elas nomeiam a *Grammatica portugueza*, de 1881, como marco do período que representa a renovação do modelo teórico-gramatical brasileiro. A obra inaugura os períodos: *gramatical*,

⁹ Cf. CAVALIERE, 2002, p.102. Em nota de rodapé, o autor destaca que não considera uma *periodização* o texto de Maximino Maciel, classificando-o como *resenha sobre os estudos filológicos brasileiros*.

na divisão de Nascentes, *científico*, nas divisões de Elia e Cavaliere e o *segundo período*, na divisão realizada por Guimarães.

Como já destacamos, uma das características marcantes das periodizações é a concisão das informações apresentadas, mas mesmo assim tentaremos compreender o porquê da unânime distinção feita à obra de Ribeiro.

Em texto intitulado “A filologia portuguesa no Brasil (esboço histórico)”, Nascentes (2003 [1939]) divide a produção filológica brasileira em quatro períodos: o *embrionário*, o *empírico*, o *gramatical* e o *científico*. Ao explicar os eventos que o levaram a adotar tal divisão, Nascentes (2003 [1939], p. 187) assim se manifesta:

O primeiro, a que chamemos embrionário, vai dos tempos em que começou a cultura brasileira até 1835, data da publicação do *Compendio da grammatica da lingua nacional*, de Antônio Álvares Pereira Coruja. O segundo, a que podemos dar o nome de empírico, vai de 1835 a 1881, data da publicação da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro. O terceiro, que se pode apelidar de gramatical, vai de 1881 a 1939, ano da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Quanto ao período científico há apenas menção, já que, segundo o autor, tal período iniciava-se exatamente no ano de publicação de seu texto, coincidentemente o mesmo ano da fundação de referida faculdade.

Com efeito, os comentários sobre a *Grammatica*, nosso ponto de interesse, aparecem apenas quando Nascentes (2003 [1939], p. 191) inicia suas considerações sobre o terceiro período: “A *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro (1881) marca o início do terceiro período [o gramatical]”. Logo em seguida, diz ser importante transcrever dois trechos do prefácio da segunda edição, da *Grammatica*, de Ribeiro, a saber: “As antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições dos usos da língua” e “O sistema de sintaxe é o sistema germânico de Becker, modificado e introduzido na Inglaterra por C. P. Mason, e adotado por Whitney, por Bain, por Holmes, por todas as sumidades da gramaticografia saxônica”. Sem entrar em maiores considerações a respeito da significação e

das conseqüências, no cenário gramatical brasileiro, das afirmações que selecionou de Ribeiro, Nascentes (2003 [1939], p. 192, grifos nossos), logo após o segundo trecho citado, afirma: “Como *se depreende*, o autor se norteava por novos métodos”.

Em relação a estes trechos mencionados, nos chama atenção a maneira automática com que Nascentes chega a conclusão de que Ribeiro se *norteava por novos métodos*, sem, no entanto, explicar como chegou a tal assertiva. A mera citação dos dois trechos do prefácio, sem os devidos comentários elucidativos não garantem a *depreensão* e a lógica conclusão expressa na afirmação de Nascentes. Mesmo considerando a brevidade e o caráter pouco analítico das periodizações, características já aqui mencionadas, a explicitação de seu raciocínio está incompleta em termos lógico-textuais. Para tentarmos entender os motivos que levaram o autor a omitir ou encurtar seu raciocínio, podemos dizer que ele possivelmente contava com a presença de um implícito, informação esta que garantiria assim a unidade e a completude de sua afirmação. Tal implícito seria a noção de que na época em que foi escrita a periodização, década de 30 do século XX, o nome de Ribeiro ainda gozava de prestígio e havia ciência da postura renovadora adotada pelo autor em relação à doutrina gramatical, fato que assim dispensaria maiores explicações por parte de Nascentes.

Em seguida, Nascentes reproduz um excerto do texto de Maximino Maciel¹⁰, trecho em que, essencialmente, Maciel acusa Ribeiro de falta de originalidade em relação ao uso dos teóricos estrangeiros que seguia, mas lhe reconhece o valor de ter quebrado rotinas e de ter sido o primeiro brasileiro a utilizar a nova orientação na elaboração de uma gramática portuguesa.¹¹ Novamente, numa linha pouco avaliativa, Nascentes não entra no mérito das críticas que transcreveu da resenha de Maciel, deixando assim que o leitor tire suas próprias conclusões. Na verdade, a única intervenção pessoal que Nascentes realiza e que, portanto, revela um juízo de valor é o grifo que faz em um trecho transcrito do texto de Maciel.

¹⁰ Novamente, nos referimos ao texto “Breve retrospecto sobre o ensino da Língua Portuguesa”, de Maximino Maciel.

¹¹ A respeito desta contenda, por nós já analisada, cf. p. 21.

Vejam os excertos em que Nascentes (2003 [1939], p. 192, grifos do autor) faz tal operação: “[Entretanto, remanesce-lhe decerto] *o mérito de haver sido o primeiro a trasladar para compêndio didático a nova orientação, evertendo os alicerces da rotina e servindo de norma para algumas Gramáticas que se publicaram em S. Paulo*”.

Logo após dar destaque ao trecho acima, Nascentes (2003 [1939], p. 192, grifos nossos) expõe o fato que levou em conta para promover o recorte do período em questão e assim lhe atribuir o nome de *gramatical*: “Vai começar daqui por diante a *proliferação de gramáticas* que deu motivo a que eu denominasse *gramatical* este período”.

Tal afirmação de Nascentes, se lida pelo conceito de *gramatização*, proposto por Auroux (1992), pode ser dita de uma outra forma, ou seja, “vai começar o processo de gramatização do português do Brasil”. Embora não mencione que Ribeiro fez referências às realizações do Português do Brasil em sua gramática, Nascentes afirma que Ribeiro renovou a doutrina na gramaticografia brasileira. Neste sentido, Nascentes sublinha a importância que teve este autor no processo de *gramatização* do Português brasileiro, se o lermos por tal conceito de Auroux.

Apesar de não destacar o registro da *variante brasileira* na *Grammatica*, de Ribeiro, Nascentes demonstra preocupação quanto ao seu estatuto, já que o registro dialetológico de nossa variante é o principal motivo que o leva a nomear, em sua periodização, o período anterior ao *gramatical*, de *empírico*. Esta distinção fica clara quando Nascentes (2003 [1939], p. 189) diz: “(...) e neste mesmo ano [1879] surge a questão da língua brasileira com o opúsculo *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil*, por um brasileiro (José Jorge Paranhos da Silva). Tal questão vai alcançar seu período agudo em 1935, como veremos adiante”. Além de tal opúsculo, de caráter doutrinal, uma página antes, Nascentes cita os trabalhos de Antônio Pereira Coruja e lhe dá o epíteto de “inaugurador de nossa gramaticografia e dialetologia”, por registrar, ainda que em formato de lista de vocabulário,

palavras usadas no estado de Rio Grande do Sul. Vejamos, para maior clareza, as palavras de Nascentes (2003 [1939], p. 188) a respeito do assunto:

Coruja, que inaugurou a nossa gramaticografia, vai também inaugurar a dialetologia publicando em 1852 no tomo XV da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* a *Coleção de vocábulos e frases usados na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, que saiu em 2ª edição, em Londres, em 1856, graças ao príncipe Luciano Bonaparte. No ano seguinte, aparece o *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*, de Brás da Costa Rubim; continua o interesse dialetológico.

Antônio Álvares Pereira Coruja escreveu uma gramática, o *Compendio da grammica da lingua nacional*, publicada em 1835, porém, mesmo sendo brasileiro e, nas palavras de Nascentes, o inaugurador da dialetologia e da gramaticografia brasileiras, não há em seu *Compendio* nenhuma referência ao Português praticado no Brasil. Para que tal menção ocorresse, a gramaticografia brasileira precisou esperar até 1881, ano de publicação da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, obra em que ocorre o primeiro registro das especificidades do Português brasileiro, como nos mostrou Leite (2005a).

Trinta e seis anos depois da periodização de Nascentes, Silvio Elia publica o texto “Os estudos filológicos no Brasil” e ali propõe que se dividam tais estudos em dois períodos: o *vernaculista* e o *científico*.

O texto inicia-se com a referência ao seu antecessor congênere, ou seja, o trabalho de Nascentes (1939) e a ele, historicamente, se atrela. Elia (1976, p.117, grifos do autor), após mencionar como se deu a divisão dos três períodos propostos por Nascentes, inicia a explicação de suas opções. Vejamos:

O primeiro período [embrionário], como observa o mesmo prof. A. Nascentes, “obedece exclusivamente a orientação portuguesa” e, por isso, vamos aqui pô-lo de parte, para melhor nos determos nas fases em que os estudos de Filologia ganham progressivamente autonomia entre nós. Obviamente é o que se dá a partir da Independência; daí que a presente exposição se limite aos séculos XIX e XX. Arredondando as datas, faremos situar-se essa época entre os anos de 1820 e 1970. Teremos então dois períodos: 1º *vernaculista*: de 1820 (data aproximada da nossa independência política) a 1880 (data aproximada da publicação da *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro); 2º: *científico*, daí até 1960.

Ao período vernaculista pouca atenção dedica Elia, apenas quatro páginas, ante as cinquenta e seis páginas dedicadas ao período científico. Pela extensão que dá a este último período, Elia (1976, p.121) o divide em duas fases e, novamente, explica como realizou tal divisão. Vejamos:

Este período [científico] compreende duas fases: a 1ª vai de 1880 a 1900, em números redondos. É um momento de transição, mas em que as forças de renovação prevalecem sobre as de conservação; por isso colocamo-la já no 2º período [o científico]. Nessa fase o sentido renovador volta-se ainda para as explanações gramaticais, procurando imprimir à disciplina do idioma fundamento mais consentâneo com o progresso dos estudos lingüísticos.

É então, exatamente, nesta primeira fase do período científico que encontramos a referência à *Grammatica* de Ribeiro. O comentário é curto e se escuda na mesma estrutura argumentativa que se utilizou Nascentes, ou seja, a menção à resenha de Maximino Maciel. Na verdade, Elia (1976, p. 122) alinha-se às idéias de Maciel, pois assevera: “Apesar dos intentos renovadores, Júlio Ribeiro fez obra prematura”. Logo em seguida, buscando diálogo com Nascentes, diz “A. Nascentes, nos seus *Estudos filológicos*, transcreve (pág. 29) a opinião de Maximino Maciel sobre a Gramática de Júlio Ribeiro, da qual extraímos o que se segue [novamente, a mesma referência em que Maciel destaca a pressa de Ribeiro em quebrar rotinas, a não total assimilação dos teóricos estrangeiros e o mérito de transcrever as novas teorias para o compêndio didático].

Como já havíamos destacado, Nascentes, em sua periodização, ao simplesmente mencionar o trecho de Maciel, sem, no entanto, lhe devotar praticamente nenhuma análise que não fosse o ato de dar um grifo a uma parte do excerto e o valor do recorte do trecho em si, deixa para o seus leitores a medida da interpretação que ali deixou implícita.

Elia (1976, p. 122), além da afirmação que acima mencionamos, faz, de próprio punho, apenas outra assertiva: “Era a adoção do método histórico-comparativo”. Os demais trechos que devota a Ribeiro são citações. Tal afirmação, inclusive, vem depois de citar uma das epígrafes da folha de rosto da *Grammatica*, onde Ribeiro lança mão das palavras de Littré

para salientar o quanto seu trabalho ligava-se ao *histórico-comparativismo*: “Pour les langues, la méthode essentielle est dans la comparaison et la filiation. – Rien n’est explicable dans notre grammaire moderne, si nous ne connaissons notre grammaire ancienne”¹².

As outras citações, além das já referidas, são da própria *Grammatica*, de Ribeiro.

Embora Nascentes e Elia, respectivamente, considerem a *Grammatica* como marco introdutório dos períodos *gramatical* e *científico*, o que por si só já traz consigo um ato de distinção e deferência, não nos parece que tenha o trabalho de Ribeiro recebido, por parte dos autores mencionados, uma análise que fosse proporcional a sua importância. Tal ressalva nos parece válida, mesmo considerando as especificidades dos textos de periodização, que, como já destacamos, não se prendem a análises pormenorizadas dos fatos histórico-lingüísticos por eles levantados.

No caso específico de Elia, nos parece que há uma clara opção de recorte e de interesse em analisar um período específico, uma vez que ao período que vai de 1940 a 1970, o autor dedica vinte e oito páginas, ou seja, metade das cinquenta e seis páginas reservadas à totalidade do período científico (1880-1970). A explicação do saliente interesse relativamente a estes trinta anos é enunciada por Elia (1976, p.149): “É a geração contemporânea do autor do presente ensaio”. Estando a obra de Ribeiro fora do escopo de seu trabalho, se restringiu o autor a seguir as também pouco analíticas considerações de Nascentes, elaboradas trinta e seis anos¹³ antes da sua periodização.

Feitas as devidas considerações sobre os pioneiros textos de Nascentes e Elia, passemos agora a uma outra proposta de periodização, a de Ricardo Cavaliere¹⁴, publicada em

¹² Cf. RIBEIRO (1881).

¹³ A 1ª edição do texto de Silvio Elia é de 1975.

¹⁴ Ricardo Cavaliere publicou, em 2000, fruto de sua tese de doutorado, um livro chamado *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Tal obra, como o próprio título sugere, faz amplo estudo a respeito deste período específico da gramaticografia brasileira e Júlio Ribeiro, nome representativo desta época, aparece, ao longo do livro, em freqüentes observações e análises. A obra mereceria enquadramento, segundo a divisão que propusemos, no grupo dos “lingüistas/teóricos da linguagem”, mas sua extensão e a quantidade de referências à *Grammatica* são tantas, que fugiria aos objetivos deste capítulo introdutório.

2002. Cavaliere é atualmente professor do curso de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro da Academia Brasileira de Filologia.

Seu texto, logo no primeiro parágrafo, destaca uma deficiência nos estudos historiográficos brasileiros: a falta de pesquisadores que se dediquem ao trabalho das periodizações. Cita os trabalhos de seus antecessores - Nascentes e Elia - alinhando, portanto, seu texto a esta tradição historiográfica. Faz uma introdução onde discute questões de teor metodológico, para então propor a divisão dos estudos lingüísticos no Brasil em quatro períodos, a saber: *embrionário* (das origens até 1802), *racionalista* (de 1802 a 1881), *científico* (de 1881 a 1941) e, finalmente, o *lingüístico* (de 1941 aos nossos dias).

Tal discussão metodológica a que nos referimos serve para que o autor explique como estruturou seu estudo e, principalmente, quais foram os fatores levados em conta para que ele realizasse a separação dos estudos lingüísticos no Brasil, nos quatro períodos históricos mencionados. A este respeito, Cavaliere (2002, p.108, grifos nossos) diz:

Julgo possível uma tentativa de periodização heterogênea, com fulcro em *dois* fatores: as *fontes teóricas*, que dão feição a novas ordens no desenvolvimento e difusão dos estudos lingüísticos, e as *obras representativas* desses momentos de ruptura. As fontes teóricas conferem unicidade e identidade ao período, ao passo que as publicações atuam como marcos históricos de sua vigência. Quanto à denominação dos períodos, creio que se possam usar termos que façam referência genérica ao momento em foco (...).

O realce que Cavaliere confere às *fontes teóricas*, como critério de periodização, embora também estivesse implícito em Nascentes e Elia, dá ao seu trabalho o poder de explicitar informações antes não tão visíveis. A opção anterior pela sistematização pautada fundamentalmente pelas *obras representativas* de um período, de uma certa forma, ocultava os alicerces teóricos que fundamentavam a elaboração de tais trabalhos, mesmo que consideremos que indiretamente os autores das periodizações tocavam no aspecto doutrinal das obras ao comentá-las em seus estudos. Neste ponto, o valor distintivo de Cavaliere foi o de ampliar a discussão sobre a formação do pensamento lingüístico brasileiro, já que salienta

as *fontes teóricas* que contribuíram na elaboração das principais obras de nossa gramaticografia.

Destacamos esta característica do texto de Cavaliere, pois é ela que favorece a especificidade com que o autor olhou para a *Grammatica*, de Ribeiro. Das posturas anteriores de apenas sublinhá-la como marco divisor de períodos, o autor, em sua proposta, avança no sentido de melhor explicar o porquê de situá-la como um divisor de águas, dando assim informações que contribuem no sentido de melhor contextualizá-la no cenário gramatical brasileiro.

Em sua periodização, Cavaliere (2002, p. 111, grifos nossos) atribui a Ribeiro o título de inaugurador do período *científico*¹⁵. Vejamos:

O *primeiro texto* sistêmico em que imperam as *novas tendências* é sem dúvida a *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro, cuja primeira edição é de 1881. Nos dois decênios finais dos oitocentos, explode uma riquíssima produção lingüística, entre teses de concursos, gramáticas históricas e gramáticas descritivas, quase todas destinadas ao estudo anatômico da palavra.

Estas *novas tendências* a que se referiu o autor e que concedem ao trabalho de Ribeiro um valor distintivo e pioneiro podem ser encontradas no parágrafo anterior a esta afirmação, onde Cavaliere (2002, p. 111, grifos nossos) comenta as *fontes teóricas* que foram importantes para a implementação e desenvolvimento deste período a que chamou de *científico*. Vejamos:

Os ecos dos *estudos histórico-comparativistas europeus*, iniciados nos primeiros anos do século XIX, chegaram-nos com *considerável atraso*, certamente em face da forte tendência de estudo vernáculo com conotação meramente normativa, predominante no *período racionalista*. O contributo da nova Ciência Lingüística, dedicada à construção da História da língua, como fenômeno universal, e mergulhada no estudo exaustivo das línguas clássicas, *não conseguiu ambiente propício para florescer em terras brasileiras senão a partir da segunda metade do século*. Contribuíram para uma mudança de atitude as então recentes teses sobre o evolucionismo lingüístico, em que despontam os textos de Schleicher, que buscavam trazer para a investigação acerca da natureza das línguas os princípios darwinistas sobre a evolução dos seres vivos, a par da metodologia inovadora, proposta por nomes como

¹⁵ A denominação *período científico* já havia sido dada por ELIA (1976), mas com recorte cronológico diferente. Para ele, tal período abrange o intervalo de 1880 a 1970, já para CAVALIERE (2002), o intervalo é menor, de 1881 a 1941.

Schlegel, Whitney e Max Müller. Surge, enfim, *um novo olhar sobre a gramática, em que o objeto, o fato gramatical, deixa de ser contemplado para ser analisado.*

Como sabemos, os eventos históricos nunca são estanques, mas sim produto de lentas e gradativas mudanças ao longo do tempo. Sendo assim, parece-nos importante explicitar e contextualizar o que havia, no Brasil, neste final de século XIX, em matéria de doutrina gramatical. Ao cenário acima exposto, de novas *fontes teóricas*, que fundou o já mencionado período *científico*, contrapomos o período anterior, ou seja, o *racionalista* (de 1802 a 1881). Na verdade, tal denominação vem da grande influência que exerceu a *Gramática de Port-Royal* sobre o pensamento lingüístico-gramatical brasileiro da época. Tal valor é sublinhado no texto de Cavaliere, já que foi o primeiro, no campo das periodizações, a estudar, isoladamente em um período, a importância que teve o *Racionalismo* em nossa gramaticografia.

Sobre este período, Cavaliere (2002, p. 110, grifos nossos) informa:

O período *racionalista* deixou *marcas profundas* no ensino do português do século XIX, constituindo, sem dúvida, *o primeiro modelo de produção gramatical* que perdurou por mais de uma geração de estudiosos da língua vernácula. *A principal crítica* que se lhe impõe, decerto, reside na pouca ou mesmo *nenhuma importância* que então se dedicava *ao estudo do português brasileiro*, de tal sorte que nossas gramáticas mais se resumiam a *copiar regras e dispositivos dos compêndios congêneres lusitanos.*

Fica assim exposto o cenário em que veio a lume a *Grammatica*, de Ribeiro, ou seja, um momento de forte presença dos valores da *Gramática Filosófica*, em que os estudos de cunho histórico e a descrição das línguas vernáculas pouco eram levados em consideração.

Com efeito, a *Gramática Filosófica* permaneceu vinculada aos valores do *Prescritivismo* greco-latino, motivo pelo qual a gramaticografia brasileira, até este período, permaneceu fortemente ligada à *norma lingüística lusitana*. Tal persistência na *gramática tradicional* contribuiu para que chegássemos praticamente ao século XX com um grande silêncio quanto aos estudos e o registro de uma *norma* brasileira. No âmbito gramatical, tal

discussão acerca do *status* da língua portuguesa praticada no Brasil começa a ocorrer, de fato, a partir do advento da *Gramática Histórico-Comparada*, já que ela passa a comentar algumas realizações que eram empiricamente observáveis. Mais especificamente, no caso brasileiro, ocorre com a *Grammatica*, de Ribeiro, como asseverou, em seus estudos, Leite (2005a).

Mesmo pioneiro no Brasil, o trabalho de Ribeiro chegou tarde, já que havia, em relação aos compêndios de língua portuguesa, um atraso na aplicação dos novos métodos lingüístico-gramaticais. Este lapso, destacado anteriormente por Cavaliere, já havia merecido menção por parte de Nascentes (2003 [1939], p. 187), que ao comentar o cenário brasileiro no período pós-independência diz:

Com a independência, o país entra na posse de si mesmo, e procura libertar-se da influência portuguesa em todos os domínios. A filologia não iria escapar. Mas que cultura filológica poderíamos possuir por esta época? Se em Portugal, situado no continente supercivilizado, as doutrinas pregadas por Frederico Diez desde 1836 só foram introduzidas em 1868, isto é, trinta e dois anos depois, quando Adolfo Coelho publicou sua obra *A língua portuguesa*, como poderíamos nós, do outro lado do Atlântico, a tantos dias de viagem e com escassos meios de comunicação, ostentar pujante cultura em assuntos de filologia?

Aqui vale destacar que Diez foi o responsável pela introdução do método *histórico-comparado* aos estudos das línguas românicas e Adolfo Coelho, com a obra mencionada, o primeiro a aplicar tal método na análise da língua portuguesa. Ribeiro é caudatário do trabalho de ambos, fato que se prova ao verificar a inclusão do nome destes dois filólogos no rol de pessoas a quem dedica sua *Grammatica*. Além disso, no prefácio da 2ª edição, Ribeiro (1914, p. III) afirma que: “Pelo que respeita a Adolpho Coelho, pergunto: quem poderá escrever hoje sobre philologia portugueza, sem tomal-o por guia, sem se ver forçado a copial-o a cada passo?”.

Cavaliere (2002, p. 106, grifos nossos) destaca ainda a importância que ganhou em solo brasileiro, no século XIX e parte do XX, a *gramática tradicional*. Em função da importância que a *gramática tradicional* passou a ter ao longo dos anos oitocentos é que

novamente nos voltamos para os conceitos de *gramatização e instrumento lingüístico*, ambos propostos por Auroux (1992). Vejamos, portanto, as palavras de Cavaliere quanto à presença da *gramática* nos referidos séculos:

Refiro-me à concepção dos textos escritos ao longo de todo o nosso percurso historiográfico. A leitura dos textos do *século XIX* e boa parte do século XX, por exemplo, revela *grande predominância dos compêndios gramaticais*, seguidos dos estudos especializados – majoritariamente volumes sobre sintaxe, morfologia, fonologia e ortografia – e de teses acadêmicas, sobretudo as elaboradas para concursos públicos. *Hoje*, entretanto, o perfil das obras publicadas sobre linguagem não é o mesmo. Proliferam em grande maioria *os estudos pontuais*, em que se exploram temas de grande especificidade, seguidos das teses acadêmicas, ordinariamente adaptadas para uma versão editorial. Já as *obras extensas, que procuram dar tratamento abrangente sobre a gramática do português, figuram em flagrante minoria*.

Com efeito, a posição de destaque que tiveram as obras gramaticais no referido período favoreceu largamente o processo de *gramatização* do Português brasileiro. Este processo auxilia, em termos mais efetivos, o estabelecimento de uma discussão mais profícua a respeito das realizações lingüísticas típicas do brasileiro, debate que se inicia no final do século XIX e continua até hoje, embora com outras dimensões.

Certamente que os referidos *estudos pontuais* em detrimento das *obras extensas*, notadamente, as gramáticas da língua, contribuíram para dar novas características à atual lingüística brasileira. Após a primeira metade do século XX, período em que a discussão sobre o *status* da língua portuguesa praticada no Brasil foi suscitada e estabelecida em bases mais amplas, os estudos lingüísticos puderam hoje se voltar ao exame minucioso de várias questões de nossa *variante*, antes tratada num plano mais geral.

A este fator, aliado ao cenário das universidades a partir, fundamentalmente, dos anos 70, Cavaliere (2002, p. 107, grifos nossos) destaca a desaparecimento de obras que tenham unitariamente um valor emblemático, como foi para sua época, a *Grammatica*, de Ribeiro. Destaca ainda que todas estas transformações propiciaram um maior aprofundamento no estudo das questões lingüísticas, uma vez que também houve um aumento considerável do número de pessoas envolvidas com a pesquisa científica desta área. Vejamos:

O fato [a mudança de perfil nas publicações, destacada pelo autor no trecho anterior] se deve, possivelmente, a uma nova ordem editorial, combatida por crise econômica crônica, aparentemente infindável, em que se busca repartir o espaço – e também as verbas – de publicação, de tal sorte que se possa dar conta de grande e difusa produção científica. Esse fato, talvez, *tenha inibido o surgimento de um volume*, de um dado livro que se considere *um marco historiográfico*, tendo em vista os efeitos ruptura e reconstrução da ordem acadêmica dele decorrente, como por exemplo ocorre com a *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro, no século XIX, e os *Princípios de lingüística geral*, de Mattoso Câmara, na primeira metade do século XX. Semelhante hipótese não se pode acatar sem ressalvas, já que outros fatores certamente contribuem para que um dado texto emblemático surja no cenário científico. Fato é que, com o *dinamismo da difusão do saber*, com o compartilhamento de experiências empíricas dentro da universidade moderna, em que o objeto se desnuda a vários olhares nos grupos de trabalho, *as novas conquistas deixam de surpreender*, porque já *não se restringem ao esforço pontual de poucos pesquisadores*.

A despeito do caráter especulativo que emprega o autor neste trecho, inclusive por ele sublinhado, tais considerações de ordem comparativa nos parecem importantes já que contextualizam a obra de Ribeiro em seu tempo e assim nos dão a exata medida do impacto que teve quando foi publicada. Também, nos mostram o quanto os nossos estudos acerca da linguagem dependiam de iniciativas individuais, fato que possibilitava o surgimento de figuras, isoladamente, emblemáticas.

Finalmente, no âmbito dos trabalhos de periodização, falaremos da proposta de Eduardo Guimarães, publicada em 2004. O autor, que é professor de lingüística na UNICAMP, propõe a divisão dos estudos lingüísticos brasileiros em quatro períodos, porém, diferentemente dos seus antecessores, não dá nomes específicos a eles. Também, próximo ao método que adotou Cavaliere (2002), faz das divisões entre os períodos algo não estanque e fechado em apenas um evento. A este respeito, vejamos o que fala o próprio Guimarães (2004, p. 45, grifos nossos) ao explicar o quadro sinóptico relativamente aos eventos comentados em sua periodização:

A região cinza na coluna das datas indica o momento de início de cada um dos períodos considerados. Como se verá *não colocamos* esta marcação sobre *única data*, pois o que pretendemos indicar é que *há certas condições* que se configuram num certo momento da história *não necessariamente pontual*.

Também de forma semelhante a Cavaliere (2002), Guimarães (2004, p. 25, grifos nossos) valoriza em sua sistematização outros fatores além das obras lingüístico-gramaticais em si. Esta opção é assim explicada pelo autor: “(...) vamos considerar *quatro períodos históricos*, levando em conta *fatos de ordem política e institucional*¹⁶ e sua *correlação* com o movimento no campo dos *estudos da língua portuguesa*”.

Os fatores de ordem histórica que contribuíram para a afirmação da nacionalidade brasileira, ou seja, os elementos que foram decisivos para que, de fato, nosso país pudesse se afirmar sem a ingerência constante de Portugal, são importantes no trabalho de Guimarães, pois há nele um destacado interesse em entender os mecanismos que levaram e constituíram o processo de *gramatização* do Português brasileiro. Quanto a isso, é importante salientar que tal trabalho, no campo dos estudos de periodização, é o primeiro a lançar mão explicitamente deste conceito proposto por Aurox (1992). Tal importância ganha relevo em nosso trabalho, já que o presente estudo também nele se escora.

No texto de Guimarães, bem como nas periodizações anteriores, a *Grammatica*, de Ribeiro, marca o início de um período, que neste caso, é denominado de *segundo período*. O fato que caracteriza o início de tal época é, segundo Guimarães (2004, p. 28), o começo dos estudos acerca do Português brasileiro. Vejamos suas palavras a respeito: “A partir do segundo período dos estudos da linguagem no Brasil podemos falar dos estudos do português do Brasil, mesmo que aqui se mantenham posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil”.

Esta marca bastante peculiar se opõe à característica anterior, já que ainda de acordo com Guimarães (2004, p.27, grifos nossos): “Este período [o *primeiro*] se caracteriza, basicamente, por não ter ainda estudos de língua portuguesa feitos no Brasil”.

¹⁶ O autor cita, por exemplo, trechos da obra *Contribuição à história das idéias no Brasil*, do filósofo João Cruz Costa, onde este destaca o impacto gerado em nossa sociedade pela cessação do tráfico negreiro para o Brasil. Tal ação ocorreu em 1850 e as conseqüências advindas da radical mudança socioeconômica alteraram também o campo das idéias brasileiras.

Quanto à *Grammatica*, de Ribeiro, Guimarães (2004, p. 28, grifos nossos) assim se manifesta:

(...) o início do *segundo período* se dá com a publicação da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro em 1881. Nesta gramática J. Ribeiro considera, isto no prefácio à segunda edição da gramática em 1884, que as “antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições dos usos da língua” (Ribeiro, 1884, p. 28). *Opõe-se* assim às *gramáticas portuguesas* e busca *uma outra influência teórica*: Becker na Alemanha e Mason na Inglaterra, além de Whitney nos Estados Unidos. *Registraria aqui que esta atitude de Júlio Ribeiro corresponde a um distanciamento da influência direta de Portugal*. Distanciamento, correspondente, como vimos acima, ao que foi se dando em diversas atividades no Brasil a partir do século XIX.

Como pôde ser visto, Guimarães toca em um ponto da *Grammatica* já destacado por outros pesquisadores – a renovação doutrinária – mas, além do valor deste ato em si, confere a tal atitude um viés bastante específico: a afirmação da nacionalidade brasileira, produto da negação da forte influência que Portugal exercia no campo de nossas idéias. Segundo ele, a atitude de Ribeiro em buscar balizamento teórico em outros países da Europa reforça esta idéia de ruptura da dominação teórico-cultural exercida por Portugal até então.

Quanto a esta observação de Guimarães, convém destacar que Ribeiro não rompe plenamente com os teóricos portugueses e nem se manifesta a este respeito, já que utiliza-se fartamente de autores como Adolfo Coelho e Teófilo Braga, notáveis filólogos portugueses que inauguraram os estudos *histórico-comparados* em língua portuguesa. Há, certamente, rompimento de Ribeiro com a tradição racionalista portuguesa, ou seja, com os valores principais da *Gramática Filosófica*, atitude que pode ser verificada no trecho de Ribeiro escolhido por Guimarães e aqui reproduzido na citação acima.

A despeito desta relação ainda mantida com nossa ex-metrópole, também podemos acatar a afirmação de Guimarães, ou seja, de que esta atitude de Ribeiro representa um *distanciamento da influência direta de Portugal*, já que, efetivamente, apesar dos avanços teóricos promovidos pelos filólogos alinhados às novas teorias, o que imperava em Portugal, neste final de século XIX, era a *Gramática Filosófica*. Ainda predominava em solo lusitano a

Grammatica philosophica da lingua portugueza, de Jeronymo Soares Barboza, principal representante em língua portuguesa do modelo racionalista. Como já destacamos, Portugal foi um dos países europeus que mais tardou em romper com os valores da *Gramática de Port-Royal*.

Em relação a esta resistência, mas referindo-se ao cenário brasileiro, Guimarães (2004, p. 29, grifos nossos) salienta o quanto é lento e custoso o processo de renovação doutrinária, fato que gera a convivência simultânea de modelos teóricos totalmente diferentes. Vejamos:

Um aspecto importante neste cenário é que, se a lingüística *histórico-comparativa afeta e modifica a concepção de gramática* e isto trabalha o processo de *gramatização brasileira* do português, a *gramática filosófica permanece no Brasil*, sendo um aliado constante do *purismo*. É de 1881 (ano de publicação da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro) a publicação da *Grammatica philosophica portugueza* de Ernesto Carneiro Ribeiro. De 1888, ano posterior ao estabelecimento do novo programa de português para os exames preparatórios, é a *Grammatica analytica da lingua portugueza* de José de Noronha Napoles Massa.

Com efeito, parece-nos importante salientar este ponto do trabalho de Guimarães, já que tal comentário dá relevo à obra de Ribeiro, pois a ela atribui o papel de dar início ao processo de *gramatização* da língua portuguesa praticada no Brasil.

Neste ponto, dada sua inter-relação, voltaremos ao já mencionado trecho em que Leite (2005a, p. 104, grifos da autora) assevera a importância que teve Ribeiro relativamente à valorização do Português brasileiro:

Júlio Ribeiro é um gramático importante no cenário dos estudos lingüísticos brasileiros, por ter sido o primeiro a considerar a *hiperlíngua* brasileira no corpo da gramática, ainda que sob a forma de notas, de observações restritivas do tipo: *uso familiar, vulgar, rural e outros*. Efetivamente, o que nos interessa é ter sido o autor um verdadeiro renovador da norma gramatical portuguesa, sob dois pontos de vista: o primeiro, do trabalho sobre algumas marcas da língua realmente praticada no Brasil e, depois, da renovação da teoria gramatical.

Juntamente com os demais autores aqui mencionados que fazem referência à *Grammatica*, de Ribeiro, a opção de trazer novamente à baila este trecho tem um porquê bastante específico: justificar o escopo de nosso estudo dentro de um leque de considerações

já realizadas sobre o autor. Mais especificamente, tem como motivo delimitar a proposição do presente trabalho no sentido de ampliar e melhor compreender os pontos discutidos, em artigo, por Leite (2005a). Nestes termos, propomos um estudo detalhado das condições e dos elementos que levaram Ribeiro à consideração da *hiperlíngua* brasileira, pioneiramente, no corpo da *gramática tradicional*.

A tal tarefa nos ocuparemos a partir do próximo capítulo.

3. A *Gramática Filosófica* e o corte epistemológico promovido por Júlio Ribeiro na gramaticografia brasileira

Com efeito, não é possível compreender o processo de registro da *hiperlíngua* brasileira, pioneiramente feito no âmbito da *gramática tradicional*, na *Grammatica*, de Júlio Ribeiro, em 1881, sem antes entender o que havia de inconveniente para tal registro nos métodos gramaticais vigentes à época, ou seja, porque não era adequado ou mesmo possível considerar a *hiperlíngua* brasileira utilizando-se para tal tarefa as práticas analíticas apregoadas pela *Gramática Filosófica*.

Para os propósitos analíticos do presente trabalho, faz-se necessário examinar este cenário de corte epistemológico promovido por Ribeiro, ou seja, não podemos deixar de perscrutar o modelo gramatical preponderante à época, o *filosófico*¹⁷, bem como o novo modelo gramatical por ele implementado na gramaticografia brasileira: o *histórico-comparativismo*¹⁸.

Isto equivale a entender a que elementos e mecanismos Ribeiro se insurge e o que, então, propõe de novo. Em outros termos, seria explicar a frase crítica que Ribeiro (1914, p.I, grifos nossos) usa para abrir o prólogo à 2ª edição: “As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de *metaphysica* do que *exposições dos usos* da lingua”.

¹⁷ As *gramáticas da língua portuguesa* - tanto as brasileiras, quanto as portuguesas - diferentemente do que ocorreu com as de outras línguas, mantiveram-se ligadas ao *Racionalismo* praticamente até o início do século XX. Isto pode ser verificado pela data de edição das principais gramáticas ligadas a este modelo, como foi o caso da *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, de Jeronymo Soares Barbosa, publicada em Portugal no ano de 1822 e editada até final do século XIX (a 6ª edição é, por exemplo, de 1875). Em território brasileiro, Sotero dos Reis, fiel seguidor das doutrinas de Soares Barbosa, publicou em 1866 sua *Grammatica portugueza*, que teve publicações até pelo menos 1877, data da 3ª edição. Destacamos que o compêndio deste maranhense teve amplo uso e repercussão nas escolas nacionais.

¹⁸ O primeiro trabalho em língua portuguesa de base *histórico-comparativista* foi a obra *A lingua portugueza*, escrita pelo português Adolpho Coelho e publicada em 1868. Quanto à sua ligação com as idéias deste autor, Ribeiro (1914, p. III), no prefácio da 2ª edição, mostra o quanto lhe deve em termos doutrinários, ao levantar o seguinte questionamento: “Pelo que respeita a Adolpho Coelho, pergunto: quem poderá escrever hoje sobre philologia portugueza, sem tomal-o por guia, sem se ver forçado a copial-o a cada passo?”. Também destacamos que no rol de nomes mencionados na dedicatória de sua *Grammatica*, Ribeiro inclui o nome de Coelho, permanentemente mantido tanto na 1ª edição, quanto nas demais.

Vejam, então, a razão de Ribeiro imputar à *metafísica* tamanho óbice.

3.1. Júlio Ribeiro e a mudança do conceito de *cientificidade* na gramaticografia brasileira

A fortuna crítica acerca dos estudos de Júlio Ribeiro, ora apresentada no capítulo 1, apesar de mostrar diferentes olhares sobre a produção gramatical do autor, nos aponta para um fato de grande relevância: o corte epistemológico com a tradição gramatical brasileira, notadamente a *Gramática Filosófica*, promovido pela publicação da *Grammatica*, de Ribeiro, em 1881. De diferentes maneiras e intensidades, todos os autores ora arrolados, apontaram para tal cisão.

Este caráter de ruptura também foi apontado pelos autores de *periodizações* da nossa produção gramatical, que intitularam Ribeiro como inaugurador do *período científico* da gramaticografia brasileira. Estes autores, ao atribuírem tal classificação a Ribeiro, nos induzem a concluir que o que havia antes de Ribeiro *não era científico*. Ou seja, se aceitarmos esta asserção sem ressalvas, estaremos afirmando que todas as gramáticas publicadas no Brasil, de Antônio de Moraes Silva (século XVIII) até Sotero dos Reis (século XIX), são trabalhos *não-científicos*.

Tal divisão não nos parece ser tão categórica, mas sim influência da posição epistemológica de onde se fala. A noção de *científico* encerra em si um leque vasto de possibilidades que só serão consideradas ou desconsideradas conforme o ponto de vista do observador. Assim, a polissemia do termo *científico* é algo que ora passaremos a examinar, uma vez que tal especificação nos ajudará a melhor dimensionar a extensão deste rótulo dado a Ribeiro por seus comentadores.

Os trabalhos gramaticais escritos até 1881, ano de publicação da *Grammatica*, de Ribeiro, tinham uma orientação teórico-doutrinal herdada da *Gramática de Port-Royal* ou *Gramática Geral e Razoada*, escrita por Arnauld e Lancelot e publicada em 1660. Sobre esta gramática, podemos dizer que é um dos principais expoentes do modelo gramatical de base *racionalista*, ou seja, dos modelos que têm como principal característica a prática de submeter à *razão* os dados lingüísticos em análise. As gramáticas que adotaram tal procedimento como base de suas explicações sobre a língua são chamadas, *lato sensu*, de *Gramáticas Filosóficas*, *Gramáticas Gerais* ou *Gramáticas Universais*¹⁹.

Ribeiro não optou por este modelo analítico em sua *Grammatica* e contra ele se insurgiu, já que considerava os valores da *Gramática Filosófica* superados. Esta insatisfação o fez ligar-se aos métodos da recém criada *Gramática Histórico-Comparada* trazendo, desta forma, para nossa gramaticografia, este método surgido dos estudos dos alemães Franz Bopp e Jacob Grimm e do dinamarquês Rasmus Rask, no início do século XIX. Com esta posição teórico-doutrinal, Ribeiro escreveu e publicou, em 1881, a primeira gramática brasileira fundamentada no *histórico-comparativismo*, trabalho que concretizou em termos gramaticais as críticas que o autor fazia ao modelo *racionalista*, ou em suas palavras, à *metafísica*, já fervorosamente iniciadas dois anos antes, em suas colunas do jornal *Diario de Campinas*²⁰.

Com efeito, se olharmos panoramicamente para a história do pensamento filosófico para ali encontrar o referencial epistemológico de *formação do objeto científico*, veremos que, esquematicamente, existem dois pontos de vista diferentes, a saber: modelos que se

¹⁹ Cf. Para uma especificação detalhada, *stricto sensu*, destes três conceitos de gramática ver DUBOIS et al., 2001, p. 314-317. Não está no escopo do presente trabalho uma análise detida e pormenorizada sobre as gramáticas ligadas ao modelo *racionalista*. Elas aqui nos interessam na medida em que são um contraponto epistemológico para a *Grammatica*, de Ribeiro. Desta forma, serão analisadas em um plano mais horizontalizado, sempre tendo como objetivo marcar os aspectos em que estas divergências teórico-metodológicas com as gramáticas ligadas ao *histórico-comparativismo* ficarem mais evidentes. Cumpre ainda dizer, que, no presente trabalho, da mesma forma que se tornou costumeiro fazer nas gramaticografias portuguesa e brasileira, utilizaremos a denominação *Gramática Filosófica*, sempre que quisermos fazer referência às gramáticas caudatárias de *Port-Royal*.

²⁰ Cf. RIBEIRO, 1887.

estruturam a partir da consideração de que o objeto de estudo se forma e se desenvolve *na e pela experiência empírica* em si e, por outro lado, modelos filosóficos que se formam a partir da concepção de que apenas a *experiência sensível* não basta para delimitarmos nosso objeto científico, mas que, além dela, devemos encontrar explicações que remontem ao *plano das idéias*, local em que estão presentes, segundo tal modelo, a validade e os verdadeiros porquês daquilo que observamos empiricamente.

Esta diferente valoração filosófica entre o *mundo sensível* e o *mundo inteligível* remonta à Antigüidade Clássica e, com efeito, não foi uma questão esgotada neste período, mas ganhou pleno desenvolvimento e relevância a partir de então. Tais concepções divergentes quanto ao ponto de partida para se legitimar um *objeto de análise* constitui a grande diferença entre as teorias com fundamentação filosófica no *Empirismo* ou no *Racionalismo*²¹.

Este diferente olhar filosófico está na base da compreensão do porquê tanto os autores vinculados à *Gramática Filosófica*, quanto os ligados à *Gramática Histórico-Comparada* - como é o caso de Ribeiro - reivindicarem para si o título de *científicos*. Esta dupla autodenominação ocorre, pois ambos falam de diferentes posições epistemológicas, já que a *Gramática Filosófica* tem suas raízes no *Racionalismo*, enquanto que a *Gramática Histórico-Comparada* tem sua fundamentação no *Empirismo*.

²¹ A respeito desta oposição entre *Empirismo* e *Racionalismo*, devemos lembrar aqui as observações feitas por Abbagnano (2000, p. 822) que “[...] Hegel foi o primeiro a caracterizar como *Racionalismo* a corrente que vai de Descartes a Spinoza e Leibniz, opondo-o ao empirismo de origem lockiana” e também que “a contraposição entre racionalismo e empirismo fixou-se depois nos esquemas tradicionais da história da filosofia, por mais que o próprio Hegel notasse seu caráter aproximativo”. Se de um lado esta contraposição resulta num reducionismo que coloca em um mesmo grupo pensamentos filosóficos diferentes entre si, de outro nos ajuda a verificar como estas duas grandes matrizes epistemológicas influenciaram a produção gramatical do período em análise. Em síntese, nos interessa, no presente trabalho, o fato de que o grupo de gramáticas ligado ao *Racionalismo* tem como preocupação primeira a submissão dos fenômenos lingüísticos à *razão (ratio)*, à prova intelectual, formando assim um *modelo abstrato* de estudo das línguas. Já as gramáticas que se fundamentam nos valores *Empiristas*, ao contrário das primeiras, ignoram esta submissão e inclusive a criticam, criando como referencial único para o estudo das línguas a *experiência sensível*. Ou seja, em um *modelo positivista* de estudo os dados lingüísticos devem ser submetidos à comprovação concreta para receber validação ou não.

Estas diferentes posições alterarão fundamentalmente o conceito do que pode ser chamado de *científico*, já que no modelo *histórico-comparativista* só recebe tal título o método de estudo gramatical que possa analisar e provar empiricamente os fenômenos lingüísticos. Esta necessidade teórico-metodológica explica, de uma certa forma, o quanto este modelo se serviu de conceitos e métodos vindos de doutrinas em ascensão no século XIX, como por exemplo, o *Positivismo* e o *Naturalismo-evolucionista*. Diferentemente, no modelo gramatical *filosófico*, tal designação só pode ser atribuída ao modelo de estudo que consiga submeter os dados empíricos à *razão*, ou seja, uma gramática só pode ser considerada *científica* se tiver como objetivo utilizar os dados lingüísticos concretos para explicar o que há em nosso *espírito (razão)* que faz com que compreendamos a nossa língua.

Como já afirmamos, Ribeiro se insurge contra a *Gramática Filosófica*, mas esta afirmação, assim feita, carece de concretude e especificação. Com efeito, é exatamente contra a necessidade de o gramático submeter seus dados e seus estudos lingüísticos à prova da *razão*, que Ribeiro se levanta. Para ele, tal método era carente de *comprovações concretas*, e assim, seria uma fonte geradora de explicações gramaticais carregadas de “divagações e opiniões pessoais”, não podendo, desta forma, ser considerado um método *científico*.

Tal desqualificação advém do fato da *Gramática Filosófica* ter como preocupação primeira o tratamento da parte *espiritual, abstrata* da língua, procedimento que para um *empirista e positivista*, como era o caso de Ribeiro, não poderia ser tolerado. Para ele, o ato *científico* de um gramático está no trabalho exclusivo com a *concretude lingüística*, sem interferências das explicações *abstratas*. Evidentemente, tal atitude de Ribeiro propõe novos referenciais de *cientificidade* na gramaticografia brasileira.

Esta proposição científica de Ribeiro (1914, p. I, grifos nossos) pode ser vista em várias partes de sua *Grammatica* e também de suas obras metalingüísticas, mas começaremos

com a frase por nós já mencionada no início deste capítulo: “As *antigas grammaticas* portuguezas eram mais dissertações de *metaphysica* do que *exposições dos usos* da lingua”.

Devemos salientar que esta frase está presente somente a partir da 2ª edição da *Grammatica*, em seu prólogo. Na 1ª edição, há também menções ao termo *metaphysica*, na verdade, sempre com o mesmo tom crítico empregado na frase citada. O cotejo das diferentes edições nos mostra um fato interessante: na última página da 1ª edição da *Grammatica*, Ribeiro (1881, p. 291, grifos nossos) declara, nos dois últimos parágrafos, abertamente e convictamente *sua opção teórico-doutrinal* em termos gramaticais. Vejamos:

Subtilezas só engendram confusão: em *metaphysica* cada qual discreteia a seu modo, e ha sempre tantas sentenças quantas são as cabeças. As irregularidades, os idiotismos, os dizeres intimos de uma lingua *só pelo estudo historico comparativo* podem ser postos em luz, explicados, solvidos. Campinas, 27 de Agosto de 1881.

Termina seu trabalho, assinando “*Campinas, 27 de Agosto de 1881*” e três anos mais tarde, “*Capivary, 30 de Dezembro de 1884*”, a primeira frase a ser escrita em sua 2ª edição é exatamente: “As *antigas grammaticas* portuguezas eram mais dissertações de *metaphysica* do que *exposições dos usos* da lingua”. Esta continuidade linear, praticamente um diálogo do epílogo com o prólogo, na passagem da 1ª para a 2ª edição, nos mostra o quanto a questão da crítica à análise *metafísica* das línguas preocupava Ribeiro, bem como para ele também era importante enaltecer sua adesão aos novos métodos da *Gramática Histórico-Comparada*. Ainda quanto ao cotejo das edições, ressaltamos que, na 2ª edição, o trecho final da 1ª edição, acima exposto, é mantido, mas perdeu seu papel de epílogo, já que Ribeiro o coloca 15 páginas antes do fim da *Grammatica*.

Antes de avançarmos na análise deste trecho e, também, antes de apresentarmos outros excertos com o mesmo teor crítico, nos parece oportuno esclarecer melhor as características do *Racionalismo* e de sua aplicação no âmbito gramatical, já que a sua devida contextualização nos ajudará a melhor compreender as críticas de Ribeiro a tal modelo. Esta

exposição torna-se importante, pois, ao examinarmos as características daquilo que Ribeiro considerava um *anti-modelo* gramatical, podemos avançar, por oposição, na compreensão de seu conceito de *modelo* e, conseqüentemente, tal contraste nos auxiliará no estudo de sua *Grammatica*.

Além disso, este movimento retrospectivo nos ajudará a entender os fundamentos filosóficos presentes nas gramáticas anteriores a Ribeiro, compêndios que Cavaliere (2002), em sua periodização, classificou como sendo pertencentes ao *período racionalista* (1802-1881) da gramaticografia brasileira. Deste período, se destaca a influência que teve em nosso país a *Grammatica portugueza*, de Francisco Sotero dos Reis, importância, aliás, destacada por Araújo (2003, p. 58) ao afirmar que “não é força de expressão dizer-se que Sotero exportava filologia para o resto do Império”.

Relativamente a este período, convém novamente destacar como Cavaliere (2002, p. 110) o caracteriza. Vejamos:

Com notável presença do chamado “grupo maranhense”, formado, dentre outros, por Antonio Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Francisco Sotero dos Reis, a par de conhecidos vernaculistas, como Charles Grivet, autor da *Grammatica analytica da lingua portugueza*, publicada em 1865, o *período racionalista* deixou *marcas profundas no ensino do português do século XIX*, constituindo, sem dúvida, *o primeiro modelo de produção gramatical* que perdurou por mais de uma geração de estudiosos da língua vernácula. *A principal crítica* que se lhe impõe, decerto, *reside na pouca ou mesmo nenhuma importância* que então se dedicava *ao estudo do português brasileiro*, de tal sorte que nossas gramáticas mais se resumiam *a copiar regras e dispositivos dos compêndios congêneres lusitanos*.

O exame das bases filosóficas do *período racionalista* também se justifica por nossa tentativa de compreensão do fato de não ter havido nele a *gramatização* do Português do Brasil, processo que teve início apenas com a *Gramática Histórico-Comparada*, com a publicação da *Grammatica*, de Ribeiro, em 1881.

3.2. Racionalismo e gramática: o conceito de *língua* na *Gramática Filosófica*

Um estudo que envolva a compreensão das bases formativas e, assim, das descrições lingüísticas utilizadas por *Port-Royal* ou pelas *Gramáticas Filosóficas* escritas a partir de então, passa, necessariamente, pela análise da importância que exerceu a *filosofia cartesiana*²² sobre o pensamento da época, especificamente no nosso caso, sobre os efeitos causados na produção gramatical.

Como já mencionamos, o pensamento sobre o *transcendental* não se iniciou em Descartes, mas sua contribuição no campo dos estudos filosóficos do tipo *abstrato* será marcante. Haverá em sua obra uma sistematização de procedimentos e regras para os estudos *racionais* e assim, conseqüentemente, a formação de um *método científico* para se realizar tais operações investigativas. A respeito de sua importância epistemológica, Penha (1994, p. 50) afirma que Descartes “ostenta muito justamente o título de iniciador da grande revolução racionalista do século XVIII, base da filosofia moderna. A obra máxima dessa revolução foi o *Discurso do método*²³ [publicado em 1637]”.

A filosofia cartesiana influenciará profundamente o pensamento moderno em várias áreas do conhecimento, mas, no presente trabalho, nos interessa a influência que teve no estudo das línguas. Isso nos levará à primeira gramática *racionalista* que é escrita tendo como eixo filosófico as idéias de Descartes, ou seja, a *Port-Royal*. Sobre esta relação, Bassetto e Murachco (2001, p. XXVI, grifos nossos) assim se pronunciaram:

O grande Arnauld desenvolveu um ramo do *cartesianismo* a que o próprio Descartes não se havia dedicado: o *estudo e a análise da linguagem em geral*, partindo da hipótese de ser ela de *natureza racional*. Esse ramo de estudo foi *implantado e naturalizado* em Port-Royal²⁴, cujo fruto é esta *Grammaire générale et raisonnée*; [...] Tiveram, porém, continuadores no século seguinte, como Du Marsais, Duclos, Condillac e, sobretudo, De Tracy, discípulo direto

²² O termo *cartesiano* vem de *cartesius*, que é forma latina para o nome Descartes.

²³ A obra escrita anteriormente por Descartes é *Regras para a direção do espírito*. Conforme nos informa Leopoldo e Silva (2001), ele a concluiu em 1628, mas sua publicação só se dará depois de sua morte.

²⁴ Aqui a referência é geográfica. Port-Royal era uma região na França, mais ou menos, 36 quilômetros a sudeste de Paris, na região de Chevreuse. (BASSETTO; MURACHCO, 2001, p. IX)

de Arnauld. [...] A *abordagem racional e filosófica* do estudo da linguagem levou Voltaire a afirmar a respeito de Arnauld que “ninguém nascera com um espírito mais filosófico”.

Tal hipótese que caracterizava a linguagem como sendo um produto da *razão* humana é a essência epistemológica do modelo *Racionalista*, gerando, desta forma, uma prática gramático-metodológica específica para estes estudos. Com efeito, esta é a grande discordância de Ribeiro quanto à *Gramática Filosófica*, já que para ele a língua não era de origem *racional*, mas sim configurava-se como um *organismo* natural, dentro de uma visão fundamentalmente *Naturalista*, e não *Filosófica*, da linguagem.

A *Gramática de Port-Royal*, no entanto, ao considerar que a linguagem era de natureza *racional*, é construída segundo os valores cartesianos que ora passaremos a analisar mais detidamente.

A compreensão da proposta cartesiana de filosofia se dá pelo exame da relevância dada por Descartes ao *sujeito*, já que é a partir de sua consideração que os referenciais de *verdade* serão estabelecidos. Ou, como nos diz Leopoldo e Silva (2001, p. 7, grifos nossos): “o *sujeito* é tomado como ponto de partida do conhecimento”.

Assim dito, há de se estabelecer qual é a noção de *sujeito* em Descartes, uma vez que esta delimitação é que nos dirá como este filósofo concebe o *conhecimento* e os devidos critérios de *verdade*.

Descartes concebe o *sujeito* sob um ponto de vista *dualista*. Isto equivale a dizer que sua visão, como nos explica Leopoldo e Silva (2001), parte do princípio de que há duas *realidades* completamente separadas entre si: o *corpo* e a *alma* (ou, nos termos do próprio filósofo, *substância extensa* e *substância pensante*, respectivamente).

A exata definição e delimitação de *sujeito* passa pela compreensão do *dualismo* cartesiano, uma vez que ao definir estas duas *realidades* diferentes, Descartes também instaura a diferenciação entre *sujeito* e *objeto* no âmbito de sua filosofia. Usaremos os

comentários de Leopoldo e Silva (2001, p. 7, grifos do autor) para situar devidamente a questão. Vejamos:

Essa separação [dualista entre corpo e alma] significa ainda algo mais do que a independência recíproca entre corpo e espírito: significa a separação entre o *sujeito* e *objeto*. Na medida em que o pensamento é estabelecido na sua completa autonomia, o sujeito de conhecimento se constitui também fora da relação imediata de conhecimento, pois é preciso que se afirme *primeiramente* o sujeito para que então possam aparecer para ele objetos, o elenco daquilo que ele pode saber, a partir de si mesmo, acerca daquilo que não é ele mesmo. A independência do sujeito, no plano metafísico, é, pois, solidária do método que se constituirá para a filosofia e que constituirá fundamentalmente em tomar o sujeito como ponto de partida do conhecimento.

Quanto à questão do *sujeito* a simples afirmação da existência de um *eu*, de um ser humano, implica necessariamente na existência de sua *substância extensa*, já que esta não pode ser apenas uma *substância pensante*. Este processo subjetivista é destacado por Auroux e Weil (1997, p. 82, grifos nossos), que assim se manifestam:

A *operação cartesiana*, apoiada na subjetividade do pensamento, implica um *dualismo*. Concebo que sou *uma coisa que pensa*; sou portanto uma *substância pensante*. Mas, se considerar, por exemplo, um pedaço de cera, posso amassá-lo e fazer desaparecer a figura que actualmente o define; sob as diferentes formas da matéria externa subsiste apenas a pura extensão; a *matéria* é por isso uma *substância extensa*. Contudo, *eu* que sou *uma coisa que pensa*, duvida, afirma, quer, ama, imagina e sente, *não posso ser puro pensamento*. O que em mim é *puro pensamento* é somente a *acção* de minha *alma*, de acordo com o livre arbítrio que a caracteriza e lhe permite duvidar ou, até, enganar-se. Sou também um *corpo*, uma *substância extensa*, o que se revela no amor ou no ódio, em que a minha *alma passiva sofre a acção de um corpo*; o *corpo* que me é próprio está de tal maneira *ligado* à minha *alma* que a minha *natureza, composta de duas substâncias*, é de facto um *composto substancial*.

Porém, é necessário destacar ainda que a concepção *dualista* de Descartes admite a existência do *pensamento* em *si*, sem que haja a necessidade de uma correspondente representação no *mundo sensível*. Tal independência *abstrata* é salientada por Leopoldo e Silva (2001, p. 8, grifos do autor) ao afirmar que:

O homem não se põe apenas diante das coisas para apropriar-se abstrativamente dos conteúdos de conhecimento veiculados na relação sujeito/objeto, mas assume a tarefa de *fundar* na subjetividade todo e qualquer conhecimento. [...] Sendo assim, os conteúdos mentais não são considerados apenas reflexos das coisas. Se eles forem conteúdos autênticos, isto é, se passarem pela prova dos critérios metódicos, sua realidade estará assegurada, independentemente de serem confrontados com algum conteúdo da experiência sensível.

Com efeito, esta divisão radical entre *corpo* e *alma*, segundo Leopoldo e Silva (2001, p. 6, grifos nossos) “determina todo o processo de *constituição do saber*” na filosofia cartesiana. Isto se explica, pois Descartes devotará diferentes procedimentos de estudo para a *substância pensante* e para a *substância extensa*. Quanto a esta última, Leopoldo e Silva (2001, p. 6, grifos nossos) comenta que a filosofia cartesiana “estabelece o tratamento metódico das *questões da física* exclusivamente a partir da *extensão*, através da aplicação do *método matemático*”.

No entanto, relativamente ao tratamento da *substância pensante*, Auroux e Weil (1997, p. 82, grifos nossos) comentam o quanto Descartes, ao desenvolver a idéia do *dualismo*, “vê-se confrontado com o *delicado problema* da união da *alma* e do *corpo*”. Este problema ocorre, pois:

Uma *ciência racional* da *substância extensa* é possível; podemos, através dela, estudar os corpos vivos reduzidos a uma montagem de mecanismos [...], mas é uma *alma* que dá ao *corpo humano* a sua *unidade*; o que é então que a liga ao corpo? Descartes procura a localização desta união numa *glândula* que coloca no *cérebro* (*glândula pineal*²⁵).

Com efeito, a proposta cartesiana do papel da *glândula pineal* é modernamente bastante questionável. De qualquer forma, esta questão da *junção alma-corpo* foi e continua sendo objeto de controvertidos debates e investigações nos âmbitos filosófico, psicológico ou mesmo teológico.

Não obstante a falibilidade de sua explicação para a união entre as partes *concreta* e *abstrata*, nos interessa aqui analisar o *método* desenvolvido por Descartes para examinar a *substância pensante*, ou seja, a *alma*. Embora não consiga ser convincente ou mesmo conclusivo quanto a esta questão da junção das partes, é importante dizer que o olhar epistemológico da filosofia cartesiana está fundado justamente no estudo da *alma*, ou ainda melhor, do *espírito*.

²⁵ Cf. COTTINGHAM, 1995, p. 74-75.

Este estudo da *substância pensante* é feito a partir do *sujeito* e é exatamente por isso que partimos inicialmente da idéia de Leopoldo e Silva (2001) que afirma ter o *sujeito* em Descartes o papel de *ponto de partida do conhecimento*. Ainda acerca desta função, Leopoldo e Silva (2001, p. 7, grifos nossos) esclarece que:

[...] o *sujeito* é pólo irradiador de certeza e que é a partir do que se encontra no *sujeito* que se constitui o *conhecimento verdadeiro*, entendendo-se aqui o *sujeito* como exclusivamente o *pensamento*. Dizemos então que o conhecimento em Descartes se constitui a partir de *idéias* e que por isso ele é *idealista*.

Gostaríamos de aqui sublinhar que a noção cartesiana de *sujeito* está limitada unicamente ao *pensamento*. Isto faz com que Descartes volte-se para a busca do *conhecimento verdadeiro* através do estudo das *idéias*, da *substância pensante*. Tal procedimento de investigação dará o título de *Idealista* à sua filosofia. Igualmente, podemos dizer que sua filosofia é *Racionalista*, uma vez que esta preocupação com a *substância pensante* o leva a estudar a *razão*, o *espiritual* do ser humano.

Com efeito, ao estabelecer a primazia da *razão* sobre a *extensão*, Descartes dialoga e retoma uma questão filosófica clássica, ou seja, o estudo a respeito das relações existentes entre o *inteligível* e o *sensível*. Pautar sua filosofia em valores *racionais*, em pleno século XVII, faz com que Descartes seja considerado *inaugurador do pensamento moderno*, pois, como acentua Leopoldo e Silva (2001, p. 6, grifos nossos): “[ele] opera uma *inversão radical* das perspectivas metódicas, e o faz a partir de concepções *metafísicas* completamente diversas das que eram até então vigentes”.

Esta *inversão* é feita tendo como contraponto epistemológico a *teoria realista do conhecimento*, mais especificamente a *filosofia aristotélico-tomista*. Descartes rompe com o conceito de *representação* vigente à sua época, que é assim sumariado por Leopoldo e Silva (2001, p. 9-10, grifos do autor):

A representação [em princípio, todo e qualquer conteúdo presente na mente] é apenas o reflexo de objetos particulares ou então a transfiguração abstrata da

ordenação do mundo material. Nessa perspectiva, tudo aquilo que o espírito *representa* já foi alguma vez objeto de percepção, pois nada poderia estar presente na mente sem que tivesse estado antes nos sentidos. Assim, a questão do conhecimento consistiria em explicar o trajeto das coisas à mente por intermédio da sensibilidade e a transformação do particular e divisível em essência universal e indivisível, presente no intelecto. Os gêneros intelectuais eram reconhecidos como abstrações que representavam o universo das coisas para além do que era dado de maneira singular. Para apreender o real efetivo devia-se visar o particular através de um gênero universal. Exemplo: a *substância*, enquanto tal, é uma abstração; real é este ou aquele *indivíduo* que *reconheço* como substância. Portanto, para representar *algo* como substância seria preciso que houvesse um conteúdo sensível determinado através desse conceito.

Ainda sobre este cenário *pré-Descartes* e o instaurado por ele, Leopoldo e Silva (2001, p. 10, grifos do autor) assim descreve o sentido que as *representações* devem seguir para que sejam consideradas *reais*. Vejamos:

[...] para a filosofia anterior a Descartes, mais precisamente a filosofia aristotélico-tomista, qualquer representação que aspire à realidade tem que ser primeiro uma *representação sensível*, pois é *das coisas para* o intelecto que segue a trajetória do conhecimento. Em Descartes o que ocorre é o inverso: tudo que temos primeiramente são representações das quais se trata de atestar a realidade.

Nestes termos, fica dito que em Descartes a *realidade* de uma *representação* é validada pela *demonstração intelectual*, ou seja, aquilo que se pretenda *real* deve encontrar comprovação partindo *do* intelecto *para* as coisas. Desta forma, como lembra Leopoldo e Silva (2001, p. 8, grifos do autor), para Descartes o “mundo material não está irremediavelmente condenado a desaparecer, mas a realidade que lhe é própria não provém, *enquanto verdade*, da percepção dos sentidos, mas sim da demonstração intelectual de que as coisas que percebemos existem verdadeiramente”.

É necessário aqui sublinhar que o fato da filosofia cartesiana relegar a *realidade sensível* a um plano secundário de interesse investigativo acarreta importantes conseqüências metodológicas, já que não se pode mais ter como único parâmetro aquilo que se põe presente aos olhos. Tal *direção* na investigação filosófica será fundamental para a definição do critério de *cientificidade* na filosofia cartesiana. Com efeito, só serão *científicos*, para Descartes,

procedimentos analíticos que visem a encontrar uma prova *racional* para aquilo que é posto *empiricamente* à observação.

Como informa Leopoldo e Silva (2001, p. 10, grifos nossos), tal tarefa investigativa está no ato de se “partir das *idéias* e procurar nelas os índices que atestarão que existe na *realidade* algo que lhes corresponde”, sendo este o único caminho possível para se estabelecer a *cientificidade* de uma análise.

Efetivamente, tal percurso é o que será seguido pela *Gramática de Port-Royal*, que se intitula *científica* justamente por estabelecer um caminho de análise gramatical *do* pensamento *para* a substância lingüística. Como já apontamos, o critério de *cientificidade* é variável segundo o ponto de vista epistemológico adotado pelo analista, mas no caso de *Port-Royal* o referencial *científico* adotado é o estabelecido pela filosofia cartesiana.

Podemos encontrar nas palavras Arnauld e Lancelot (2001 [1660], p. 6, grifos nossos) aquilo que eles concebem como *científico*, conceito que é explicitado quando estes se manifestam relativamente aos valores analíticos que dão ao *uso* e à *razão*. Vejamos: “[...] se a *palavra* é uma das grandes vantagens do homem, não deve ser algo menosprezável possuir toda a perfeição que convém ao homem, isto é, ter não apenas seu *uso* mas também conhecer-lhe as *razões* e fazer *cientificamente* o que os outros fazem *apenas por costume*”.

Ou seja, para *Port-Royal*, o simples saber relativo ao *uso* da língua, sem que se apontem os porquês *racionais*, é um ato não *científico*, uma vez que qualquer usuário pode consuetudinariamente assim fazer. No entanto, apenas a explicação do *uso racionalmente* conduzida pode ser considerada *científica*, tarefa que os autores logo no início da *Gramática* se propõem a realizar.

Assim dito, devemos apontar, então, que o olhar cartesiano de *Port-Royal* a respeito do fenômeno lingüístico está pautado no processo de submissão dos fenômenos *sensivelmente*

observados à *demonstração intelectual*. Ou seja, a língua, como *realidade empírica*, só é válida quando demonstrada em sua parte *espiritual*.

Para *Port-Royal*, a escrita encerra em si, *dualisticamente*, duas partes fundamentais: a material e a espiritual. Ou em outras palavras, o signo de *Port-Royal* é formado pela união do *concreto* e do *abstrato*. Esta bipartição está presente na sinopse gramatical proposta por Arnauld e Lancelot (2001 [1660], p.3, grifos nossos), que assim se manifestam a respeito:

[...] pode-se considerar *duas coisas* nesses signos [os caracteres da escrita]. A *primeira*: o que são por sua própria natureza, isto é, como *sons e caracteres*. A *segunda*: sua *significação*, isto é, o modo pelo qual os homens deles se servem para *expressar seus pensamentos*. Trataremos de uma na primeira parte desta Gramática, e da outra na segunda.

É, justamente no estudo da *significação*, que podemos perceber o mencionado processo de submissão dos dados lingüísticos à *razão*. Ou melhor, é na relação entre os “sons e caracteres” e seus “significados” que compreendemos como se dá tal vinculação. Arnauld e Lancelot (2001 [1660], p. 29, grifos nossos) iniciam o capítulo 1, da segunda parte da *Gramática*, mostrando o quanto o *sentido* das palavras depende da porção *espiritual*. Vejamos, inicialmente, o título do referido capítulo: “Que o conhecimento daquilo que *se passa em nosso espírito é necessário para compreender* os fundamentos da *Gramática*; e que é disso que depende a diversidade das palavras que compõe o discurso”.

Logo em seguida, ao definirem o termo “palavra”, Arnauld e Lancelot (2001 [1660], p. 29, grifos nossos) voltam a sublinhar a primazia do *espiritual* sobre *o material*. Vejamos:

Assim se pode definir as *palavras*: sons distintos e articulados, que *os homens transformaram* em *signos* para significar seus *pensamentos*. É por isso que não se pode compreender bem os *diversos* tipos de *significação* que as palavras contêm, se antes não se tiver compreendido *o que se passa* em nossos *pensamentos*, pois as palavras foram inventadas exatamente para dá-los a conhecer.

Para compreendermos *o que se passa em nossos espíritos* e, desta forma, estabelecer os *sentidos*, a *significação* lingüística, temos de levar em conta as palavras dos autores ao dizerem que “todos os filósofos ensinam que em nosso espírito há três operações:

CONCEBER, JULGAR e RACIOCINAR”. (ARNAULD; LANCELOT (2001 [1660], p. 29).

Assim dito, ressaltamos que para a *Gramática de Port-Royal* existe a necessidade de se compreender como funcionam e se inter-relacionam estas três operações *espirituais*. Arnauld e Lancelot (2001 [1660], p. 30, grifos dos autores) assim se manifestaram quanto a este processo:

CONCEBER não é mais que um simples olhar de nosso espírito sobre as coisas, seja de um modo puramente intelectual, como quando conheço o ser, a duração, o pensamento, Deus; seja com imagens físicas, como quando imagino um quadrado, um círculo, um cachorro, um cavalo. JULGAR é afirmar que uma coisa que concebemos é tal ou não é tal, como quando afirmo, depois de ter concebido o que é a *Terra* e o que é *redondo*, que *a Terra é redonda*. RACIOCINAR é servir-se de dois julgamentos para produzir um terceiro, como quando concludo, após ter julgado que toda virtude é louvável, que a paciência é louvável.

Esta tríade proposta por *Port-Royal* nos levará a uma questão fulcral desta obra, que é justamente a formação da *proposição*, uma vez que é através dela que manifestamos nossas avaliações quanto ao que observamos empiricamente. A este respeito, Arnauld e Lancelot (2001 [1660], p. 30) dizem que “os homens não falam apenas para expressar somente aquilo que concebem, mas quase sempre para expressar os julgamentos que fazem das coisas que concebem”.

Ao estabelecer que tais julgamentos são as *proposições*, a *Gramática* abre espaço para a discussão do lingüístico, já que elas podem ser decompostas em três elementos: o *sujeito*, o *atributo* e o *verbo*. Cabe aqui lembrar as palavras de Cavaliere (2002) ao destacar que tal tripartição estará presente na *descrição lingüística* e na *sinopse gramatical* das gramáticas escritas sob influência de *Port-Royal*, como é o caso, por exemplo, da *Grammatica portugueza*, do maranhense Sotero dos Reis, publicada em 1866.

As considerações que fazem Arnauld e Lancelot (2001 [1660], p. 30, grifos dos autores) sobre as *proposições* merecem ser, aqui, expostas dada a sua relevância. Vejamos:

O julgamento que fazemos das coisas, como quando digo “A Terra é redonda”, se chama PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um, chamado *sujeito*, que é aquilo de que se afirma algo, como

terra; o outro, chamado *atributo*, que é o que se afirma, como *redonda* – além da ligação entre esses dois termos: *é*. Ora, é fácil de ver que os dois termos pertencem propriamente à primeira operação do espírito, porque é o que concebemos e é o objeto de nosso pensamento, e que a ligação pertence à segunda, que pode ser considerada propriamente como a ação de nosso espírito e a maneira pela qual pensamos.

Esta primazia da ação do *espírito* na análise das línguas faz com que tenhamos em *Port-Royal* explicações feitas pelo uso da *Teoria das Elipses*, recurso, aliás, também bastante conhecido e associado às explicações estabelecidas por esta *Gramática*. Nela, caso exista alguma regra ou estrutura que fuja da explicação geral, tal incongruência ou ausência podem ser atribuídas à ação do *espírito* na língua. Tal incompletude pode ser sanada, já que a ação do *espírito* sobre a língua supre esta lacuna.

Este processo encontra-se exemplificado em *Port-Royal*, quando lá se estabelecem as regras de concordância que devem ser aplicadas à morfossintaxe. Caso ocorra alguma situação fora da prevista pela descrição gramatical, pode-se recorrer à explicação por *figura*. Vejamos como Arnauld e Lancelot (2001 [1660], p. 126) explicam tal processo: “Se for encontrado algo contrário às regras citadas, isso se faz por figura, isto é, subentendendo-se alguma palavra ou levando-se em conta antes os pensamentos que as próprias palavras”.

Como já foi aqui salientado, a *Gramática de Port-Royal* é uma obra *racionalista*, motivo pelo qual encontramos ali fartos exemplos de explicações lingüístico-gramaticais calcadas na *razão*, no *espiritual*. Não é objetivo de nosso trabalho esgotá-los, mas sim explicitar e comentar o eixo analítico adotado por esta *Gramática*. A fim de incrementar a exemplificação, arrolaremos mais um caso em que tais práticas analíticas são claramente utilizadas.

Mais uma vez, o exemplo encontra-se no campo da morfossintaxe, só que neste caso está na explicação que Arnauld e Lancelot (2001 [1660], p. 128, grifos nossos) dão para *as figuras de linguagem*. Vejamos:

O que dissemos [até então] sobre sintaxe é suficiente para compreender-lhe a ordem natural, quando todas as partes do discurso são expressas de modo

simples e não há nenhuma palavra demais nem uma palavra de menos e está conforme à expressão natural de nossos pensamentos. Como, porém, os homens muitas vezes seguem *mais o sentido de seus pensamentos que as palavras das quais se servem para expressá-los*, e que, para abreviar, muitas vezes suprimam alguma coisa do discurso, ou ainda que, tendo em vista a elegância, deixem aí alguma palavra que parece supérflua, ou que invertam a ordem natural, daí se originou que se introduziram quatro modos de falar, denominados *figurados*, que são como outras tantas irregularidades na Gramática, ainda que sejam por vezes aperfeiçoamentos e belezas nas línguas.

Neste caso, o processo de atuação do *espírito* sobre a *língua* se explica pela existência de uma *figura* chamada *silepse* ou *concepção*. Arnauld e Lancelot (2001 [1660], p. 128-129, grifos nossos) assim se manifestam a este respeito:

O que *mais se afina* com nossos *pensamentos* do que com as *palavras* do discurso se denomina *silepse* ou *concepção*, como quando digo: *Il est heures* (“São seis horas”), pois, *segundo as palavras*, seria *necessário dizer: Elles sont six heures*, como até se dizia antigamente e como se diz ainda hoje: *Ils sont six, huit, dix, quinze hommes*. Como, porém, só se pretende indicar um tempo determinado e uma só dessas horas, a saber, a sexta, *meu pensamento se projeta sobre aquela, sem olhar as palavras*, e faz com que eu diga *il est heures* preferentemente a *elles sont six heures*.

Com efeito, como já dissemos no início deste capítulo, nossa intenção ao examinar o modelo gramatical de base *racionalista*, fundamentalmente, a proposta de examinar a Gramática de *Port-Royal*, também intitulada, *Gramática geral e razoada*²⁶, explica-se na medida em que nela encontramos um contraponto epistemológico à *Grammatica*, de Ribeiro.

Tal contraponto pode ser visto na *essência dos objetivos* destes trabalhos. O *Historicismo* e o *Naturalismo* que pautarão o trabalho de Ribeiro não têm relevo em *Port-Royal*. Nas *Gramáticas Gerais* ou *Filosóficas*, esta pouca importância dada à consideração das origens históricas das línguas ocorre pelo fato de que seus objetivos estão centrados no estudo das relações existentes entre a *linguagem* e o *raciocínio humano*.

O cenário de choque epistemológico está formado na gramaticografia brasileira, pois chegamos justamente ao confronto entre o *Racionalismo* das *Gramáticas Gerais*, como a de *Port-Royal*, Soares Barbosa ou Sotero dos Reis e o *Empirismo*, da *Grammatica*, de Júlio Ribeiro. Ao passo que Ribeiro considera a *língua* um *organismo natural* passível de estudos e

²⁶ Razoado: aquilo que provém da *razão*, do raciocínio.

explicações de ordem *naturalista* e *histórico-comparativa*, valendo-se assim de análises *empírico-positivistas* para a linguagem, as *Gramáticas Gerais* partem da universalidade do *raciocínio* humano, para ali encontrarem as explicações sobre aquilo que está em nossa *razão* que faz com que utilizemos nossa língua de uma determinada forma.

Tais trabalhos *racionalistas* terão como objetivo encontrar processos e estruturas lingüístico-mentais que sejam *gerais* a todos os seres humanos, conseqüentemente, a todas as línguas existentes, apontando assim para a elaboração de uma *gramática geral*. A consideração do *inatismo*²⁷ inerente a tais processos e estruturas lingüísticas explica estas características *gerais* a todas as línguas, mesmo considerando-se, empiricamente, a diversidade e particularidade das línguas existentes.

3.3. A importância das críticas de Júlio Ribeiro à *metafísica* na formação de seu pensamento lingüístico-gramatical

Efetivamente, a necessidade de examinarmos as críticas de Ribeiro à *metafísica* pode ser explicada por dois aspectos. Primeiro, para compreendermos a base de formação do pensamento lingüístico de Ribeiro e assim, conseqüentemente, os valores por ele utilizados na elaboração de sua *Grammatica*. Segundo, porque este exame nos aponta para o processo de mudança epistemológica por ele promovido na gramaticografia brasileira, uma vez que constrói, pioneiramente em nosso país, uma *Gramática Histórico-Comparada* da língua portuguesa. Antes, porém, é necessário fazer um esclarecimento terminológico: o termo *metafísica* é usado por Ribeiro para se referir à tradição gramatical de base *racionalista*, ou seja, tem, em sua obra, o valor equiparado ao que chamamos de *Gramática Filosófica*.

²⁷ Cf. HOUAISS (2007): “Inato: [Filosofia] No *cartesianismo*, que se origina da mente, sem qualquer mescla com a experiência sensível nem influência da imaginação criadora (diz-se de idéia)”.

O posicionamento crítico de Ribeiro (1914, p. I) quanto à *metafísica* ficou conhecido pela frase por ele utilizada para abrir o prólogo da 2ª edição: “As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da língua”. Como já dissemos no início deste capítulo, esta frase dá seqüência a uma outra frase utilizada por Ribeiro (1881, p. 291, grifos nossos), na 1ª edição, para referir-se pejorativamente ao *racionalismo* da *Gramática Filosófica*: “*Subtilezas só engendram confusão: em metaphysica cada qual discreteia a seu modo, e ha sempre tantas sentenças quantas são as cabeças*”.

Ribeiro realiza tais críticas justamente por conceber a *língua* e a *gramática* de forma distinta àquela proposta pelos *metafísicos*. Diferentemente do que era proposto por este modelo, Ribeiro se levanta contra a necessidade teórico-metodológico de o gramático submeter seus dados e seus estudos lingüísticos à prova da *razão*. Ao dizer o que não aceitava em matéria de estudos sobre a linguagem, Ribeiro (1881, p. 291, grifos nossos) também aponta para aquilo que acha ser o único caminho possível para tais investigações: “As irregularidades, os idiotismos²⁸, os dizeres intimos de uma lingua *só pelo estudo historico comparativo* podem ser postos em luz, *explicados*, solvidos”.

Como também já apontamos, este processo de mudança de *modelos gramaticais* tem sua origem na alteração da concepção de *cientificidade*, uma vez que Ribeiro nega os critérios de *ciência* do *Racionalismo* e liga-se aos valores do *Empirismo*.

Ribeiro, antes de publicar sua *Grammatica*, em 1881, mantém no jornal *Diario de Campinas*, entre 1879 e 1880, uma coluna em que escrevia sobre questões gramaticais. Como ironicamente afirma o próprio Ribeiro (1887, p. 63, grifos nossos) “a transcrição desses artigos em duas folhas da capital [São Paulo] trouxe *a terreiro* o illustre sr. dr. Augusto Freire

²⁸ Relativamente ao tratamento dado aos idiotismos pela *Gramática de Port-Royal*, Bassetto e Murachco (2001, p. XXVI, grifos nossos) assim se manifestam: “[...] o que geralmente se critica nesse tipo de abordagem lingüística [a racionalista] é que *nem tudo pode ser* reduzido à *razão*, como os *idiotismos*; realmente, os escritos de Port-Royal têm muito poucos. Fazem muita abstração, baseada em poucas línguas, todas provenientes do indo-europeu; realmente é difícil, senão impossível, uma *Gramática Geral* que descreva todas as variantes lingüísticas da Humanidade, da mesma forma que N. S. Trubetzkoi não conseguiu montar um sistema fonológico universal”.

da Silva”. Tal presença explica-se, pois Freire da Silva era o principal representante do modelo *filosófico*, em São Paulo. Assim estabelecidas as posições teóricas, travou-se uma polêmica gramatical²⁹ entre os referidos autores. Com efeito, a essência de tais polêmicas está no fato de Ribeiro atacar, em tais colunas, os valores gramaticais que estavam em voga em nosso país, ou seja, os apregoados pela *Gramática Filosófica*.

Augusto Freire da Silva, autor do *Compendio da grammatica portugueza*, publicado em 2ª edição em 1875³⁰, era professor catedrático de língua portuguesa no “Curso Preparatório”, anexo à Faculdade de Direito de São Paulo³¹. Foi, pelo menos até a publicação de sua 3ª edição³² em 1879, um fiel seguidor das idéias gramaticais de Sotero dos Reis e, portanto, da *Gramática Filosófica*.

O descontentamento de Ribeiro (1887, p. 63, grifos nossos) com o cenário gramatical brasileiro pode ser visto em seus comentários acerca dos artigos que escreveu e que geraram a manifestação de Freire da Silva. Vejamos:

Não eram artigos de combate, não visavam á polemica: eram apontamentos ligeiros que só tinham em mira demonstrar que sobre Grammatica *ha ainda muito por fazer entre nós*. [...] Entendeu s.s. [Augusto Freire] que devia romper

²⁹ Toda esta polêmica, ou seja, tanto os textos de Júlio Ribeiro, quanto os de Augusto Freire da Silva, foi compilada em formato de livro no ano de 1887 e publicada sob o título de *Questão grammatical*.

³⁰ A referência bibliográfica completa desta obra nos mostra o quanto Freire, até então, seguia as teorias de Sotero dos Reis. Vejamos: “*Compendio da grammatica portugueza* – constando **na parte mechanica ou material**, das Noções de Prosódia e Orthografia compiladas pelo Bacharel em Direito AUGUSTO FREIRE DA SILVA, Professor da Lingua Nacional do curso de preparatorios annexo á Faculdade de S. Paulo; e **na parte logica ou discursiva**, de um resumo de Etymologia e Syntaxe extrahido com algumas alterações e acréscimos da Grammatica Portugueza de FRANCISCO SOTERO DOS REIS, de 1875 (2ª. ed. mais correctea e augmentada), São Paulo, 1876.

³¹ Na verdade, o “Curso Preparatório” era um curso pré-universitário, vinculado a própria Faculdade de Direito de São Paulo, freqüentado por pessoas que ali desejavam ingressar.

³² A dificuldade de acesso às gramáticas de Freire, notadamente, a inacessibilidade da 4ª e da 5ª edições, faz com que saltemos para o exame da 6ª edição, de 1891, na qual já se constata a guinada teórica estabelecida por Freire rumo ao *Historicismo*. Ao estabelecer o cotejo entre algumas edições de suas gramáticas, podemos notar tal mudança teórico-metodológica. A 2ª edição, de 1875, é calcada nos valores e na estrutura da *Gramática Filosófica*, porém, a partir de 1891, na 6ª edição, Freire adéqua-se aos moldes da *Gramática Histórico-Comparada* (na verdade, faz uma adaptação de sua gramática de cunho *filosófico* ao *Historicismo*). Entre várias mudanças perceptíveis no cotejo das edições, Freire abandona a divisão sinóptica da gramática em quatro partes típica da *Gramática Filosófica* (*Prosodia, Etymologia, Syntaxe e Orthographia*), adota o conceito de *dialecto* e cita o alemão Friedrich Diez, pioneiro nos estudos de *Filologia Românica*. Aliás, o faz trasladando um exemplo fonético extraído de Diez e utilizado por Ribeiro em sua *Grammatica*. Tal exemplo já havia sido exposto inicialmente por Ribeiro, em 1879, num artigo da polêmica com o próprio Freire. Sobre a referida questão fonética, ver Ribeiro, 1887, p. 35-36; Id., 1914, p. 11 e Freire da Silva, 1891, p. 64.

lanças *pelo fossil systema grammatical* que s.s. perfilhára, e que *eu* tivera a *ousadia de atacar*.

Ainda no mesmo texto, ao avaliar a produção gramatical de seu contendedor, Ribeiro (1887, p. 63, grifo nosso) diz que: “ella [a *Grammatica*, de Freire da Silva] não está a par do progresso do tempo, e que não ensina o que ha de melhor na *sciencia*, como diz com toda a convicção o autor”.

De 1879 a 1880, período em que ocorreu a referida polêmica, entre artigos, réplica e tréplicas, foram produzidos cerca de 13 textos, nos quais os autores puderam expor detalhadamente vários aspectos de suas discordâncias gramaticais. A despeito da profusão de assuntos lingüísticos apresentados nestes artigos, nos limitaremos a analisar, aqui, os trechos em que as referências críticas de Ribeiro ao modelo da *Gramática Filosófica* são mais evidentes.

Passemos, então, em análise o trecho em que Ribeiro (1887, p. 92, grifos nossos) anuncia o *modelo* e os *autores* que são por ele criticados: “*Ataquei theorias escolasticos-metaphysicas*, theorias adoptadas e pioradas por *Sotero dos Reis* (1), e sahiu-me pela frente o sr. dr. *Augusto Freire da Silva*, Professor Cathedratico de Portuguez na Faculdade de S. Paulo. E de que modo veiu s.s.!”.

Esclarecemos que a numeração depois do nome de Sotero do Reis remete a uma nota de rodapé no livro de Ribeiro, local em que encontramos duas definições idênticas para *gramática particular*. Uma de Du Marsais³³, em francês, reproduzida indiretamente³⁴ por Ribeiro (1887, p. 92, grifos do autor) e outra exatamente a de Sotero dos Reis, mostrando pela

³³ É do chamado *século das luzes* o projeto de uma *gramática geral*, submetida à *razão*.

³⁴ A reprodução do trecho da obra de Du Marsais, filósofo iluminista francês, feita por Ribeiro, é indireta, tomada, segundo o autor, de “Girault”. Não há menção ao título da obra de Du Marsais, nem tampouco menção se tal definição foi publicada em uma *gramática* ou se são apenas considerações avulsas do filósofo a respeito da matéria gramatical. Aqui, no entanto, nos interessa exatamente o fato de que tais considerações feitas pelo autor são, futuramente, aproveitadas por Sotero e Freire, no âmbito da gramaticografia brasileira.

coincidência, *ipsis litteris*, da definição, o quanto o gramático maranhense se valia dos ensinamentos de Du Marsais³⁵. Vejamos:

(1) La Grammaire Particulière est l'art de faire concorder les principes immuables et généraux de la parole prononcée ou AVEC LES INSTITUTIONS arbitraires et usuelles d'une langue particulière ». DUMARSAIS, reproduzido por Girault. Grammatica Particular é a arte de aplicar AOS PRINCIPIOS IMMUTAVEIS e geraes da palavra AS INSTITUIÇÕES arbitrarías e usuas de qualquer lingua. SOTÉRO. Dumarsais, si fosse medico, não applicaria de certo chagas a unguentos.

O fato de Ribeiro dizer que ataca as teorias “escolástico-metafísicas” pode ser interpretado como uma negação explícita do autor aos valores da *Gramática Filosófica*. Após tal assertiva, Ribeiro reproduz, em nota de rodapé, a definição de *gramática particular* dada pelo gramático *filosófico* Du Marsais e, em seguida, a idêntica definição dada pelo maranhense Sotero dos Reis. Assim, ao sumariar as palavras de Ribeiro, delimitamos aquilo que o autor considerava um *anti-modelo* gramatical, bem como definimos claramente para qual direção Ribeiro apontará suas *críticas*. Este processo de separação nos ajuda na tarefa de contextualizar Ribeiro em seu tempo e espaço, dando às nossas análises mais precisão e clareza.

Em artigo escrito em 1879, Ribeiro realiza uma detida crítica ao conteúdo das definições de *gramática geral* e *gramática particular* realizada por Du Marsais e reproduzida, *ipsis litteris*, por Sotero dos Reis e Freire da Silva³⁶ em suas respectivas gramáticas. Com efeito, esta divisão bipartida era uma das principais características das gramáticas caudatárias do *Racionalismo*, ou seja, das *Gramáticas Filosóficas*, uma vez que a busca por estruturas *gerais* presentes em todas as línguas era o *leitmotiv* das investigações gramaticais de cunho *racional*. Como já destacamos no presente capítulo, esta era a preocupação da *Gramática de*

³⁵ Existe uma obra de sua autoria intitulada *Principes de grammaire où il traite la grammaire en philosophe*, de 1769. O título indica uma reflexão filosófica do autor a respeito da gramática, no entanto, como já dissemos, o texto de Ribeiro não contém referência alguma a respeito do trecho citado de Du Marsais e de qual obra foi extraído.

³⁶ No caso de Freire da Silva, tal definição permanece em seu compêndio até pelo menos a 2ª edição, ganhando, a partir da 6ª edição, novo conteúdo.

Port-Royal, obra de intenções *gerais* quanto às línguas, mas que mesmo assim inspirou várias gramáticas vernaculares, justamente, as chamadas *gramáticas particulares*. Isto se deve ao fato que os princípios *gerais* expostos em *Port-Royal* eram usados para explicações nas gramáticas das línguas *particulares*.

Na gramaticografia de linha *racionalista*, a *Gramática Geral* era considerada uma *ciência* e a *Gramática Particular* uma *arte*. As explicações para tais qualificações podem ser encontradas nas palavras do próprio Du Marsais transcritas³⁷ por Sotero dos Reis (1877, p. VI) em sua *Grammatica portugueza*. Vejamos:

A *Grammatica Geral* é uma *sciencia*, porque tem por objecto a *especulação razoada* dos *principios immutaveis e geraes* da palavra; a *Grammatica Particular* é uma *arte*, porque respeita á applicação pratica das instituições arbitrarías e usuaes de qualquer lingua *aos* principios geraes da palavra. A *sciencia grammatical* é anterior a todas as linguas, porque seus principios são de *eterna verdade*, e supõem a possibilidade das linguas: a *arte grammatical* pelo contrario é posterior ás linguas, porque *os usos* destas devem preceder á sua *applicação artificial* aos *principios geraes*.

A despeito da distinção acima apontada, Du Marsais segue sua exposição no sentido de destacar a necessária inter-relação entre *ciência* e *arte* gramaticais, ou seja, entre o *geral* e o *particular*. Vejamos:

Não obstante esta distincção da *sciencia* e da *arte grammatical*, não pretendemos insinuar que se deva ou possa separar o estudo de uma do de outra. A *arte* nenhuma certeza poderá dar á pratica, si não for esclarecida e dirigida pelas *luzes da especulação*; a *sciencia* nenhuma consistencia poderá dar á theoria, si não *observar os usos* combinados e as *diferentes praticas*, para leval-a por grãos á generalisação de principios. Mas nem por isso é menos razoavel distinguir uma da outra; assignar a cada uma seu objecto proprio; prescrever-lhes os respectivos limites, e determinar-lhes a differença.

Quanto às especificidades das *gramáticas vernaculares* de base *racionalista*, ou seja, as *gramáticas particulares*, devemos lembrar que, ao observarem os *usos* e as *diferentes praticas* lingüísticas que os falantes de uma determinada língua realizam, acabam por definir uma determinada *norma* lingüístico-gramatical. Ou seja, um gramático, ao elaborar uma

³⁷ Sotero dos Reis, ao reproduzir textualmente as idéias de Du Marsais, lhe dá o devido crédito, mas não cita a obra da qual extraiu o trecho em questão.

gramática particular, além de observar a aplicação dos *princípios imutáveis e gerais* que estão presentes em todas as línguas, deve se preocupar em prescrever e restringir determinados *usos*, usando para tal tarefa referenciais específicos, geralmente de base *literária*. Desta forma, dizemos que uma *gramática particular* é também *prescritivista*, mesmo que ligada ao modelo *racionalista*.

Com efeito, é exatamente o olhar *racionalista* sobre a língua, acima exposto pelas palavras de Du Marsais, que Ribeiro critica. Aliás, ao se referir à divisão bipartida de gramática, Ribeiro dirige suas críticas especificamente ao *conteúdo* das definições, essencialmente, de cunho *filosófico*. Como veremos, tais críticas recaem apenas sobre seu *conteúdo*, uma vez que a divisão em si da gramática em *geral* e *particular*, de um ponto de vista estritamente *formal*, não é questionado por Ribeiro.

Ribeiro (1887, p. 15, grifos do autor) inicia o artigo em questão com a reprodução das duas definições exaradas por Sotero dos Reis (que como já dissemos, são idênticas as de Du Marsais). Vejamos: “A *Grammatica Geral* é a sciencia dos principios immutaveis e geraes da palavra pronunciada ou escripta em todas as linguas. A *Grammatica particular* é a arte de applicar aos principios immutaveis e geraes da palavra as instituições arbitrarías e usuaes de qualquer língua”.

Após reproduzir estas definições, Ribeiro (1887, p. 16, grifos nossos) diz abertamente qual é o ponto central de sua discordância: “[...] os principios pelos quaes se rege a linguagem humana *não* são *immutaveis* [...]”. Ou seja, Ribeiro se insurgirá contra a idéia de *imutabilidade* nas línguas, contra a idéia de que há na gramática “principios geraes de eterna verdade”. Compreender este processo de negação passa, necessariamente, por afirmarmos que

Ribeiro era um *naturalista* e, como pode ser visto em sua obra, era também admirador e seguidor das idéias de Darwin³⁸.

Com efeito, por operar em outro eixo epistemológico, Ribeiro tem referenciais de *cientificidade* que não são os mesmos da *Gramática Filosófica*. Este diferente olhar faz com que Ribeiro (1887, p. 16, grifos do autor) diga ser “falso sob o ponto de vista científico” afirmar que “os princípios pelos quaes se rege a linguagem humana são imutáveis”. O porquê de tal desqualificação pode ser visto com a exposição dos seguintes motivos:

[...] mudam [os princípios mencionados] com o desenvolvimento do cerebro sob a acção dos *meios* em que vivem as raças, sob a acção das necessidades, dos recursos, dos hábitos. Um adulto não falla como uma criança, e nem um cidadão de hoje como um burguez da idade media. Si esses princípios fossem imutáveis, nunca os sons mal articulados, proferidos pelo homem do *periodo terciario*, se teriam convertido nas linguas actuaes; nem mesmo haveria pluralidade de linguas.

O incômodo que o termo *imutável* causa em Ribeiro (1887, p. 92) pode ser visto também na inclusão do qualificante “escolástico”, quando o autor se refere àquilo que atacava em termos gramaticais: “Ataquei theorias escolasticos-metaphysicas”.

A adição de um adjetivo à *metafísica* merece ser examinada, já que especifica ainda mais as idéias e os modelos presentes nesta polêmica, além de nos ajudar na configuração do cenário epistemológico à época de Ribeiro. Com efeito, tal emprego não ocorre apenas no trecho acima citado, mas também quando Ribeiro (1887, p. 69, grifos do autor) estabelece qual é a principal diferença quanto a sua concepção de gramática e a de Freire da Silva. Vejamos:

No que o sr. dr. Freire repete Sotero, Sotero a Barbosa, Barbosa a Lobato etc. etc. é no modo de conceber a grammatica como uma disciplina arida, auctoritaria, dogmatica; como uma instituição metaphysica existente *a parte rei*³⁹, como uma *essencia universal* do realismo escolástico[...]

³⁸ A respeito dos trechos em que há menção direta à obra de Darwin e as relações estabelecidas por Ribeiro entre o *Darwinismo* e os estudos da linguagem, ver: RIBEIRO, 1880, p. 39-61; RIBEIRO, 1914, p. 153-154. Transcrevemos alguns trechos nos *Anexos*.

³⁹ Cf. MORA (1998): “*A parte rei*: Usa-se para significar que algo é segundo a coisa em si, segundo a sua própria natureza”.

Entender o porquê de Ribeiro adjetivar a *metafísica* de *escolástica* passa, necessariamente, pelo exame do jogo de sentidos por ele criado entre a acepção *estrita* e *figurada* de Escolástica. Vejamos o esclarecimento de Abbagnano (2000, p. 344, grifos nossos), para depois, examinarmos o sentido conferido a este termo no texto de Ribeiro.

Em sentido próprio, [a Escolástica é] a *filosofia cristã* da Idade Média. [...] O problema fundamental da Escolástica é levar o homem a *compreender a verdade revelada*. A Escolástica é o exercício da *atividade racional* (ou, na prática, o uso de alguma filosofia determinada, neoplatônica ou aristotélica) *com vistas* ao acesso à *verdade religiosa*, à sua demonstração ou ao seu esclarecimento nos limites em que isso é possível, apresentando um arsenal defensivo contra a incredulidade e as heresias. A Escolástica, portanto, não é uma filosofia autônoma, como, por exemplo, a filosofia grega: seu dado ou sua *limitação* é o ensinamento religioso, o *dogma*.

Assim dito, depreende-se que Ribeiro adjetiva pejorativamente a *metafísica*, uma vez que ele a equipara a uma doutrina filosófica cristã, que tinha como intuito o esforço do homem na busca pelo entendimento da *verdade revelada* por Deus. Ou seja, é uma filosofia especificamente religiosa, vinculada à fé, não relacionada diretamente ao estudo gramatical. Aliás, Ribeiro, no trecho acima citado, já qualificara o olhar gramatical de seu contendidor – e o de todos a quem ele se vinculava – como sendo *dogmático*, *autoritário* e *árido*, características, portanto, imputadas à *metafísica* por Ribeiro.

Com efeito, a idéia de *imutabilidade* não pode ser defendida por um *naturalista-darwinista* como era o caso de Ribeiro. Sua filiação teórica a Charles Darwin pode ser vista ao examinarmos várias passagens de *Traços geraes de linguística*, livreto que Ribeiro publica⁴⁰ em 1880. Aqui mencionaremos um excerto que nos parece de singular importância quanto ao estabelecimento da relação entre estes dois autores.

⁴⁰ Este livro de Ribeiro é de cunho estritamente teórico-doutrinal e lá podemos encontrar uma exposição de seu pensamento lingüístico. Um ano depois, em 1881, sai a lume sua *Grammatica portugueza*, na qual tais concepções lingüísticas foram vertidas e adaptadas para as especificidades de um *compêndio gramatical*. Conforme destacado na apresentação da obra, *Traços geraes de linguística* tem como propósito editorial a divulgação do progresso científico em várias áreas do conhecimento humano. Tal projeto é levado a cabo através de uma coleção intitulada “*Bibliotheca Util*” e, no rol das disciplinas apresentadas, a Lingüística é o tema do terceiro volume.

Para Ribeiro (1880, p. 37, grifos do autor), o fenômeno da *evolução linguística* pode ser visto e explicado pelo modelo *darwinista* da *teoria da evolução*. Esta vinculação teórica é feita logo no primeiro parágrafo do “capítulo IV - Evolução linguística”, no qual assim se manifesta:

Impressionado pelo espectáculo altamente dramático da luta que para existir sustentam todos os seres vivos, Carlos Darwin procurou e achou as causas que fazem com que uns triumphem e sobrevivam, e outros sejam derrotados e morram. O resultado de suas investigações foi a *theoria da evolução*.

Depois deste primeiro parágrafo, Ribeiro (1880, p. 37, grifos do autor) apresenta um “quadro da *theoria darwinica* da evolução” resumido-a em três partes: “Leis em que se funda a *theoria*”, “fundamento da *theoria*” e “a *theoria*”. Após justificar-se, em nota de rodapé, a respeito da brevidade de sua exposição quanto à *teoria da evolução* (na verdade, apenas arrola itens) e após indicar bibliograficamente que tal assunto será alvo de um volume específico da coleção “*Bibliotheca Util*”, Ribeiro (1880, p. 42, grifos do autor) inicia suas considerações lingüísticas tendo como apoio teórico a leitura que faz das *teorias evolutivas de Darwin*. Vejamos:

Bem como as especies organicas que povoam o mundo, as linguas verdadeiros organismos sociologicos, estão sujeitas á grande lei da *luta pela vida*, á *lei da selecção*. E é para notar que a evolução linguística effectua-se em prazo muito menor do que o da evolução das especies. Nenhuma lingua parece ter vivido por mais de mil annos, ao passo que muitas especies parece terem-se perpetuado por centenas de milhares de seculos (Lyell).

A declaração acima exposta por Ribeiro de que a *língua é um verdadeiro organismo sociológico que está sujeito à evolução lingüística* merece, aqui, ser examinada mais detidamente. Isto equivale a dizer que Ribeiro concebe a *língua* como um organismo biológico, dotado de *vida* e, portanto, sujeito ao nascimento, crescimento e morte. Tal processo de *vida* é fundamentado no conceito de *mudança* e não de *imutabilidade*, uma vez que a essência deste último é oposta à idéia de *evolução* proposta por Darwin. Destacamos ainda que Ribeiro, ao qualificar a *língua* como *sociológica*, não o faz empregando um sentido

próximo ao que concebemos modernamente como Sociologia, mas sim apenas em seu sentido mais estrito, ou seja, aquilo que é relativo à sociedade.

Ao adaptar a teoria *evolucionista de Darwin* para os estudos da linguagem, Ribeiro (1880, p. 42-43, grifos nossos) constrói também sua explicação *naturalista* para a existência dos *dialetos*. Vejamos, inicialmente, as constatações históricas feitas pelo autor.

As *variações* por que passa uma *lingua*, mórmente no começo da historia de um povo, são tantas e tão profundas que surge quasi a tentação de negar-se a identidade do antigo e do novo modo de dizer. Haja vista ao celebre juramento de Luiz o Germanico que já não parece francez. Que analogia de linguagem haverá entre os versos de Egas Moniz e os alexandrinos flamejantes do sr. Guerra Junqueiro? E todavia não ha negá-lo: o francez e o portuguez de hoje *descendem* por varonia desses idiomas perdidos. E esta historia das litteraturas reinantes não é a das *especies actuaes*?

E, em seguida, expõe sua explicação para existirem os *dialetos*:

Sahidas do *mesmo tronco*, no mesmo paiz, bem como as especies, as *linguas* têm *variado*. Ellas têm seus *fosseis* nas litteraturas *mortas*; os seculos são suas camadas geologicas, e os paizes em que *florescem*, suas estações particulares. As *especies* têm suas *variedades*; as *linguas* têm seus *dialectos*. Assim como as *variedades* são as vergontaes⁴¹ de um tronco comum, modificadas por causas externas ou physiologicas; assim os *dialectos*, *nascidos* de uma *lingua mãe*, devem suas dissimilhanças tanto ao clima, como aos costumes dos homens que os fallam.

Dado este cenário de orientação *darwinista* ao qual se filiou Ribeiro, podemos melhor compreender o porquê de sua insurreição contra o modelo gramatical *racionalista*, uma vez que este se valia de conceitos e expressões como “princípios imutáveis e gerais da palavra em todas as línguas” e “princípios de eterna verdade”.

Esta fulcral discordância é mais uma vez exarada por Ribeiro (1887, p. 89, grifos do autor) quando este diz:

Suppõe e afirma s.s. [Freire da Silva] que a linguagem articulada⁴², producto da evolução do cerebro humano, funda-se em principios invariaveis, existentes metaphysicamente *ab eterno*. Ignora s.s. que o enunciado do juizo por meio de um *sujeito*, de um *verbo* e de um *predicado* não é, e nem póde ser factio de *eterna verdade*.

⁴¹ Cf. HOUAISS (2007): “Vergõntea: [Botânica] 1. ramo da videira; sarmento; 2. ramo fino de árvore ou arbusto; rebento, broto”.

⁴² *Linguagem articulada* é a denominação utilizada por Ribeiro para fazer referência à *língua*.

Com efeito, a crítica que Ribeiro faz acima à tríade *sujeito-verbo-predicado* é uma clara referência a um dos conceitos fundamentais da *Gramática de Port-Royal* e defendido nos artigos da polêmica por Freire da Silva. Este *tripé*, como aqui já destacamos, está na base formativa da *proposição*. Tal operação, segundo a *Gramática de Port-Royal*, é responsável pelo estabelecimento da relação entre nossos *pensamentos* e o *mundo sensível*, uma vez que é por ela que podemos externalizar os julgamentos que fazemos das coisas que se colocam presentes ao nosso *raciocínio*.

Tal discordância de Ribeiro nos leva a um ponto de incompatibilidade teórica quanto à relevância do *pensamento* na *língua* enunciada. Para *Port-Royal*, como destacamos acima, esta importância é *total*. Já, para Ribeiro, a *língua* é, fundamentalmente, resultado da ação *evolutiva da natureza* sobre o cérebro humano e, desta forma, a relevância da relação pensamento e linguagem é *relativizada*.

Este aspecto nos coloca exatamente no ponto de discordância epistemológica de Ribeiro com o modelo *racionalista* e, mais especificamente ainda, com a *Gramática Filosófica*. Assim dito, agora nos deteremos à análise de como esta divergência foi levada à *polêmica* entre estes dois gramáticos.

Ribeiro (1887, p. 89), como apontamos no trecho acima, refuta a “enunciação do juízo” pela tríade *sujeito-verbo-predicado*, por esta estar assentada, como diziam os gramáticos *metafísicos*, em um *fato de eterna verdade*.

Inicialmente, a discordância entre os gramáticos parece estar apenas na aceitação ou não da *tríade*, porém, como nos mostram as considerações Freire da Silva, a essência da divergência está justamente na importância dada por cada um à “enunciação do pensamento”. Vejamos a reprodução que faz Ribeiro (1887, p. 57-58, grifos nossos) das palavras de Freire da Silva⁴³ sobre esta questão.

⁴³ O texto de Augusto Freire da Silva, em questão, foi publicado em 6 de janeiro de 1880, no jornal *Provincia de São Paulo*, atual *O Estado de São Paulo*.

Com que pretensão, depois de um pequeno trecho em *estyllo sybillino*⁴⁴, manda o sr. Julio Ribeiro que afundem em paz as duas definições acima exaradas [referência às duas definições de gramática dada por Du Marsais e seguida por Sotero do Reis]! [...] Salvam-n'as a verdade que encerram, e que as fez serem abraçadas por Beauzée, Douchet, Girault Duvivier, Bescherelle, Leger Noel, Sotero e outros. Expliquemo-las. *Todo o homem pensa*. Na *elaboração do pensamento*, procede sempre o entendimento ás *mesmas operações*. Estas *operações são enunciadas*, observando-se *sempre os mesmos principios*. Quer, por exemplo, um homem, seja qual for a sua patria, lingua ou raça, *enunciar um juizo*, ha de *necessariamente faze-lo*, como o têm *todos* feito, *desde que ha humanidade*, por meio de tres termos [passa à definição da tríade, a que se refere como *sujeito, verbo e attributo*].

Ao se olhar *abstratamente* para o processo de elaboração de enunciados, condicionarse-á sempre a *matéria* às operações de ordem da *razão*. Desta forma, podemos compreender o porquê de os *gramáticos filosóficos* assim vincularem o processo de *enunciação lingüística* a uma *imutabilidade*, qual seja, a *razão*, o *pensamento*. Vejamos como Freire da Silva segue sua argumentação e expõe as conseqüências lingüísticas do uso da *tríade* em questão:

A *propriedade* que tem o substantivo de designar a pessoa ou cousa, a que tem o adjectivo qualificativo de exprimir a qualidade, e a que tem o verbo de afirmar a existencia da qualidade na substancia ou no sujeito, *são factos de eterna verdade*, que *nunca mudam*, que são *sempre* observados por *qualquer individuo* da *especie humana* na *enunciação do pensamento*, e que dizem respeito ao mesmo pensamento de que seguem a analyse, e são o resultado. Consequentemente são *taes* propriedades *principios immutaveis e geraes da palavra pronunciada ou escripta em todas as línguas*; e constituindo o conjunto de todos estes principios a *sciencia grammatical* ou *grammatica geral*, perfeita é a definição, que della dá Du Marsais [...].

Ribeiro (1887) rebate estas questões e encerra a contenda com explicações epistemologicamente situadas em outro campo teórico, notadamente, explicações de caráter *naturalista-darwinista*. Como já dissemos, nesta área, a idéia de *imutabilidade* não encontra repercussão.

Da mesma forma que fez Freire da Silva em seu artigo, Ribeiro (1887, p. 90, grifos do autor) inicialmente se detém na tarefa de *criticar* a defesa feita pelo seu contendidor a respeito da *tríade* de *Port-Royal*. Vejamos: “[...] tal enunciado [a tríade] é uma fôrma MERAMENTE TRADICIONAL (1). Ignora s.s. que o homem começou a exprimir-se por

⁴⁴ Cf. HOUAISS (2007): “Sibilino: [Sentido figurado] 2. difícil de entender; obscuro, enigmático”.

adjectivos (2), que os adjectivos concretaram-se em substantivos (3), que os substantivos *crystallisaram-se* em verbos (4)⁴⁵”.

Depois de assim fazer, Ribeiro (1887, p. 90, grifos do autor) avança em considerações de grande valia quando a tarefa é delimitar seu pensamento lingüístico, ou melhor, na circunscrição de sua posição epistemológica. Vejamos:

Falla s.s. [Freire da Silva] no *arbitrio dos povos* em questões de linguistica! Que ignorancia de biologia, de anthropologia, de mesologia⁴⁶! Em todos os modos, em todas as relações do viver sociologico nada ha de arbitrario, de livre: tudo depende da *evolução* fatal do cerebro e da influencia do *meio*. A evolução linguistica é producto necessário de leis inexoraveis, inquebrantaveis (5)⁴⁷.

Com efeito, o trecho acima arrolado corrobora no sentido de definir claramente o pensamento lingüístico de Ribeiro em um eixo, fundamentalmente, *naturalista-darwinista*. Esta posição, como já dissemos, leva Ribeiro a equiparar a *língua* a um *organismo vivo*, com ciclo de *vida* estabelecido em *nascimento*, *crescimento* e *morte*. Com tal desígnio, a *língua* segue seu caminho *natural* de *evolução*. As *mudanças lingüísticas*, portanto, são constatações deste processo evolutivo inexoravelmente implacável, tal qual descrito por Ribeiro.

No limite, este posicionamento teórico esvazia a influência direta *do homem*, do *social* na mudança da *língua*, apenas o coloca como um veículo, um meio pelo qual se dão e se enxergam as mudanças da *língua*.

Fundamentalmente, ao analisar o embate que Ribeiro estabeleceu com o modelo gramatical *racionalista*, por ele chamado de *metafísico*, tivemos como intenção explicitar em que bases se formou seu pensamento lingüístico. Cumprida esta tarefa, passaremos em análise, no próximo capítulo, os impactos que estas críticas causaram na elaboração de sua *Grammatica portugueza*. Mais especificamente ainda, veremos em que medida tais impactos

⁴⁵ Estas numerações representam as *notas de rodapé* feitas por Ribeiro. Aqui procederemos, respectivamente, a sua devida reprodução: (1) MAX MULLER, *Science du Langage*, Paris, 1876, pag. 463. (2) BURGRAFF, *Principes de Grammaire Générale*, Liège, 1865, pag. 217. (3) *Ibidem*. (4) BERGMANN, *Resumé d'Études d'Ontologie Générale et de Linguistique Générale*, Paris, 1875, pags. 199, 200 e 259.

⁴⁶ HOUAISS (2007): “Mesologia: [Biologia] o mesmo que ecologia”.

⁴⁷ Outra *nota de rodapé* de Ribeiro: (5) MAX MULLER, Obra citada, Lição 9ª.

favoreceram a tarefa de Ribeiro ao considerar a *hiperlíngua* brasileira, pioneiramente realizada no âmbito da gramaticografia brasileira.

4. A questão da língua portuguesa do Brasil na *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro

Como já apontamos na *introdução* e também no *capítulo 2*, a proposição do presente trabalho foi feita no sentido de ampliar e melhor compreender os pontos discutidos, em artigo, por Leite (2005a), relativamente às condições e aos elementos que levaram Ribeiro ao registro da *hiperlíngua* brasileira em sua *Grammatica*.

Ali também localizamos os pontos específicos levantados por Leite (2005a, p. 104-105, grifos nossos), que justificam nossas investigações, ou seja, a afirmação de que:

Efetivamente, o que nos interessa [em Júlio Ribeiro] é ter sido o autor um verdadeiro *renovador* da *norma gramatical portuguesa*, sob dois pontos de vista: o primeiro, do trabalho sobre algumas marcas da língua realmente praticada no Brasil e, depois, da renovação da teoria gramatical.

Cumpré ainda dizer que, no início desta Dissertação, apontamos para a nossa hipótese interpretativa quanto ao processo destacado pela autora. Com efeito, julgamos que a *renovação da teoria gramatical* foi a responsável direta pela presença, na *Grammatica*, de *algumas marcas da língua realmente praticada no Brasil*. Ou seja, julgamos que a consideração da *hiperlíngua* brasileira, por parte de Ribeiro, se deu em função de um movimento anterior de quebra e renovação das teorias que embasavam a maioria dos gramáticos da época, notadamente, os valores *racionalistas* da *Gramática Filosófica*.

Efetivamente, o modelo gramatical *racionalista* – que vigorava em solo nacional até final do século XIX⁴⁸ - não se ocupou em registrar em compêndio as marcas do Português do Brasil, mesmo que *empiricamente* as evidências lingüísticas já apontassem para a presença de *variações* em relação ao Português de Portugal, com efeito, acumuladas ao longo de quatro séculos. Ou seja, nenhuma *gramática filosófica do Português*, mesmo as escritas por gramáticos brasileiros e aqui editadas, se ocupou em *gramatizar* o Português do Brasil.

⁴⁸ Como já apontamos, as duas principais gramáticas *racionalistas* do período mencionado são a de Sotero dos Reis (1871) e Freire da Silva (1891).

Não se deve, porém, imputar culpa apenas ao *Racionalismo* pelo não registro gramatical das marcas da *variante brasileira* do Português, uma vez que nas *gramáticas particulares* sempre há uma *norma* lingüística a ser *prescrita*. A *prescrição* de uma determinada *norma* liga-se fortemente àquilo que é considerado como *bom uso* da língua em uma determinada época. Tal processo *normativo* é herdado de uma das principais características do modelo gramatical *greco-latino*.

Quanto à diversidade de modelos gramaticais no Brasil novecentista, Leite (2007b, p. 5, grifos da autora) diz que:

[...] fica exposta a barafunda gramatical que vigorava no Brasil no século XIX pela presença, em diversas obras, de métodos variados, seja o fundeado somente na teoria greco-latina (o *prescritivista*), seja o ancorado na teoria racional (o *filosófico*), seja o histórico (o *historicista*), que depois da publicação da gramática de Júlio Ribeiro, se difundiu pelas gramáticas brasileiras [...].

Com efeito, a produção gramatical anterior a estabelecida por Ribeiro, tanto aquela calcada no modelo *greco-latino*, quanto a de orientação *racionalista*, tiveram o Português de Portugal como único referencial relativamente à norma lingüística a ser prescrita em suas gramáticas. Ou seja, todas as gramáticas produzidas no Brasil até então, estabeleciam como única possibilidade de *uso*, aquilo que era prescrito como correto pela norma lingüístico-gramatical lusitana. Não tínhamos, portanto, no Brasil, até a publicação da *Grammatica*, em 1881, nenhuma gramática que registrasse marcas do Português *usado* em solo nacional.

Evidentemente, Ribeiro fala do ponto de vista de um gramático, portanto, há nele a presença e a necessidade de se impor uma norma lingüístico-gramatical. Por outro lado, não há dúvidas que há nele, também, uma forma diferenciada de se tratar o fenômeno lingüístico, principalmente se o compararmos ao que se fazia até então na gramaticografia brasileira.

Uma vez que, no capítulo 3, cumprimos a tarefa de delimitar as condições em que Ribeiro negou o *Racionalismo* ou, em suas palavras, a *metafísica*, podemos agora examinar melhor o papel que tiveram o *Naturalismo* e o *Positivismo* na formação de seu pensamento

lingüístico e, então, como estas adesões contribuíram para que ele registrasse a *hiperlíngua* brasileira em sua *Grammatica*.

4.1. A transição do *Racionalismo* para o *Naturalismo* na gramaticografia brasileira

Com efeito, não é exagerada a afirmação de que a *concepção naturalista* de língua adotada por Ribeiro é que comanda seu pensamento lingüístico e que, desta forma, suas explicações gramaticais pautam-se nesta opção. Tal qual foi destacado no capítulo anterior, Ribeiro parte da tese de que a língua é um *organismo* vivo estando, assim, sujeito ao nascimento, crescimento e morte.

A opção que Ribeiro fez pelo *Naturalismo* o colocou no âmbito teórico do *Empirismo*.

A respeito deste último, Hessen (1964, p. 68-69, grifos nossos) nos esclarece que:

O *empirismo* (de ἐμπειρία = experiência) *opõe* à tese do *racionalismo* (segundo a qual o pensamento, a razão, é a verdadeira fonte de conhecimento), a antítese que diz: a *única* fonte do conhecimento humano é a *experiência*. Na opinião do *empirismo*, não há qualquer patrimônio *a priori* da razão. A *consciência cognoscente* não tira os seus conteúdos da *razão*; tira-os *exclusivamente da experiência*. O *espírito humano* está por natureza *vazio*; é uma *tábua rasa*, uma folha em branco onde a *experiência escreve*. Todos os nossos conceitos, incluindo os mais gerais e abstratos, *procedem da experiência*. Enquanto que o *racionalismo* se deixa levar por uma ideia determinada, por uma ideia de conhecimento, o *empirismo parte dos factos concretos*.

Relativamente às *ciências naturais*, Hessen (1964, p. 69-70, grifos nossos) nos mostra o quanto que elas se valem dos modelos analíticos propostos pelo *Empirismo*. Vejamos:

Enquanto que os *racionalistas* procedem da matemática a maior parte das vezes, a história do *empirismo* revela que os seus defensores procedem quase sempre das *ciências naturais*. Isto é compreensível. Nas *ciências naturais* a *experiência* representa *papel decisivo*. Nelas trata-se sobretudo de *comprovar exactamente os factos* mediante uma cuidadosa *observação*. O *investigador* está completamente *entregue à experiência*. É muito natural que quem trabalha de preferência ou exclusivamente com este método das *ciências naturais*, tenha tendência para de antemão *colocar o factor empírico sobre o racional*. Enquanto que o filósofo de orientação matemática chega facilmente a considerar o *pensamento* como a fonte única do conhecimento, o filósofo que vem das *ciências naturais* tenderá para considerar a *experiência como fonte e base de todo o conhecimento humano*.

A opção pelo *método experimental* é feita por Ribeiro (1880, p. 11, grifos do autor) na *introdução* de seu livro *Traços geraes de linguistica*, local em que ele faz a seguinte afirmação: “Os processos de investigação e verificação de que usa o homem consistem na *observação* e na *experiencia* cuja reunião constitue o *methodo experimental*. Os instrumentos do *methodo experimental* são os *sentidos* e o *juízo*”.

Desta forma, podemos perceber como Ribeiro julga ser o adequado posicionamento de um *pesquisador*: inicialmente, deve lançar-se à *observação* dos fenômenos, depois *refletir* sobre eles, ou seja, os *estuda* (cria um *juízo* a respeito) e, finalmente, depois deste processo está habilitado a emitir suas considerações a respeito do *fenômeno observado*.

No entanto, segundo Ribeiro (1880, p. 11, grifos do autor), nem tudo está disponível aos olhos e à análise do pesquisador. Vejamos:

Os meios de investigação e verificação de que dispõe o homem fazem com que o seu conhecimento seja limitado no tempo e no espaço. O limite entre o *cognoscível* e o *incognoscível* varia incessantemente, acompanhando os meios de investigação: assim, pois, o universo illimitado vai se tambem incessantemente dividindo com relação ao homem em *conhecido* e *desconhecido*. Cousas ha que hão de ser sempre inacessíveis aos processos de investigação e verificação de que dispõe o homem: as questões, por exemplo, de origem e de fim, chamada pelos methaphysicos *causas primarias* e *causas finaes*.

Como pôde ser visto, para Ribeiro o desenvolvimento dos *meios de investigação* é que limita o alcance do conhecimento científico. À medida que se criam condições de estudo, aquilo que era *desconhecido* passa a ser, então, *conhecido*, criando assim um processo contínuo de construção do conhecimento. No entanto, ao optar por uma visão *empírica* de ciência, Ribeiro reconhece limites para um modelo que pauta-se na *observação* e na *experiência*. Em uma referência crítica à *metafísica*, assevera que explicações relativas à *origem* e ao *fim* das coisas estarão sempre inacessíveis para a *investigação*.

Esta idéia de inacessibilidade sustentada por Ribeiro pode ser melhor examinada quando o autor a relaciona à *linguagem*. Ao abrir o capítulo 3 de *Traços geraes de*

linguística, intitulado “Origem e desenvolvimento da linguagem articulada”, Ribeiro (1880, p. 31, grifos do autor) afirma que explicações sobre a *origem da linguagem* não podem ser dadas à luz pela *ciência*. Quanto a este processo, vejamos como o autor se manifesta:

Se a sciencia pelos trabalhos de um Hæckel póde afirmar positivamente que o homem descende dos macacos katarhínicos; si póde descrever a figura do avô da humanidade, do *homo primigenius dolikhocephalo, prognatho*⁴⁹, de longos e robustos braços, de pernas finas e sem panturrilhas, de pelle baça e vellosa, de guedelha encarapinhada; si póde quase determinar a época de seu apparecimento na scena do mundo; si póde até delimitar o seu *habitato*; outro tanto não póde fazer relativamente á origem da linguagem articulada.

No trecho acima, podemos perceber como o *Positivismo*, teoria também de cunho *empirista*, serviu de base para as explicações *Naturalistas-darwinistas*⁵⁰ de Ribeiro. No parágrafo seguinte, o autor continua comentando a importância de se lançar mão dos métodos analíticos propostos pelo *Positivismo*. Uma vez que explicações lingüísticas de cunho *naturalista-evolucionistas* podem apresentar lacunas em função da inacessibilidade de alguns dados empíricos, Ribeiro (1880, p. 31-32, grifos nossos) destaca que se pode chegar a *analogias indiscutíveis* pelo uso de *dados positivos*. Vejamos:

Historicamente nunca se ha de saber quando e como o grito instintivo subordinou-se a regras para converter-se em palavra, quando e como o anthropoide se fez homem. Ignorar-se-á sempre si a linguagem primitiva foi monophylítica, como o querem Bleek e Griger, ou si foi polyphylítica, como o pretenderam Schleicher e F. Müller. Entretanto a *investigação* fundando-se em *dados positivos*, em *analogias indiscutíveis*, póde levar um raio de luz a tão tenebroso dedalo⁵¹.

Com efeito, podemos dizer que os conceitos e métodos propostos pelo *Positivismo* auxiliaram Ribeiro (1887, p. 13, grifos nossos) nos estudos de sua principal tese, ou seja, de que a língua é um *organismo natural vivo e em evolução*. Vejamos:

Popularisar o estudo da formação da voz no larynge, e da articulação na cavidade buccal; demonstrar a existencia do movel da palavra nas circumvoluções do cerebro, e nas redes do systema nervoso, analysar os factos

⁴⁹ Cf. HOUAISS (2007): “Prógnato: [Antropografia] 1. que ou quem apresenta o maxilar inferior proeminente”.

⁵⁰ Cf. HUISMAN (2001), Hæckel (1834-1919) foi um cientista e filósofo alemão defensor e divulgador da teoria da evolução de Darwin.

⁵¹ Cf. HOUAISS (2007): “Dédalo: 1. emaranhado de caminhos; labirinto; 2. o que é intrincado, confuso; complicação”.

linguísticos; colleccional-os e classifical-os pacientemente, scientificamente; deduzir delles leis sociologicas, biologicas e até physicas e generalisar essas leis; formar um corpo de *doutrina positiva*, provado, util, pratico: eis o que não fazemos e nem curamos de fazer⁵².

Devemos aqui destacar que o *Positivismo*, filosofia fundada por Auguste Comte (1798-1857) exerceu forte influência no pensamento ocidental do século XIX, abrangendo as mais diversas áreas, das ciências naturais às ciências humanas. A respeito da importância desta filosofia no Brasil, Giannotti (1978, p. XV) diz que:

O positivismo de Auguste Comte exerceu larga influência nos mais variados círculos. Como doutrina sobre o *conhecimento* e sobre a *natureza do pensamento científico*, incorporou-se a outras correntes análogas, que procuraram valorizar as *ciências naturais* e suas aplicações práticas. Junto a essas outras correntes, o positivismo constitui um dos traços característicos do pensamento que se desenvolveu na Europa, durante o século XIX. Entre os mais fiéis seguidores de Comte destaca-se o lexicógrafo Émile Littré⁵³[...].

Esta presença *positivista* pode ser notada também na *introdução* de *Traços geraes de linguistica*. Isto porque depois de expor os *meios de investigação* que um *pesquisador* deve lançar mão e também depois de ressaltar sua opção pelo *método experimental*, Ribeiro (1880, p. 12, grifos do autor) apresenta sua concepção quanto à natureza e à divisão dos objetos do universo. Vejamos:

Todos os objectos do universo são a séde de *manifestações* ou *phenomenos* que se reduzem a seis ordens principaes, a saber: 1) *phenomenos* de quantidade, extensão, fôrma, movimento ou *phenomenos mathematicos*; 2) *phenomenos* do movimento, tamanho, e distancia respectiva dos astros, ou *phenomenos astronomicos*; 3) *phenomenos* de calor, luz, electricidade, magnetismo, acustica, ou *phenomenos physicos*; 4) *phenomenos* de composição e decomposição, ou *phenomenos khimicos*; 5) *phenomenos* de organização e vida, ou *phenomenos vitaes*; 6) *phenomenos* do desenvolvimento das sociedades, ou *phenomenos sociaes*.

Aqui, cabe destacar que Ribeiro reproduz a mesma divisão proposta por Comte, na qual a classificação das ciências é definida à medida que aumenta seu grau de complexidade.

⁵² Devemos salientar que Ribeiro utiliza-se de um plural inclusivo - “eis o que não fazemos e nem curamos de fazer” - mas o comentário em questão é, na verdade, uma crítica à *metafísica*, justamente por ela não submeter o estudo das línguas aos procedimentos analíticos por ele acima arrolados.

⁵³ Em todas as edições da *Grammatica*, Ribeiro incluiu o nome de Littré na “dedicatória”. Além disso, reproduziu, como epígrafe, um excerto de Littré no frontispício da *Grammatica*: “Pour les langues, la méthode essentielle est dans la comparaison et la filiation. — Rien n'est explicable dans notre grammaire moderne, si nous ne connaissons notre grammaire ancienne”.

A respeito desta sistematização *positivista*, vejamos como foi aludida por Giannotti (1978, p. XIII): “Segundo Comte, as ciências classificam-se de acordo com a maior ou menor simplicidade de seus objetos respectivos. A complexidade crescente permite estabelecer a seqüência: matemáticas, astronomia, física, química, biologia e sociologia”.

No *prefácio (Ao leitor)*, Ribeiro (1880, p. 10, grifos nossos) reproduz uma lista com nomes de autores que lhe serviram de inspiração para a formação de seu pensamento lingüístico. Também, de antemão, adianta que, dado seu envolvimento teórico com tais autores, algumas posições suas poderiam ser praticamente as mesmas em relação àquelas que foram estabelecidas pelos seus *mestres*, chegando ao ponto de haver até mesmo transcrições textuais *ipsis litteris*. Vejamos:

Quasi com o mesmo direito com que nos rotulos de vinhos preciosos figura a firma dos engarrafadores, vai o meu nome na frente deste livrinho. Verdade é que são minhas algumas das investigações nelle exaradas, que é minha a exposição; *a maior e melhor parte*, porém, *não me pertence*; pertence aos mestres cujos ensinamentos repeti, cujas palavras por vezes *transladei litteralmente*. Tambem o unico fim que tenho em vista com esta publicação é despertar no publico estudioso uma curiosidade salutar, que pôde ser amplamente satisfeita em Comte, Spencer, Darwin, Tylor, Hæckel, Broca, Letourneau, Topinard, Luys, Ferrière, Zaborowski, Bopp, Schleicher, Grimm, Max Müller, Whitney, Renan, Diez, Brachet, Bréal, Lefèvre, Theophilo Braga, Adolpho Coelho, Pacheco Junior, e em cem outros *mestres de Linguistica* e das *sciencias que lhe são correlatas*.

Como pôde ser visto pela lista de nomes arrolada por Ribeiro, este se valeu de uma grande quantidade e variedade de teóricos para formar seu pensamento lingüístico. Tais nomes, como sublinhou o próprio autor, foram retirados das mais diferentes áreas: da Lingüística e de fora dela.

Quanto ao aproveitamento teórico do *Positivismo*, podemos dizer que Ribeiro dele colheu, fundamentalmente, a primazia pela *observação*, pelo *empírico*. Neste sentido, as palavras de Giannotti (1978, p. XI, grifos nossos), ao explicar o *pensamento positivo*, nos são de grande valia. Vejamos:

O *estado positivo* caracteriza-se, segundo Comte, pela *subordinação* da *imaginação* e da argumentação à *observação*. Cada proposição enunciada de

maneira positiva deve corresponder a um *fato*, seja particular, seja universal. Isso não significa, porém, que Comte defenda um empirismo puro, ou seja, a redução de todo conhecimento à apreensão exclusiva de fatos isolados. A visão positiva dos fatos abandona a consideração das causas dos fenômenos (procedimento teológico ou metafísico⁵⁴) e torna-se pesquisa de suas leis, entendidos como relações constantes entre *fenômenos observáveis*.

Destacamos também que a influência *positivista* está marcada na definição que Ribeiro constrói para *Lingüística*. Isto porque, tal conceito foi elaborado a partir da *divisão das ciências* feita por Comte: matemáticas, astronomia, física, química, biologia e sociologia. Para Ribeiro (1880, p. 13-14, grifos nossos), a *Lingüística* faz parte da *Sociologia*⁵⁵, ou seja, está situada no grau mais complexo de desenvolvimento das *ciências*. Vejamos esta definição e, em seguida, a de *philologia* e *philologia comparada*:

Linguística é o ramo da sociologia que tem por fim o estudo dos elementos constitutivos da *linguagem articulada*, e de formas diversas que podem tomar esses elementos. Os *principios da linguística* applicados a uma *lingua*, considerada como instrumento e meio de uma *litteratura*, constituem a *philologia*. Os *principios da linguística* applicados simultaneamente a *varias linguas*, cujo *parentesco* proximo ou remoto se verifica pela *comparação*, constituem a *philologia comparada*.

Como já mencionamos, *linguagem articulada* é a forma pela qual Ribeiro se refere à *língua*. A opção pela locução e pela adjetivação *articulada* encontra, em Ribeiro, uma explicação de ordem *evolutiva*, uma vez que para ele a capacidade de *articulação* é uma característica desenvolvida *evolutivamente* apenas pelos seres humanos.

Para Ribeiro (1887), a capacidade de *comunicação* está presente em vários outros animais além do homem, como, por exemplo, nos pássaros. À tal capacidade Ribeiro se refere como “*linguagem animal*”, mas, de acordo com sua visão, esta linguagem não possui uma característica que lhe permita ser chamada de *língua*, uma vez que só pode ser assim chamada

⁵⁴ Aqui, cabe salientar que o termo *metafísica*, em Comte, não tem o mesmo sentido que tem em Ribeiro. No trecho em questão, houve menção à metafísica, pois esta está atrelada à “lei dos três estados” proposta por Comte e assim comentada por Giannotti (1978, p. IX, grifos do autor): “A filosofia da história – primeiro tema da filosofia de Comte – pode ser sintetizada na sua célebre *lei dos três estados*: todas as ciências e o espírito humano como um todo desenvolvem-se através de três fases distintas: a teológica, a metafísica e a positiva”.

⁵⁵ Como já destacamos na página 74, o termo *Sociologia*, em Ribeiro, não têm o valor que damos a ele atualmente. Deve ser tomado, então, em seu sentido mais amplo, ou seja, de algo que é relativo à *sociedade*.

a linguagem que tem a especificidade de realizar a *articulação*. Com efeito, apenas a linguagem dos humanos é *articulada*, ou seja, apenas entre os humanos há *língua*. Tal capacidade de *articulação* foi desenvolvida pelos seres humanos ao longo de sua existência, *evolutivamente*, e, de acordo com o que afirma Ribeiro (1887, p. 7, grifos nossos), é: “O que assigna ao homem a primazia sobre todos os entes vivos, o que o colloca acima dos outros animais é a *linguagem articulada*”.

Quanto ao processo de *constituição e evolução da linguagem articulada*, Ribeiro (1880, p. 32-33, grifos nossos) assim se manifesta:

[...] concebe-se o anthropoide avô da humanidade, como dotado de um cerebro impressionabilissimo e relativamente perfeito. A terceira circumvolução frontal desse organo⁵⁶, desenvolvida pela *lei fatal da evolução*, habilitava-o a incumbir o seu bem conformado aparelho phonico de *traduzir por gritos varios* as suas diferentes impressões. Traduziu-as e, reflectindo sobre essa conquista da expressão vocal, reteve-a, ampliou-a, deu-lhe variedade, *creou a linguagem articulada*.

Após expor o processo de gênese da *linguagem articulada*, Ribeiro (1880, p. 33, grifos nossos) segue expondo suas análises para este processo, só que agora sublinhando que a sua continuidade ocorre pela “transmissão de geração para geração, por hereditariedade”.

Vejamos:

Pelo exercicio diurno da voz reforçou-se e aperfeçoou-se o aparelho phonico, e a faculdade adquirida foi-se transmitindo de geração em geração pela *hereditariedade*, polindo-se cada vez mais. [...] Historie-se agora a série de phases ou periodos por que passou a *linguagem articulada* desde o *grito rude e primitivo* do anthropoide até as *construcções flexiveis* e euphonicas dos Vedas, do Avesta, da Illiada, da Eneida, dos Luziadas, da Henriada.

Com efeito, compreender a dimensão do processo *evolutivo* na obra de Ribeiro, como também já apontamos, passa pelo exame do aproveitamento que o gramático fez das idéias de Charles Darwin. Tal estudo, além de servir para explicar o processo de aquisição da *articulação* à linguagem humana, formando assim a *língua*, também é fundamental para que

⁵⁶ Cf. RIBEIRO, 1887, p. 10, grifos do autor: “[...] a séde do exercicio da linguagem articulada está na parte esquerda do cerebro, na terceira circumvolução frontal, chamada *de Broca*”.

se compreenda o conceito de *dialeto* em Ribeiro, este último fundamental para as considerações que Ribeiro fez sobre o Português do Brasil, em sua *Grammatica portugueza*. A tal tarefa nos dedicaremos no item a seguir.

4.1.1. A influência do *Darwinismo* para o conceito de *evolução linguística* em Júlio Ribeiro

A influência da doutrina *naturalista* no pensamento lingüístico-gramatical de Ribeiro já foi sinalizada no presente trabalho. Cabe agora, então, uma análise mais detida da forma pela qual esta influência foi construída.

Com efeito, podemos ligar Ribeiro ao *Naturalismo*, uma vez que ele considerava a *língua* um *ser vivo*, um *organismo* que nasce, cresce e morre e, desta forma, aplicava-lhe os métodos de estudo usados nas ciências naturais. Dentre as diferentes teorias naturalistas, Ribeiro filiou-se a uma abordagem *evolucionista* do ser vivo. Lalande (1999, p. 358-359, grifos do autor) define da seguinte forma o que deve ser entendido como *Evolucionismo*:

Sistema filosófico ou científico que se baseia na idéia de evolução, em todos os sentidos da palavra; e em particular: **A.** Filosofia do devir, em oposição à filosofia do eterno e do imutável. **B.** Sinônimo de *transformismo*: doutrina de Lamarck, Darwin, etc, segundo a qual as espécies derivam umas das outras por transformação natural.

Quanto a Ribeiro, é especificamente no *evolucionismo* de Charles Darwin que ele encontrou apoio teórico. Tal vinculação doutrinal pode ser vista de forma aberta em dois momentos específicos da obra de Ribeiro, momentos em que o gramático refere-se abertamente às *teorias evolucionistas* de Darwin mostrando, assim, o quanto se valia do trabalho do naturalista inglês.

A primeira e mais longa referência de Ribeiro, mais especificamente, sobre a *theoria da evolução*, ocorre em seu livro *Traços geraes de linguística*, ao longo das 22 páginas do

capítulo IV, intitulado “Evolução linguística⁵⁷”. A segunda referência, por sua vez, aparece em sua *Grammatica*, no início da seção sobre “Etymologia”.

Neste segundo momento, ao iniciar suas considerações etimológicas na *Grammatica*, Ribeiro cita um trecho do livro de Èmile Ferrière, intitulado *Le darwinisme*, no qual o autor francês constrói um quadro comparativo sobre a presença da *seleção natural* nas *espécies* e nas *línguas*⁵⁸.

Como mostraremos a partir de agora, o pensamento evolucionista de Darwin, ou melhor, a leitura que Ribeiro fez da teoria da *evolução* de Darwin foi decisiva para que Ribeiro fundamentasse seu conceito de *dialeto* e, a partir dele, considerasse a variante brasileira do Português em sua *Grammatica*.

No entanto, antes de avançarmos neste ponto, devemos aqui salientar que Darwin não escreveu uma “teoria da evolução das línguas”, mas sim uma teoria da *seleção natural* que visava a explicar como esta interferia no processo evolutivo exclusivamente dos *seres vivos*, no sentido atual do termo, ou seja, em uma concepção estritamente *biológica* de espécie. A consideração da *língua* como um *ser vivo* não foi feita por Darwin, mas sim por lingüistas e gramáticos que, ao entrarem em contato com suas teorias evolucionistas, produziram obras em que declaravam o caráter *natural* e *evolutivo* da língua. Esta relação *naturalista-evolucionista* fez com que estes lingüistas e gramáticos adotassem tanto a terminologia vinda das ciências biológicas para se referir ao fenômeno lingüístico, quanto também adotassem procedimentos de análise caros a esta ciência, como a *observação* e a *experimentação*.

Um exemplo desta leitura *evolutiva* sobre a língua pode ser encontrado nas palavras do autor de *La linguistique*, Abel Hovelacque, lingüista francês citado por Ribeiro, na página 155, de sua *Grammatica*, local em que tal citação é usada para ilustrar o processo de evolução

⁵⁷ Cf. RIBEIRO, 1880, p. 39-61.

⁵⁸ Na verdade, este quadro comparativo de Ferrière já havia sido exposto em *Traços geraes de linguística*, ou seja, foi apresentado por Ribeiro um ano antes da publicação de sua *Grammatica*, em 1881.

do Latim – por eles considerada a língua mãe⁵⁹ – para as sete línguas neolatinas – tidas como suas filhas (Português, Espanhol, Francês, Provençal, Italiano, Latino e o Romano)⁶⁰.

Hovelacque (1922, p. 9, grifo do autor) é um exemplo de *lingüista-naturalista* que confere à língua a condição de *ser vivo*. Vejamos o que o autor fala a este respeito, ao abrir seu capítulo sobre a “vida das línguas”:

Les langues en effet naissent, croissent, dépérissent et meurent comme tous les êtres vivants. Elles ont passé tout d’abord par une période embryonnaire, elles atteignent un complet développement et sont livrées, en fin de compte, à la métamorphose régressive. C’est précisément cette conception de la *vie* des langues qui, ainsi qu’on l’a déjà remarqué, distingue la science moderne du langage d’avec les spéculations du passé.

Com efeito, ao analisarmos os trechos em que Ribeiro faz referência às teorias *evolucionistas* de Darwin, ou seja, as passagens presentes em *Traços geraes de linguística* e na *Grammatica portugueza*, percebemos que eles estão localizados em seções nas quais a essência do tópico discutido está relacionada à idéia da *mudança*. Inicialmente, em *Traços geraes*, 1880, Ribeiro abre o capítulo 4, intitulado *Evolução linguística*, com um quadro-síntese sobre a *theoria da evolução*, de Darwin. Após esta apresentação, como o título sugere, as 22 páginas deste capítulo são dedicadas ao exame de como ocorre o processo *evolutivo* nas línguas, aplicando para tal as idéias extraídas de Darwin e inicialmente sumariadas nas primeiras páginas do capítulo. Ribeiro detém-se à análise deste processo discutindo, principalmente, a *evolução* do Latim para o Português. Tal capítulo é encerrado com a reprodução do já mencionado quadro comparativo entre as *espécies* e as *línguas* quanto à *seleção natural*, ou seja, aquele extraído por Ribeiro da obra *Le darwinisme*, de Émile

⁵⁹ Ainda na seção de *Etymologia*, Ribeiro (1914, p. 154, grifos do autor) assim explica a origem das palavras do Português, dando-lhe, desta forma, sua *genealogia*. Vejamos: “As palavras da lingua portugueza derivam-se 1) de palavras da lingua latina, considerada mãe; 2) de outras palavras da mesma lingua portugueza; 3) de palavras de linguas estrangeiras antigas e modernas. A lingua latina, transformando-se, produziu sete linguas chamadas *novo-latinas* ou *romanicas* – O *Portuguez*, o *Hespanhol*, o *Francez*, o *Provençal*, o *Italiano*, o *Latino*, e o *Romano* (1)”. Os grifos são reproduções das palavras de Hovelacque, extraídas de sua obra *La linguistique*. O número (1) faz referência, justamente, à obra acima mencionada.

⁶⁰ Para maiores detalhes a respeito de como o autor desenvolve este assunto, ver HOVELACQUE, 1922, p. 318-338. Destacamos que Ribeiro, ao fazer a citação em sua *Grammatica*, usa um exemplar de 1877, não fazendo referência, porém, de qual edição se tratava.

Ferriére. Tal reprodução será novamente apresentada, em 1881, na *Grammatica*, só que desta vez localizada na abertura da seção sobre *Etymologia*.

Não é apenas o quadro de Ferriére que foi reproduzido igualmente em *Traços geraes* e na *Grammatica*. De fato, Ribeiro (1914, p. 153) também reproduz na *Grammatica* uma observação sua sobre a *evolução linguística*, já realizada anteriormente em *Traços geraes*.

Vejamos:

Bem como as especies organicas que povôam o mundo, as línguas, verdadeiros organismos sociologicos, estão sujeitas á grande lei da lucta pela existencia, á *lei da selecção*. E é para notar-se que a *evolução linguística* se effectua muito mais promptamente do que a *evolução das espécies*: nenhuma lingua parece ter vivido por mais de mil annos, ao passo que muitas especies parece terem-se perpetuado por centenas de milhares de séculos⁶¹.

Este trecho é posto, na *Grammatica*, entre a definição que Ribeiro dá para *Etymologia* e o referido quadro de Ferriére. A análise da forma pela qual Ribeiro reúne e organiza estas “três partes” (definição de *etimologia*, trecho sobre a *evolução lingüística* já usado em *Traços geraes* e a reprodução do *quadro de Ferriére*) nos dá um exemplo de como estas idéias *evolucionistas* foram inseridas em seu texto gramatical. Vejamos, agora, como Ribeiro (1914, p. 153, grifos do autor) define *Etymologia* e também uma observação sua quanto a uma preferência terminológica: “*Etymologia* é o conjuncto das leis que presidem a derivação nas palavras nas diversas linguas. *Lexeogenia* seria termo preferivel á *Etymologia*. Comtudo, este ultimo tem em seu favor, desde seculos, a consagração universal: não póde, pois, ser substituido”.

⁶¹ Em *Traços geraes*, ao final deste trecho, Ribeiro coloca entre parênteses o nome de Lyell. No entanto, na *Grammatica*, esta referência não é feita. Como também, ao citá-lo em *Traços geraes*, Ribeiro não delimita por aspas ou outra indicação quais seriam as palavras de Lyell e quais seriam suas próprias palavras, não podemos saber se o que houve foi uma falha na citação ou se Ribeiro, em *Traços geraes*, ao colocar – (Lyell) – no final do trecho, quis apenas fazer uma referência ao fato de que aquilo que havia escrito estava baseado nas idéias deste autor, sem, no entanto, ser uma citação direta de alguma obra de Charles Lyell. Sobre este autor, BRANCO (1996) destaca ter sido um importante geólogo escocês e amigo pessoal de Darwin. Convém destacar também, que Lyell foi um dos responsáveis por convencer Darwin a publicar seu livro *A origem das espécies*, em 1859, após o incidente envolvendo Alfred Russell Wallace.

A opção de Ribeiro por *lexeogenia*, no contexto de sua obra, parece encontrar explicação também de ordem *naturalista-evolucionista*. Preferindo tal termo à *etymologia*, Ribeiro acentua terminologicamente o processo biológico, *vivo*, que julga existir nas línguas. *Lexeogenia*, pois, marca o fenômeno de nascimento das palavras, das *lexias*, que depois de nascerem, seguem seu curso de vida *evolutivamente* definido. Aos gramáticos e aos lingüistas cabe, então, o estudo deste processo de vida das línguas. De acordo com o pensamento lingüístico de Ribeiro, suas obras devem ser fruto do estudo *positivo* sobre a linguagem, resultado da insistente *observação* e análise dos dados.

Em relação ao outro extremo da *vida* das palavras, Ribeiro (1880, p. 45, grifos nossos) salienta qual é o papel do lingüista quanto à *morte* de uma palavra ou expressão. Vejamos: “Quando se *extinguem* ninguém dá fé, porque insensivelmente ficou a gente habituada a prescindir dellas. Muitas vezes é mister mais de um seculo para que o *linguista erudito* assignale o seu *passamento*, e faça-lhes o *necrologico*”.

Após, então, a definição de *Etymologia/Lexeogenia* e as observações sobre a *evolução linguística*, Ribeiro reproduz o mencionado quadro em que Ferrière compara as semelhanças entre o processo de *seleção natural* nas *espécies* e nas *línguas*. Com efeito, logo na primeira linha Ferrière⁶² ([ca. 1872] apud RIBEIRO, 1914, p.153, grifos nossos) estabelece tal comparação. Vejamos:

1) As *especies* têm suas *variedades*, obra do meio ou de cousas physiologicas/
 1) As *linguas* têm os seus *dialectos*, obra do meio ou dos costumes; 2) As *especies* vivas descendem geralmente das especies mortas do mesmo paiz/ 2) As *linguas* vivas descendem geralmente das linguas mortas do mesmo paiz.

A afirmação de que as *línguas* possuem *dialetos*, da mesma forma que as *espécies* têm suas *variedades*, já havia sido motivo de maiores considerações e análises por parte de Ribeiro em seu livro *Traços geraes* e as elas já nos referimos no capítulo 3 do presente

⁶² FERRIÈRE, Èmile. *Le darwinisme*. Paris, [ca. 1872], p.121-123.

trabalho. Também como já comentamos, a importância do conceito de *dialeto* em Ribeiro é grande, já que é nele que o autor encontra fundamento teórico para afirmar que as línguas *mudam*. A partir daí, podemos afirmar que a idéia de *dialeto* em Ribeiro ganha uma importante dimensão em sua obra, uma vez que ele parte desta conceituação para incluir, em sua *Grammatica*, estudos e observações que hoje denominamos de processos de *mudança* e *variação lingüísticas*. Convém, aqui, ressaltar que não há na obra de Ribeiro o uso desta terminologia, mas, mesmo não os denominando assim, Ribeiro discute e exemplifica estes processos ao longo de sua *Grammatica*.

Ao conceber que as *línguas* estão em contínua *evolução* biológica e que este processo condiciona-as a passarem por diferentes formas lingüísticas em seus estágios de *vida*, Ribeiro justifica teoricamente, ou seja, fundamentado pelo *Naturalismo-evolucionista*, os comentários que fez em seu texto gramatical sobre estes dois processos lingüísticos que envolvem a *mudança* e a *variação* das línguas, em seu caso específico, do *Português*.

Vejamos novamente, então, como Ribeiro (1880, p. 43, grifos nossos) expõe sua explicação para existirem os *dialetos*:

Sahidas do *mesmo tronco*, no mesmo paiz, bem como as especies, as *linguas* têm *variado*. Ellas têm seus *fosseis* nas litteraturas *mortas*; os seculos são suas camadas geologicas, e os paizes em que *florescem*, suas estações particulares. As *especies* têm suas *variedades*; as *linguas* têm seus *dialectos*. Assim como as *variedades* são as vergontaes⁶³ de um tronco comum, modificadas por causas externas ou physiologicas; assim os *dialectos*, *nascidos* de uma *lingua mãe*, devem suas dissimilhaças tanto ao clima, como aos costumes dos homens que os fallam.

Com efeito, embora as observações acima expostas sobre os *dialetos* apontem mais diretamente para uma descrição *naturalista-evolucionista* do processo de *mudança lingüística*, podemos afirmar que há na *Grammatica*, de Ribeiro, também comentários que podem ser classificados como observações sobre a *variação lingüística*. Tal afirmação tem como base o fato de que, do ponto de vista *naturalista-evolucionista*, tanto a *mudança*, quanto

⁶³ Cf. HOUAISS (2007): “Vergôntea: [Botânica] 1. ramo da videira; sarmento; 2. ramo fino de árvore ou arbusto; rebento, broto”.

a *variação* encontram em Ribeiro a mesma justificativa teórica, ou seja, a *evolução* biológica da língua, uma vez que, segundo este modelo, ela é tomada como um *ser vivo* e como tal é exposto a um constante processo de *evolução* e mudança. Se tal *evolução biológica* aponta para um inexorável processo de mudança dos *organismos* lingüísticos, podemos constata-la e estudá-la tanto diacronicamente – nas *mudanças lingüísticas*, quanto sincronicamente – nas *variações lingüísticas*.

Especificamente, este mecanismo de registro da *variação* nos interessa sobremaneira, uma vez que é nele que encontramos a justificativa para as observações relativas ao Português do Brasil feitas por Ribeiro ao longo de sua *Grammatica*.

Tais observações são feitas ao longo de seu texto, porém, o gramático, a despeito de discutir estes usos lingüísticos em si, não entra no mérito de como denominar este Português praticado no Brasil. Quanto à passagem do Latim para o Português, fica claro pelas palavras do próprio Ribeiro, que ele considera o Português um *dialeto* do Latim, ou seja, um filho da extinta língua mãe.

Já em relação ao posicionamento de Ribeiro quanto ao Português do Brasil, podemos encontrar, de forma indireta, sua posição ao citar as palavras de Teófilo Braga, polígrafo português, autor da *Grammatica portugueza elementar*, que, nesta obra, afirma ser o Português do Brasil, um *dialecto brasileiro*.

Desta forma, esquematicamente, podemos dizer que, para Ribeiro, o processo de *mudança lingüística* do Latim para o Português é classificado como uma relação *dialetal* da segunda língua em relação à primeira. Já quanto ao processo de *variação lingüística* entre o Português de Portugal e o do Brasil, Ribeiro sinaliza sua concordância com Theophilo Braga ao classificar a *variante lingüística* brasileira como um *dialecto brasileiro*.

Passemos, então, ao trecho em que Ribeiro cita a *Grammatica elementar*, de Braga. Devemos aqui dizer, que tal referência de Ribeiro encontra-se em sua seção sobre os

pronomes. Depois de realizadas suas próprias considerações sobre o assunto, no fim de página, como observação, Ribeiro⁶⁴ reproduz o que diz Braga (1876, p. 64-65, grifos do autor)

“sobre o uso da palavra *homem* como pronome indefinido”. Vejamos:

Os pronomes propriamente indefinidos são: *Alguem*, ou *Algo*, *Ninguem*, *Outrem*, *Al*, *Tudo*, *Nada*, porque se empregam sem dependencia do substantivo. No portuguez do século XV e XVI, e ainda hoje na linguagem popular, encontra-se o substantivo *Homem* usado como pronome indefinido. El-rei D. Duarte, traduzindo o Tratado *De modo confidenti*, de S. Thomaz de Aquino, traz: “porem nom póde *homem* ter-se que alguma cousa nom diga...”. A phase latina era: “*haec tamen tacere non valeo*”. É ainda hoje popularissima; na forma de *home*, e no provincialismo insulano *heme*. No *Canc. geral*, em Sá de Miranda e Ferreira, usa-se esta forma pronominal, tão peculiar hoje no francez **on**, de *om* e *homme*. Ex.: Leixar *homem* liberdade. (*C. ger.*) Cuida *homem* que bem escolhe – Que se não póde *homem* erguer. (Sá Mir.). No anexim popular: “*Home* pobre, uma vez á loja” a sua forma indefinida é: “*Quem* é pobre vai uma vez á loja. Sobretudo nos anexins populares é bastante frequente este facto: “*Anda homem* a trote para ganhar capote” por *Anda-se...* “*Deita-se homem* pelo chão, para ganhar gabão”. O substantivo *Gente* tambem se emprega n’este sentido, sobretudo no *dialecto brasileiro*: Quando a *gente* está com gente... *Gente* me deixe...

Como podemos notar, Ribeiro (1914, p. 11) segue, em muitos momentos, o mesmo procedimento que vimos acima em Braga (1876), ou seja, ao discutir algum assunto em sua *Grammatica*, o autor estabelece, ao mesmo tempo, explicações sobre *mudança* e sobre *variação lingüísticas*.

Efetivamente, quando Braga (1876, p. 64, grifos nossos) afirma que: “No portuguez *do século XV e XVI*, e ainda hoje na linguagem popular, encontra-se o substantivo *Homem* usado como pronome indefinido”, podemos verificar um processo que também encontraremos em Ribeiro, ou seja, o de relacionar em um mesmo comentário gramatical, dados *diacrônicos* e *sincrônicos* da língua, notadamente os relacionados ao Português. Assim, em alguns momentos, ao desenvolver uma explicação histórica, *diacrônica* da língua, o gramático assinala a permanência desta estrutura antiga em sua *sincronia*, ou seja, mostra que determinadas estruturas da língua mantêm sua *produtividade*, mesmo que tenham sofrido ligeiras alterações, geralmente, de ordem fonológica ou morfológica.

⁶⁴ Cf. RIBEIRO, 1914, p. 64-65.

Além das referências históricas restritas ao Latim e ao Português, outro recurso, característico da *Gramática Histórico-Comparada*, presente no trecho de Teófilo Braga acima destacado e que também encontramos na *Grammatica*, de Ribeiro, é a comparação do Português com outras línguas neolatinas. Braga (1876, p. 65, grifos do autor) faz uma referência comparativa com o Francês e diz que: “No *Canc. geral*, em Sá de Miranda e Ferreira, usa-se esta forma pronominal, tão peculiar hoje no francez **on**, de *om* e *homme*. Ex.: Leixar *homem* liberdade. (*C. ger.*) Cuida *homem* que bem escolhe – Que se não pôde *homem* erguer. (Sá Mir.)”.

De forma análoga, Ribeiro (1914), que foi o primeiro gramático brasileiro a utilizar-se dos métodos da *Gramática Histórico-Comparada*, também lança mão dos mesmos mecanismos analíticos que foram acima apontados em relação à *Grammatica elementar*, de Braga, ou seja, a interconexão entre *diacronia* e *sincronia* ao tecer determinadas explicações gramaticais e também a utilização da comparação do Português com outras línguas neolatinas. Vejamos, então, um trecho de Ribeiro (1914, p. 11, grifos do autor) bastante representativo⁶⁵ quanto a estes processos ora mencionados:

Ha mais dous sons distintos, banidos hoje do uso da gente culta: *dje*, *tche*. Os caipiras de S. Paulo pronunciam **djente**, **djogo**. Os mesmos e tambem os Minhotos e Transmontanos dizem **tchapeu**, **tchave**. F. Diez pensa que *dje*, *tch* são as formas primitivas do *je* e *che* (1)⁶⁶ e tudo leva a crer que realmente o são. *Dje* é um som romanico genuino: existe em Provençal, em Italiano, e no seculo XII existia no Francez, que o transmittiu ao Inglez, onde até agora se acha ex.: “*jealousy*”. Em escriptos latinos do seculo IX, encontram-se as fórmulas *pegiorentur*, *pediorentur*, por *pejorentur*. *Tche* é também som romanico castiço: existe em Provençal, em Italiano, em Hespanhol, e existiu no Francez, donde passou para o Inglez, que ainda hoje o conserva, ex.: “**chamber**”. A existencia de ambas estas fórmulas no fallar do interior do Brazil prova que estavam ellas em uso entre os colonos portuguezes do seculo XVI. A antiguidade e a vernaculidade do *tche* attestam-se pela sua permanencia na linguagem do Minho e de Tras-os-Montes: como é sabido, o povo rude é conservador tenaz dos elementos archaicos das linguas.

⁶⁵ Este trecho já havia sido exposto inicialmente por Ribeiro, em 1879, num artigo da polêmica com Augusto Freire. Cf. RIBEIRO, 1887, p. 35-36.

⁶⁶ Esta numeração representa uma *nota de rodapé* feita por Ribeiro. Aqui procederemos a sua devida reprodução: (1) F. DIEZ. *Grammaire des Langues Romaines*, Trad. d’Auguste Brachet et Gaston. Paris, 1874, vol. I, pag. 358-360.

Com efeito, neste trecho, o objetivo principal de Ribeiro é estabelecer explicações histórico-fonológicas a respeito dos fonemas *dje* e *tch*. Ao realizar a necessária retrospectiva para estas considerações históricas, ou seja, ao recorrer à *diacronia* das línguas, Ribeiro acaba abordando aspectos importantes de sua *sincronia*. Fazemos tal afirmação, pois, neste excerto, para cumprir seu objetivo, Ribeiro faz menção ao Português de Portugal e ao Português do Brasil, uma vez que analisa o uso dos fonemas acima destacados pelos “caipiras de S. Paulo” e também pelos “minhotos e transmontanos”.

A relevância desta observação e de outras do mesmo teor, ou seja, aquelas que apontam para a distinção entre o Português de Portugal e o do Brasil é significativa, pois, como já sublinhamos, Ribeiro foi o primeiro gramático brasileiro a registrar em compêndio, marcas lingüísticas referentes ao Português do Brasil, com efeito, mesmo que fosse para, em algumas vezes, criticá-las.

Ribeiro, no trecho em análise, vai além da já importante distinção acima mencionada e em relação a elas, aponta para a existência de diferentes *registros da língua* no seio da *norma* lingüística prescrita pela gramática. Isto ocorre, pois Ribeiro (1914, p. 11) indica existir um uso da “gente culta” englobando aqui aqueles que seguem linguisticamente o *uso* de prestígio – a *norma* culta da língua – justamente aquela prescrita pela gramática. Neste caso, seriam “a gente culta” tanto os brasileiros, quanto os portugueses que seguissem tais valores estabelecidos pela prescrição gramatical.

Na outra ponta do *registro* do Português, temos os “caipiras de S. Paulo” e os “minhotos e transmontanos”, que igualmente ainda utilizam-se dos fonemas *dje* e *tch*, mesmo que estes já tenham sido “banidos do uso da gente culta”. No entanto, apesar da distinção entre gente “culto” e “não-culto”, é interessante destacar a abonação, mesmo que parcial, que Ribeiro dá para o uso “não culto” destes fonemas, uma vez que estes têm origem histórica na língua portuguesa e como tal, não podem ser totalmente recriminados. Em outros termos, para

um gramático *histórico-comparativista*, com é o caso de Ribeiro, qualquer realização lingüística que *sincronicamente* não esteja mais de acordo com o uso culto da língua, caso possa ser justificada *diacronicamente*, não poderá ser considerada totalmente errada, não-culta, uma vez que historicamente sua vernaculidade foi comprovada.

Ainda, destacamos que a explicação de Ribeiro (1914, p. 11) para a permanência destes fonemas entre a gente “não-culta”, deve-se ao fato de que: “o povo rude é conservador tenaz dos elementos arcaicos das línguas”. No caso dos brasileiros, a permanência destes fonemas se deve ao fato de que eles foram trazidos para o Brasil pelos “colonos portugueses do século XVI” e assim foram mantidos em uso, até a *sincronia* na qual está situado discursivamente o gramático, na característica de “fallar do interior do Brazil”, especificamente, na pronúncia dos “caipiras de S. Paulo”.

A permanência em Portugal, também em relação à *sincronia* da qual fala o gramático, especificamente, no Minho e em Trás-os-Montes, é explicada por Ribeiro (1914, p. 11) devido ao fato de que “o povo rude é conservador tenaz dos elementos arcaicos das línguas”.

Devemos aqui sublinhar que a atitude de Ribeiro ao descrever algumas marcas da língua realizada em sua *sincronia* – como acima apontamos – foi assinalada por Leite (2003, p. 243), que classificou tal postura como uma “tendência sociolingüística” deste gramático. Com efeito, Leite (2003, p. 243) muito oportunamente classifica este olhar descritivo de Ribeiro, uma vez que o autor, em várias passagens de sua *Grammatica*, ao mencionar determinados aspectos lingüísticos de sua *sincronia*, mostrou que, efetivamente, tinha como intenção o registro de algumas marcas da “língua empírica brasileira”.

Este olhar *sociolingüístico* de Ribeiro (1914, p. 315) pode ser novamente percebido, quando este se refere ao falar da cidade de Sorocaba, município localizado no interior de São Paulo. Mais ainda, nesta sua observação, Ribeiro volta a fazer referência à questão dos

dialectos, só que desta vez, não se utiliza das palavras de Teófilo Braga, tal qual fez quanto ao *dialecto brasileiro*, mas o faz por sua própria conta.

Neste caso específico, estamos diante de um caso de *variação lingüística* regional dentro da própria variante brasileira, ou seja, das diferenças existentes dentro do próprio Português do Brasil.

Ribeiro (1914, p. 315) denomina a variante regional desta cidade paulista como o *dialecto sorocabano*. Os comentários feitos por Ribeiro em relação ao falar desta cidade são importantes para que compreendamos ainda melhor como se formou doutrinariamente a idéia e a possibilidade de *variação lingüística* no bojo de suas idéias sobre as línguas.

A referência que Ribeiro faz ao falar de Sorocaba aparece em sua *Grammatica*, na seção sobre o *Advérbio*. Inicialmente, em fonte tipográfica maior, Ribeiro (1914, p. 315) faz a seguinte afirmação: “A locução adverbial *no mais* equivale a *não mais*, como se encontra duas vezes em Camões (1)⁶⁷: o colendo mestre, sr. Adolpho Coelho, tem-na por peculiaridade camoniana, que não se faz mister attribuir á influencia da lingua hespanhola”. Logo em seguida, a fim de comentar a afirmação acima realizada e, por isso, utilizando-se de fonte tipográfica menor, Ribeiro (1914, p. 315, grifos do autor) assim se manifesta:

Em Sorocaba⁶⁸, cidade do Estado de S. Paulo, que uma feira annual de bestas punha sempre em contacto com Orientaes e Correntinos⁶⁹, e onde a linguagem é ainda sensivelmente acastelhanada, tal locução é usadíssima; ouve-se a cada passo: “*Entre NO MAIS - Tire churrasco, NO MAIS — Ensilhe NO MAIS o matungo*”, isto é, *Entre, NÃO MAIS; Entre sem cerimonia — Tire churrasco, NÃO MAIS: sem mais preâmbulos - Ensilhe o matungo, NÃO MAIS: nada mais tem a fazer sinão ensilhar o matungo*. A existencia da locução no *dialecto sorocabano* só pôde ser devida á influencia castelhana.

⁶⁷Esta numeração representa uma *nota de rodapé* feita por Ribeiro. Aqui procederemos a sua devida reprodução: (1) CAMÕES. *Lusiadas*, Cant. III, Est. LXVIIe Cant. X, Est. CXLV.

⁶⁸ Cf. DORNAS FILHO (1945) e IRMÃO [198-?]. Como pode ser visto nas biografias de Ribeiro, o gramático viveu por algum tempo na cidade de Sorocaba.

⁶⁹ Provável referência à presença em território sorocabano de imigrantes da cidade argentina de Corrientes e também da República Oriental do Uruguai. O contato com estes hispanofalantes teria, então, provocado o uso concomitante, em Sorocaba, da expressão portuguesa – *não mais* e da acastelhanada – *no mais*.

Com efeito, no trecho acima destacado, podemos perceber dois aspectos relacionados ao processo de *evolução linguística* que, como já mencionamos, encontra amparo no âmbito da concepção *evolutiva-darwinista* que Ribeiro formou a respeito do processo de evolução das línguas. Também como já apontamos, tais processos, embora não sejam assim denominados por Ribeiro, podem ser conceituados, em terminologia atual, como registros da *variação lingüística* ocorrida no Português do Brasil.

Quanto à influência do Espanhol no Português à época falado em Sorocaba, Ribeiro discorda de um autor que foi uma das suas principais influências no que diz respeito à *philologia portugueza*: o português *Adolpho Coelho*. A raiz de tal discordância está na importância dada por Ribeiro ao *meio* externo como um importante elemento no processo de *evolução linguística*.

De fato, podemos encontrar a relevância que, *evolutivamente*, atribui-se ao *meio* em alguns trechos da obra de Ribeiro. A primeira menção a este respeito ocorre em *Traços geraes*, no já mencionado capítulo IV, local em que Ribeiro resumiu a *theoria da evolução*, de Darwin. Ali, Ribeiro (1880, p. 40, grifos nossos) utilizou-se do termo “clima” para fazer referência ao *meio* externo. Vejamos:

FUNDAMENTO DA THEORIA [de Darwin]: 1) Luta pela vida contra o *clima*; 2) Luta pela alimentação; 3) Vantagem da fecundidade; 4) *Relações mutuas* entre os *seres organizados*. A THEORIA [de Darwin] - I – *Causas da selecção natural* – 1) O *clima*; 2) A alimentação; 3) O exercício e o habito; 4) A posse das femeas; 5) As *relações mutuas* entre os *seres organizados*.

Depois, na *Grammatica*, encontramos outra menção que Ribeiro fez (1914, p. 156, grifos nossos) relativamente à importância exercida pelo *meio* externo na *evolução* biológica, só que, neste caso, visando especificamente a *evolução* das línguas. Vejamos:

O estudo comparativo das *linguas romanicas* levamos ao conhecimento das leis glotticas que presidiram á *evolução* do Latim. No estado actual da sciencia physiologica, é impossivel assignalar todas as causas que produziram taes leis. O que não soffre duvida é quanto contribuiu para ellas a *influencia do meio*, alliada ao pendor que tem o homem, assim como todo animal, para empregar o minimo esforço possivel na realização de actos physiologicos (1). E' por causa desta tendencia, pronunciadissima nos *climas enervadores* dos paizes

intertropicaes, que as linguas européas *tanto se têm adoçado e corrompido em certas partes da America. Em nota de rodapé (1): O principio biologico que, conjunctamente com a acção dos meios, produz a contracção dos sons vogaes e a permutação das alterantes, chama-se o - principio da minima acção - isto é, do menor esforço a fazer para pronunciar. [...]*

Assim dito, podemos compreender melhor porque Ribeiro discordou de Adolfo Coelho, quando este rechaçou a influência do Espanhol na expressão “no mais”. Como apontamos acima, em um contexto *evolucionista-darwinista* tal qual o seguido por Ribeiro, o *meio* externo contribui diretamente no processo de *evolução linguística*. No caso do Espanhol, além de ser também “filha” do Latim, ou seja, além de ter raízes históricas em comum com o Português, há a questão da *variação lingüística* pelo *contato* entre diferentes falantes. Com efeito, tanto na Península Ibérica, quanto na América, dada a proximidade territorial, o *contato* entre falantes do Português e do Espanhol sempre existiu, notadamente nas regiões fronteiriças e em regiões onde há fluxo migratório significativo, estabelecendo assim um processo de trocas lingüísticas que pode acarretar em *variações* em ambas as línguas. Este processo é percebido, no trecho em questão, quando Ribeiro (1914, p. 315) diz que em Sorocaba “a linguagem é ainda sensivelmente acastelhanada”.

Tal posição do gramático é também vista quando Ribeiro (1914, p. 172, grifos do autor) faz menção ao uso freqüente do sufixo “-aço” no Rio Grande do Sul, que segundo sua análise, deve-se ao contato fronteiriço deste estado brasileiro com os países de língua espanhola. Vejamos: “aço: para nomes que exprimem percussão, golpe, ex.: *Lançaço, pistolaço*. Esta formação é muitissimo usada no Rio Grande do Sul, por influencia do Hespanhol das republicas limitrophes”.

Além da questão do *contato*, Ribeiro utiliza-se de outro aspecto do *meio* externo para explicar o processo de *evolução* da língua: o calor. A consideração de tal aspecto ocorre, pois, segundo Ribeiro (1914, p. 156), a temperatura elevada interfere diretamente no “principio da minima acção”, ou seja, no “[principio] do menor esforço a fazer para pronunciar [os sons da língua]”. De acordo com esta idéia, o intenso calor da América, em contraste com o frio

européu, deixaria os falantes com excessiva moleza, *enervados*, uma vez que estes, ao sofrerem a ação extenuante do calor, simplificariam determinados usos da língua, justamente, aplicando o *princípio do menor esforço*. Os europeus, neste caso, já que não sofrem “perda energética” por ação do calor, seriam capazes de utilizar-se das línguas em sua plenitude, sem ter de recorrer a simplificações ou reduções.

A posição de Ribeiro (1914, p. 156, grifos nossos) quanto ao processo acima descrito pode ser vista quando ele assim se manifesta: “As línguas européas tanto se têm *adoçado e corrompido* em certas partes da América”. Com efeito, tais observações, aparentemente contraditórias em seu conteúdo, nos levam a um ponto importante para vislumbrarmos como ocorre a conciliação de dois papéis exercidos por Ribeiro: o primeiro, o do lingüista *naturalista-evolucionista*, que se intitulava *científico*, fundamentalmente pela adoção dos novos métodos *naturais* nos estudos da linguagem e, conseqüentemente, pela sua oposição teórica às práticas apregoadas pela *Gramática Filosófica*. Por outro lado, mostra sua posição de *gramático*, que tem por dever de ofício a determinação de referenciais, de usos lingüísticos a serem seguidos, estabelecendo, assim, aquilo que é certo ou errado, ou seja, deve apontar, em compêndio, uma determinada *prescrição* lingüístico-gramatical.

Ao avaliar como “doce” o uso que fazem os habitantes da América quanto às línguas européas trazidas para nosso continente pelos colonizadores, Ribeiro parece aprovar e apreciar este processo de *variação lingüística* condicionado-o ao fenômeno evolutivo, uma vez que a influência do *meio ambiente* é um dos pontos da “Theoria da evolução, de Darwin” e por ele sumariada no início do capítulo IV, de seu livro *Traços geraes*. Em outras palavras, esta *evolução lingüística* provocada pelo *meio* teria tornado as línguas européas transladadas para a América, mais *adocicadas*, portanto, mais *agradáveis* relativamente a suas variantes européas.

Por outro lado, quando classifica o processo de transladação das línguas da Europa para a América como responsável por uma *corrupção* lingüística, Ribeiro exerce, neste momento, seu papel de gramático e, portanto, de guardião da *norma culta*, notadamente da norma de base lusitanizante. Assim se manifestando, Ribeiro destaca que houve um desvio a tal norma e, assim, o sanciona como corruptor.

Na verdade, este processo de “contradição” nos interessa, pois mostrará quando Ribeiro se comporta como um lingüista-evolucionista, portanto, limitado-se à *descrição* e ao estudo dos fenômenos lingüísticos por ele observados e quando, por seu turno, aparecerá o Ribeiro *prescritivista*, aquele que em muitos casos, apesar de sublinhar o processo *evolutivo* pelo qual passou a língua, o condena mesmo assim. Esta objeção ocorre sempre nos momentos em que Ribeiro julgou que tal *evolução* não coadunaria com os valores da *prescrição* gramatical, da *norma culta*.

Com efeito, é justamente por esta oscilação entre a *descrição* e a *prescrição* gramatical - que, aliás, na *Grammatica*, de Ribeiro, é farta - que optamos em analisar a presente obra, uma vez que assim podemos verificar como o Português do Brasil foi tratado no seio de uma *gramática tradicional*.

Vejamos, então, a seguir, como ocorreu o processo de *gramatização* do Português do Brasil.

4.2. A *evolução linguística* e o processo de *gramatização* do Português do Brasil na *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro

Como pudemos mostrar no item anterior, Ribeiro aceitou o princípio de que as línguas *mudam*, pois partiu, doutrinariamente, de uma concepção *evolucionista-darwinista* para o fenômeno da *evolução linguística*, e, assim, pôde abrir espaço para registrar, no corpo de sua

Grammatica, tanto o processo de *mudança lingüística* do Latim para o Português, quanto o de *variação lingüística* do Português de Portugal em relação ao Português do Brasil, como também de *variações* existentes internamente na variante brasileira do Português.

Como já mencionamos neste trabalho, Ribeiro (1881) foi o primeiro gramático brasileiro a registrar em compêndio gramatical marcas do Português do Brasil. Tal primazia também pode ser vista sob uma outra rubrica, ou seja, Ribeiro foi, efetivamente, o primeiro gramático brasileiro que *gramatizou* o Português do Brasil. Este processo, assim denominado e estudado por Auroux (1992, p. 65, grifos do autor), é, pois, descrito por ele da seguinte forma: “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentalizar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”.

A despeito da amplitude que o termo *gramática* pode encerrar, Auroux (1992, p. 66) toma o cuidado de bem delimitá-lo no âmbito do processo da *gramatização*. Vejamos:

Nós chamamos gramática de uma língua L, algo como o que fez Panini para o sânscrito; Dionísio de Trácia e Apolônio para o grego; Varrão, Donato e Prisciano para o latim e Sibawayhi e seus sucessores para o árabe. Uma gramática contém (pelo menos): a. uma categorização das unidades; b. exemplos; c. regras mais ou menos explícitas para construir enunciados (os exemplos escolhidos podem tomar seu lugar).

Com efeito, ainda falando sobre a *gramática* e sua importância para a *descrição das línguas*, Auroux (1992, p. 66, grifos nossos) salienta o papel que exercem as *regras* em tais compêndios, principalmente, na relação existente entre a *gramática* e a *realidade lingüística*.

Vejamos:

As *regras* podem ser encaradas como *prescrições* (diga..., não diga ..., diz-se...) que não possuem nenhum valor de verdade ou como *descrições* (na língua L..., é enunciado correto, eles dizem...). É fácil passar do *primeiro* para o *segundo* tipo de formulação, o que explica que nunca existe, entre uma série de *gramáticas prescritivas* e uma outra série de *gramáticas descritivas* da mesma língua, a absoluta solução de continuidade que aí vê a historiografia tradicional: um certo saber se conserva sempre. Toda gramática equivale pois a um *corpus* (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas. É por aí que ela é uma *descrição lingüística*.

Assim dito, uma vez que o gramático, tanto nas *gramáticas prescritivas*, quanto nas *descritivas*, detém a prerrogativa de definir seu *corpus*, seu exemplário, bem como as observações que fará sobre ele, tais comentários sobre a língua são necessariamente pautados em determinadas *regras*, mesmo considerando que em alguns casos elas não encontrem unanimidade entre os próprios gramáticos.

Deste processo, podemos depreender que, se a noção de *regra* está presente em qualquer mecanismo de descrição gramatical, os referenciais de correção em uma determinada *língua* não serão os mesmos quando nela houver uma *gramática*.

Em relação aos impactos que uma possível ausência de *gramática* acarreta em uma *língua*, Auroux (1992, p. 69, grifos nossos) salienta o fato de que tal inexistência aumenta o leque de possibilidades quanto à *variação lingüística*. Vejamos:

Em um espaço lingüístico vazio, ou praticamente vazio, de intervenções tecnológicas [referência à gramática e ao dicionário], a liberdade de *variação* é evidentemente muito grande e as discontinuidades dialetais, que afetam essencialmente traços que não se recobrem, são pouco claras. A *gramatização*, geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja o “bom uso” vai reduzir esta *variação*. Basta considerar, para cada uma das línguas européias, a série dos gramáticos, do século XVI ao fim do século XVII, para ver como se reduzem as diferentes *variantes* de uma mesma forma até desaparecerem.

Como pôde ser visto, para Auroux (1992), a *gramática* está longe de ser apenas um repositório passivo de regras e usos de uma determinada língua. Efetivamente, ela está inserida em um processo contínuo de *instrumentalização tecnológica* da *fala natural*. Em função da importância que este processo desempenha quanto à *variação* das línguas, Auroux (1992, p. 69-70, grifos do autor), no bojo de seus estudos sobre a *gramatização*, denominou a *gramática* – bem como o dicionário – como *instrumentos lingüísticos*. Vejamos as palavras do autor quanto a este processo:

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento lingüístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência lingüística, não domino

certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria estes dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isto significa que o aparecimento dos instrumentos lingüísticos não deixa intactas as práticas lingüísticas humanas.

Com efeito, podemos afirmar que da mesma forma que Fernão de Oliveira e João de Barros foram os primeiros autores a *gramatizar* o Português, respectivamente, em 1536 e 1540⁷⁰, Ribeiro, ao lançar sua *Grammatica portugueza*, em 1881, foi o primeiro autor a *gramatizar* o Português do Brasil, uma vez que, como já salientamos, ele foi o primeiro a registrar na *gramática tradicional* marcas da variante brasileira do Português. Tais traços eram, até então, solenemente ignorados pelos gramáticos, mesmo por aqueles que eram brasileiros e editavam seus trabalhos em solo nacional, como foi o caso do maranhense Sotero dos Reis, importante gramático à época de Ribeiro.

Devemos aqui sublinhar que o processo de *gramatização* do Português do Brasil, acima destacado, foi realizado por um modelo gramatical até então inédito na gramaticografia brasileira e que foi inaugurado por Ribeiro, em 1881: a *Gramática Histórico-Comparada*.

Para que tal autor pudesse levar a cabo um estudo gramatical em que seus valores *evolucionistas-darwinistas* fossem contemplados e desenvolvidos - principalmente, em relação à recuperação dos estágios *evolutivos* antigos do Português e suas implicações na *sincronia* da língua portuguesa - Ribeiro encontrou condições ideais para tal tarefa justamente nas proposições teóricas e nos métodos de estudo utilizados pelo modelo *histórico-comparativista*.

Efetivamente, para Ribeiro, os métodos apregoados pela *Gramática Filosófica* e até então vigentes no Brasil - final do século XIX - não eram suficientes ou mesmo adequados para seus propósitos analíticos, que como já dissemos, eram de teor *evolucionista-darwinista*.

⁷⁰ Cf. AUROUX, 1992, p. 38-39. Ali o autor apresenta um *quadro cronológico* relativo à “gramatização dos vernáculos europeus”.

Diferentemente do que ocorria no modelo *racionalista*, a concepção *naturalista* de língua, por tratá-la como um ser vivo, estabelece relações de *parentesco*, biologicamente consideradas, entre as diversas línguas existentes. Neste sentido, o intuito dos *lingüistas-naturalistas* era o de reconstruir estes *parentescos* lingüísticos, perdidos ao longo do tempo, para que, assim, servissem na compreensão de como estas relações se manifestavam no *presente* das línguas. Para realizar tal estudo, a utilização dos métodos propostos pela *Gramática Histórico-Comparada* serviu para que muitos *lingüistas-naturalistas* pudessem levar a cabo os objetivos de análise acima destacados.

Dito de uma outra forma, podemos dizer que o surgimento da *Gramática Histórico-Comparada* constituiu uma importante ferramenta de análise para os estudiosos que concebiam as línguas como organismos vivos e, assim, passíveis de *evolução*.

4.2.1. Hiperlíngua brasileira e os registros do Português do Brasil

Como afirmou Leite (2005a), Ribeiro foi o primeiro gramático a considerar a *hiperlíngua* brasileira no âmbito de uma gramática tradicional.

Assim dito, é importante lembrarmos das palavras de Aurox (1994, p. 243, grifos nossos) quanto ao processo de *hiperlíngua*. Vejamos: “Em qualquer situação, ela [a *hiperlíngua*] é esta *realidade última* que engloba e situa *toda* realização lingüística e limita concretamente toda inovação. [pois] Se os sujeitos não se compreendem, não há *hiperlíngua*”.

Com efeito, se neste modelo proposto por Aurox, a *hiperlíngua* representa a *totalidade* de uma determinada língua, ou seja, como afirmou o autor, é a sua *realidade última*, podemos, assim, depreender que quando falamos sobre uma determinada *hiperlíngua*, estamos fazendo referência não apenas aos *usos* considerados *cultos* de uma língua, mas também aos *usos* tidos como *não-cultos*.

Devemos aqui destacar, que normalmente as *gramáticas tradicionais* se limitam apenas aos *registros* tidos como *cultos* de uma determinada *hiperlíngua*, deixando de fora os demais *registros* que não se enquadram no referencial da *norma culta*.

Como já sabemos, este tratamento assimétrico, dado aos diferentes *registros* de uma determinada língua, emana da origem histórica da *gramática tradicional*, notadamente do modelo greco-latino, que era fundamentado no eixo da *prescrição gramatical*. Efetivamente, para que haja *prescrição* em uma língua deve necessariamente existir um referencial que a oriente. No caso das *gramáticas tradicionais* sua orientação é a de atender aos ditames estabelecidos pela *norma culta*.

Porém, mesmo que assim procedam, muitas *gramáticas tradicionais* acabam registrando alguns usos *não-cultos* de uma determinada língua, mesmo que normalmente isso seja feito com o intuito de criticá-los. Desta forma, a despeito de repreenderem tais usos, estas gramáticas acabam por ampliar, em seus textos, o leque de considerações sobre a *hiperlíngua* da língua estudada, uma vez que incluem, mesmo que para sancioná-los, usos da língua considerados como *não-cultos*.

No que tange a *hiperlíngua* brasileira, Ribeiro registrou, como cabe a um gramático, a *norma culta* do Português, que, em sua época, tinha seu valor referencial definido única e exclusivamente pela *norma lusitana*. Porém, além dos usos *cultos*, ou seja, aqueles ligados a Portugal, Ribeiro trouxe também para seu compêndio marcas do Português utilizado no Brasil, inclusão que, como já destacamos, foi pioneira na gramaticografia brasileira, mesmo considerando que, em alguns casos, o *uso brasileiro* do Português mereceu reparos ou mesmo críticas por parte de Ribeiro.

Com efeito, tal gesto foi de grande importância, uma vez que as gramáticas brasileiras até 1881, especialmente as de base *filosófica*, simplesmente ignoravam a *realidade lingüística brasileira*, mesmo que fosse para criticá-la.

Ao fazer menção a *usos* típicos de nossa variante do Português, Ribeiro abre espaço para o início de uma longa discussão sobre a *nacionalidade lingüística brasileira*, levada a cabo intensamente, em território nacional, na primeira metade do século XX.

Quanto à presença de tais usos na *Grammatica*, preliminarmente, realizamos um levantamento numérico-descritivo destes, atitude que nos mostrou o seguinte cenário:

- 12 menções a usos específicos dos brasileiros em geral, sem especificar, nestes casos, uma região do país ou algum grupo social determinado. Estas referências são feitas, na *Grammatica*, pelo emprego dos termos *Brazil*, *Brasil* (grafou duas vezes com *s*) ou *brazileiros*.
- 8 menções a usos peculiares do estado de *São Paulo*. Neste grupo, há 3 referências ao uso deste estado, sem determinar região ou grupo social, 2 menções ao uso dos *caipiras de S. Paulo*, 2 menções que contrastam o uso de uma determinada estrutura entre São Paulo e Minas Gerais e 1 menção a um uso específico da cidade paulista de Sorocaba.
- 3 menções aos usos peculiares do estado de *Minas Geraes*. Além dos 2 casos acima mencionados, Ribeiro inclui um outro, só que, desta vez, estabelecendo o contraste do uso de uma determinada estrutura com o estado da *Bahia*.
- 5 menções a usos peculiares dos *caipiras*, mas nestes casos não há especificação de que região do Brasil são tais caipiras, tal qual foi feito nas referências aos caipiras de S. Paulo. Em uma destas 5 menções, há uma em que junto com os *caipiras*, Ribeiro refere-se aos *escravos*. Devemos, aqui, salientar que a despeito da não especificação regional nestas 5 menções, as atrelamos ao Português do Brasil, uma vez que Ribeiro (1914, p. 305, grifos do autor) utiliza-se, em seu texto, de recursos que podem ratificar tal inclusão.

Por exemplo, o uso do pronome *nós*, como na frase: “[...] usadíssimas entre nós pelos *caipiras* [...]”.

São, portanto, 26 menções a usos específicos do Português do Brasil, que foram por nós, analisados. Quanto aos nossos objetivos, o exame destes excertos nos mostrou dois pontos relevantes, a saber: primeiro, a constatação, por parte de Ribeiro, de que determinadas estruturas lingüísticas (tanto no plano fonológico, morfológico ou sintático) são *realizadas* de forma diferente no Brasil e em Portugal. Além das *variações* de determinados *usos* entre os dois países, Ribeiro também reconhece e analisa *variações* existentes internamente no próprio Português do Brasil.

Quanto ao segundo ponto, nos chamou a atenção o posicionamento do gramático quanto à sanção ou não destes *usos variantes* observados e descritos por ele em sua *Grammatica*.

A apresentação dos resultados da análise das 26 referências acima mencionadas, que ora passaremos a fazer, foi organizada da seguinte forma: estudo da seleção dos trechos mais representativos quanto às diferenças de *uso* do Português em Portugal e no Brasil e, depois, estudo da seleção de trechos relativos às diferenças internas do próprio Português do Brasil. Conjuntamente a tais análises, incluiremos nossas observações no que diz respeito ao posicionamento *normativo* do gramático, ou seja, se ele sancionou ou não os *usos* que arrolou em sua *Grammatica* e que foram, por nós, selecionados.

Assim dito, passemos, então, à análise dos trechos em que são confrontadas por Ribeiro diferentes realizações lingüísticas do Português em Portugal e no Brasil.

Neste primeiro grupo de trechos da *Grammatica*, as diferenças apontadas por Ribeiro são de nível *fonológico*. Ali, Ribeiro (1914) acentua um fato relevante quanto às diferenças de registro entre estes dois países: suas diferentes *prosódias*. Vejamos:

Exemplo (1)⁷¹:

A voz tónica commum *i* representa-se: [(1) e (2)] 3) por *e*, na terminação de todos os vocabulos barytonos e na conjuncção *e*, ex.: *cidade -mosarabe - montes e valles*, que se leêm *cidadi – mosarabi - montis e valis*.

A maioria dos Brasileiros assim pronuncia: em Portugal diz-se – *cidade - mosárabê - montês ê vallês*, dando á voz terminal um som abafado, muito distincto de *i*. (RIBEIRO, 1914, p. 31, grifos do autor)

Exemplo (2):

O diphthongo nasal *ãe* representa-se sempre por *ãe*, ex.: *capitães - mãe*.

Os portuguezes pronunciam *em* final como o diphthongo *ãe*: vem dahi a rima, tão estranha aos ouvidos brasileiros, de *mãe* com *ninguem, tambem*, etc. ex.:

“Triste de quem der um ai
Sem achar echo em *ninguem!*
Felizes os que têm pae,
Mimosos os que têm *mãe!* (1)⁷²” (RIBEIRO, 1914, p. 53, grifos do autor)

Exemplo (3):

Alteram-se os vocabulos por addicção, por eliminação, por transposição, e por absorpção, de vozes ou de modificações.

A absorpção da voz livre pura que termina um vocabulo pela voz livre inicial do vocabulo seguinte chama-se *synalepha*, ex.: *da, mo*, por *de-a me-o*.

A *synalepha* não se effectua quando está sob o accento tonico a voz livre terminal do primeiro vocabulo, nem tampouco na inserção por *tmese* de pronomes em verbos.

A pratica da *synalepha* é mais seguida em Portugal do que no Brazil; todavia ella é de rigor na leitura corrente, bem como a ligação dos vocabulos quando seus elementos o permitem, ex.:

‘Dom donzel, onde é que está el-rei? dizia Affonso Domingues ao pagem’. (ALEXANDRE HERCULANO).

lê-se:

Dom donzé londé questá el-rei ? dizí Affonso Domingue záo pagem. (RIBEIRO, 1914, p. 25-26, grifos do autor)

⁷¹ Nesta parte de nosso trabalho - no *exemplário* de Ribeiro - manteremos o tamanho da *fonte* tipográfica utilizado por ele em sua *Grammatica*. Destacamos que o autor utiliza-se de dois tamanhos diferentes de *fonte*, a saber: uma *maior*, utilizada no próprio texto da gramática para a *prescrição gramatical* e outra *menor* que aparece nos momentos em que Ribeiro comenta algum ponto da *prescrição* que acabara de realizar. Cabe salientar, também, que tais observações são geralmente feitas logo em seguida da *prescrição*, ou seja, no próprio corpo da gramática. Raramente, Ribeiro lança mão das *notas de rodapé* para comentar alguma questão, reservando este espaço, então, às fartas referências bibliográficas que faz ao longo de sua *Grammatica*.

⁷² Esta numeração representa uma *nota de rodapé* feita por Ribeiro. Aqui procederemos a sua devida reprodução: (1) Thomaz Ribeiro, *D. Jayme*, Canto IV.

Não há nos exemplos (1), (2) e (3) significativa tomada de posição de Ribeiro quanto à definição de qual *prosódia* é mais adequada. Como pôde ser visto, o tom do gramático é mais *descritivo*, do que *sancionador*, mesmo que, no exemplo (1), a pronúncia brasileira para a “voz tonica commum do i” faça parte do terceiro item da *prescrição gramatical*. Com efeito, não há sanção ao uso prosódico de Portugal, fazendo, assim, que a inclusão da prosódia brasileira, no corpo da gramática, represente mais uma atitude de abonar esta realização fonológica brasileira, do que uma sanção ao uso português.

No próximo grupo de exemplos (4), (5) e (6) podemos perceber a questão da *evolução linguística* do Português de forma bastante clara. Isto se deve ao fato de tratarem da passagem, da *evolução* do Latim para o Português, ou seja, tratam do que hoje estudamos sob o nome de *mudança lingüística*. A idéia de *evolução* das línguas também aparece quando Ribeiro introduz suas observações quanto ao uso brasileiro do Português. Com efeito, ao contrastar, sincronicamente, diferentes usos do Português – em Portugal e no Brasil - Ribeiro fez referência ao processo hoje denominado *variação lingüística*.

Os exemplos (4), (5) e (6) estão localizados na seção sobre *Etymologia*, da *Grammatica*, seção, aliás, que já mereceu nossa análise no presente capítulo. No exemplo (4), encontramos as referências ao Português do Brasil em um longo tópico de Ribeiro (1914, p. 156) sobre a “passagem do Latim para o Portuguez”, *evolução* estudada em 23 itens. Especificamente, tais referências ao uso brasileiro são encontradas nos itens 14 e 17 do referido tópico. Vejamos, então, o item 14:

Exemplo (4):

14) dissolução em voz livre da primeira de duas modificações que actuam sobre a mesma voz [referência às mudanças fonéticas do Latim para o Português].

A modificação dissolvida fica formando diphthongo com a voz precedente. *C*, *g*, *l*, *p*, iniciais de grupos modificativos, dissolvem-se em *i*: *noite* de *nocte*; *reinar* de *regnare*; *buitre*, *escuitar* (fórmula antiga e usada ainda no Brasil), *fruta* (fórmula antiga e usada ainda no Brasil), *muito*, de *vulture*, *ascultare*, *fructu*, *multo*; *conceito* de *concepto*. *X* divide-se em *cs*:

c dissolve-se em *i*, e *s* assume a forma gráfica de *x* com valor de *ch*; *eixo*, de *axe*, *teixo* de *taxo*. O mesmo acontece com os grupos *ct*, *ps*, *cs*, *ss*: *feito* de *facto*; *caixa* de *capsa*; *feixe* de *fasce*; *paixão* de *passione*.

Sobre a voz que precede a modificação dissolvida, ha a notar:

[(a) e (b)] *c* a voz *a* antes de *i*, resultante da dissolução de *l*, converte-se em *o*, formando o diphthongo *oi*: *coice* de *calce*; *foice* de *falce*.

Na mór parte dos casos, a dissolução depois de *o*, além de ser em *i*, póde tambem ser em *u*: *noite* ou *noute*, *coice* ou *couce*, *foice* ou *fouce*. Todavia ha fórmias immoveis consagradas pelo uso: diz-se sempre *oito* e não *outo*; *Outubro*, *douto* e não *Oitubro*, *doito*.

Depois de *u* é rara a dissolução de *c* em *i*; todavia ha exemplos, como os acima citados—*escuitar*, *fruito*, que se encontram em Camões e são vigentes no Brazil.

Neste caso de dissolução, a voz precedente *u* converte-se por vezes em *o*: *aloitar*, *loitar* (em Portuguez antigo, no dialecto Gallego e ainda hoje no interior do Brazil) por *luctare*. (RIBEIRO, 1914, p. 160, grifos do autor)

Mais à frente, também na seção sobre *Etymologia*, encontramos os exemplos (5) e (6), nos quais as referências ao uso brasileiro do Português aparecem, respectivamente, em subseções que versam sobre o “estudo historico da conjugação regular portugueza” e sobre o “processo de formação dos verbos portuguezes”. Vejamos:

Exemplo (5):

2) Gerundio.

1.ª CONJUGAÇÃO	2.ª	3.ª	4.ª
<i>Cant</i> -ANDO	<i>Vend</i> -ENDO	<i>Part</i> -INDO	<i>P-on</i> -DO

O infinito gerundio portuguez é derivado da fórmula ablativa do gerundio latino *amando*, *monendo*, etc. (1)

(1) O gerundio latino, que é, por assim dizer, uma verdadeira declinação do nome verbal infinito presente, passou para o romanico na fórmula ablativa. Que o gerundio é o mesmo que o infinito presente acompanhado de preposição, prova-se pelas seguintes identicas phrases: *Vi-o chorando* (Brasil), *vi-o a chorar* (Portugal). (RIBEIRO, 1914, p. 210, grifos do autor)

Exemplo (6):

Por derivação⁷³, formam-se verbos:

1) de substantivos: de *trabalho*, *trabalhar*; de *dama*, *damejar*; (J. FERR., *Aul.*, 12 v); de *caminho*, *caminhar*; de *numero*, *numerar*; de *purpura*, *purpurar*; de *pavão*, *pavonear*; etc.

Galopar (Portugal) andar a galope; *galoppear* (Brazil) andar a galope, e tambem, com sentido transitivo, principiar a domar uma cavalgadura, montando-a pelas primeiras tres vezes. (RIBEIRO, 1914, p. 214, grifos do autor)

⁷³ Em *Traços geraes*, Ribeiro (1880, p. 49-50, grifos do autor) esclarece o sentido que dá quando usa o termo *derivação*. Vejamos: “A classificação nas linguas tem sido sempre genealogica, porque a chamada *derivação* outra cousa não é sinão a *filiação*”.

Como pôde ser visto, o processo de *evolução*, nos exemplos (4), (5) e (6), representado pela *variação lingüística* entre o Português de Portugal e do Brasil, não são sancionados por Ribeiro, ao contrário, o gramático fundamenta os mencionados usos brasileiros com *abonações históricas da língua*. Há, em cada exemplo, especificidades que merecem, pois, análises individualizadas.

No exemplo (4), devemos salientar o emprego do recurso acima mencionado, aliás, freqüentemente utilizado por Ribeiro em sua *Grammatica*. Isto ocorre quando o gramático comenta alguns usos vigentes à época, no Brasil, notadamente determinadas estruturas caras aos *caipiras* ou aos habitantes do *interior*. Tais usos, segundo se nota nas observações do gramático, existiam em outros períodos históricos do Português e sua permanência, *sincronicamente* observável na fala destes grupos, representa a preservação de resquícios históricos da língua.

Assim, ao analisar estas estruturas que não faziam mais parte da *sincronia* do Português e, tampouco, estavam previstas na *prescrição gramatical*, Ribeiro não as classifica como incorretas, apenas as circunscreve a um determinado grupo de falantes, como por exemplo, os *caipiras* ou os *brasileiros interioranos*.

As formas mencionadas por Ribeiro (1914, p. 160) neste exemplo são: *fruta*, *escuitar* e *loitar* (*aloitar*). Os dois primeiros termos são caracterizados como “fórma antiga e ainda usada no Brazil” salientando também que “se encontram em Camões e são vigentes [ainda] no Brazil”. Já quanto ao terceiro termo, o autor diz que é um vocábulo do “Portuguez antigo, [presente] no dialecto Gallego e ainda hoje [também presente] no interior do Brazil”.

Para explicar a presença destes termos em sua *sincronia*, Ribeiro recorre à história da língua, mostrando que tais formas podem ser explicadas ao se examinar algumas regras relativas à mudança fonética do Latim para o Português. No caso de *fruito* e *escuitar*, o gramático explica que houve nas formas latinas *fructu* e *ascultare*, respectivamente, a

“dissolução” do *c* e do *l* em *i*. Já quanto à *loitar* (*aloitar*), Ribeiro (1914, p. 160) diz que “neste caso de dissolução, a voz precedente *u* converte-se por vezes em *o*”. Aplicada esta regra, teríamos a seguinte *evolução* terminológica: *luctar* > *luitar* > *loitar*.

Com efeito, apesar de Ribeiro mencionar que tais vocábulos são característicos do Português antigo ou mesmo restritos ao interior do país, sua atitude de recorrer à história da língua para explicar, desenvolvidamente, sua permanência no uso do Português do Brasil, mostra a complacência de Ribeiro quanto às transformações/*evoluções* ocorridas no Português, desde que encontrem explicações históricas que as justifiquem.

No exemplo (5), Ribeiro (1914, p. 210, grifos nossos), ao falar do “infinito”, o divide em “infinito presente” e “infinito gerundio”. De acordo com o gramático, os portugueses preferem a primeira forma, ao passo que os brasileiros, a segunda. Tal escolha fazia os portugueses optarem por “Vi-o *a chorar*” e os brasileiros por “Vi-o *chorando*”. Ribeiro (1914, p. 210, grifos nossos) equipara valorativamente as duas construções, dizendo: “Que o *gerundio* é o *mesmo* que o *infinito presente* acompanhado de preposição, prova-se pelas seguintes *identicas phrases* [cita as duas frases acima mencionadas]”.

Como pôde ser visto no trecho deste exemplo, novamente a abonação de Ribeiro, quanto a um uso *sincronicamente* observável no Português do Brasil, vem da história da língua, justificada pelo processo de *evolução* do Latim para o Português.

Convém ainda destacar que esta observação de Ribeiro é atualíssima, uma vez que tais preferências permanecem inalteradas até hoje. Os portugueses continuam utilizando-se da construção [preposição + infinitivo] e os brasileiros, preferencialmente, continuam empregando o *gerúndio*.

Assim dito, passemos, então, ao exemplo (6), que é a próxima referência quanto aos diferentes usos do Português no Brasil e em Portugal e está localizada em uma subseção da *Grammatica* que estuda o “processo de formação dos verbos portuguezes”. Neste local,

Ribeiro (1914, p. 214, grifos do autor) diz que tal processo se dá por duas formas distintas: *derivação e composição*.

Do processo de *derivação*⁷⁴, o autor destaca a existência de duas formas *variantes* para o verbo *galopar*. Vejamos: “*Galopar* (Portugal) andar a galope; *galoppear* (Brazil) andar a galope, e também, com sentido transitivo, principiari a domar uma cavalgadura, montando-a pelas primeiras tres vezes”.

Relativamente ao exemplo acima destacado, podemos dizer que a posição de Ribeiro tende à *neutralidade* quanto às formas *variantes* do termo *galopar*, uma vez que além da descrição do processo em si, não há outros elementos no texto que indiquem a valorização ou a sanção do gramático quanto a uma delas.

Com efeito, se no âmbito *fono-morfológico* há complacência de Ribeiro quanto às mudanças motivadas pela *evolução* do Português, o mesmo não ocorre no que diz respeito à *sintaxe*.

Nesta seção da *Grammatica*, encontramos as únicas sanções que Ribeiro (1914, p. 262-264) faz, declaradamente, quanto aos usos brasileiros do Português. Tais reprovações aparecem sob a rubrica de “é erro vulgar”, “pecca-se contra este preceito” e “é erro comezinho”. Vejamos, então, o conteúdo destas críticas, nos exemplos (7), (8) e (9):

Exemplo (7):

Toda a palavra que serve de sujeito a um verbo põe-se em relação subjectiva. Como em Portuguez não se declinam os substantivos, a applicação desta regra só se torna patente quando o sujeito é um pronome substantivo, ex.: EU *vejo as arvores* - TU *queres pão*. Ha a notar as seguintes excepções: 1) O pronome substantivo sujeito de um verbo no infinito, dependente de um verbo no finito (chamam-se *finitos* os quatro modos, - indicativo, imperativo, condicional e subjunctivo), põe-se em relação objectiva, ex.: *Eu vi-O caminhar ás pressas* - *Deixa-O ir*.

Esta syntaxe, commum a varias linguas romanicas, é tomada directamente do Latim, em o qual o sujeito do verbo no infinito vai para o accusativo. E' erro vulgar no Brazil usar-se em casos taes da relação subjectiva: diz-se, por exemplo:

⁷⁴ Como já mencionamos anteriormente, para Ribeiro (1880), tal processo significa *filiação*.

Vi ELLE *caminhar ás pressas*. - *Deixa ELLE ir*. (RIBEIRO, 1914, p. 262, grifos do autor)

Exemplo (8):

Os pronomes substantivos, em relação adverbial, nunca podem servir de sujeitos, nem mesmo nas frases infinitivas que vêm depois de uma preposição. Em taes casos usa-se da relação subjectiva, ex.: *Esta laranja é para EU comer*.

Em certas zonas do Brazil pecca-se contra este preceito, dizendo-se: “*Para MIM comer*, etc”. (RIBEIRO, 1914, p. 263, grifos do autor)

Exemplo (9):

Toda a palavra que serve de objecto a um verbo põe-se em relação objectiva.

Como em Portuguez não se declinam substantivos, a applicação desta regra só se torna patente quando o objecto é representado por um pronome substantivo, ex.: *Eu o vejo* - *Queres-ME muito*.

Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo, é erro comezinho no Brazil, até mesmo entre os doutos: ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas: *Eu vi elle* - *Espere eu*. (RIBEIRO, 1914, p. 264, grifos do autor)

Com efeito, os exemplos (7) e (8) estão incluídos na seção em que Ribeiro (1914) trata do *sujeito*.

Em (7), Ribeiro (1914, p. 262) critica o uso brasileiro - “é erro vulgar no Brazil” – de não respeitar o que estabelece a sintaxe das línguas românicas, vinda diretamente do Latim, ou seja, haveria de se observar que “o sujeito do verbo no infinito vai para o accusativo”. Assim, teríamos, pela *prescrição*, a construção “*Deixa-o ir*” e não a opção, freqüente no Brasil, por “*Deixa **elle** ir*”.

Quanto ao exemplo (8), Ribeiro (1914, p. 263) opõe-se ao uso brasileiro – “pecca-se contra este preceito” – que, muitas vezes, opta por colocar os pronomes substantivos em relação adverbial como sujeitos da oração. Tal escolha faz com que se construam frases como a seguinte: “*Isto é para **mim** comer*”. De acordo com o autor, deve-se seguir a seguinte *prescrição*: “Em taes casos usa-se da relação subjectiva”, que resulta na alteração da frase acima para: “*Isto é para **eu** comer*”.

Já, em relação ao exemplo (9), o encontramos na seção destinada ao estudo do *objeto*. Novamente, Ribeiro (1914, p. 264) sanciona o uso brasileiro, mas, neste caso, observa que,

apesar de estar fora da *prescrição*, ele é utilizado “até mesmo entre os doutos”. A objeção feita pelo gramático refere-se à preferência dos brasileiros em “pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo”. Tal opção leva a construção de frases como: “Eu vi **elle** na rua”. A *prescrição gramatical*, por seu turno, aparece quando Ribeiro (1914, p. 264) lembra que “toda a palavra que serve de objecto a um verbo põe-se em relação objectiva”, instrução que nos leva a construir a mesma frase, porém, da seguinte forma: “Eu vi-o na rua”.

Com efeito, devemos destacar novamente a *atualidade* das observações feitas por Ribeiro relativamente ao Português do Brasil. Assim afirmamos, pois as construções fora da *prescrição*, mencionadas pelo autor, são, até hoje, realizadas e muito *produtivas* no Português do Brasil, notadamente em determinados estratos da sociedade.

Quanto às questões sintáticas levantadas por Ribeiro nos exemplos (7), (8) e (9), é preciso dizer que a despeito de a *norma culta* do Português continuar estabelecendo os mesmos referenciais expostos na *Grammatica*, pode-se ainda verificar, no Português do Brasil do século XXI, tal qual ocorreu com Ribeiro em seu tempo, os mesmos desvios ao que estabelece a *norma culta* quanto a esta questão. Em nossa *sincronia*, freqüentemente são verificados exemplos iguais aos arrolados por Ribeiro (1914), como: “Isto é para **mim** comer” ou “Eu vi **elle** na rua”.

Da mesma forma que faz Leite (2003), quando caracteriza Ribeiro em sua “tendência sociolingüística”, cabe aqui a devida menção quanto à *perspicácia* do autor na observação e descrição de especificidades do Português, característica, com efeito, relativamente escassa entre os gramáticos.

Esgotadas, pois, as análises dos trechos selecionados da *Grammatica* concernentes às diferenças do Português em Portugal e no Brasil, passemos, então, ao estudo dos trechos relativos às diferenças internas do próprio Português do Brasil.

Quanto às menções internas à *variante brasileira*, devemos destacar que elas são, em sua grande parte, referentes ao Estado de São Paulo, local em que Ribeiro vivia.

Esquemáticamente, temos oito destaques ao uso paulista do Português. Dentro deste grupo, há referências específicas ao falar *sorocabano* e aos *caipiras*. Em relação ao Estado de Minas Gerais, há três menções e, quanto à Bahia, apenas uma referência. Curiosamente, não encontramos nenhuma alusão ao falar do Rio de Janeiro, à época, capital do Império e importante Estado no que tangia aos estudos filológicos.

Assim dito, passemos em análise alguns trechos que tratam dos diferentes falares dentro do Brasil. Inicialmente, mostraremos os registros relativos a São Paulo.

No item 4.1.1 do presente capítulo, nas páginas 97 e 100, já analisamos passagens da *Grammatica* em que Ribeiro refere-se, respectivamente, à fala dos *caipiras de São Paulo* e à fala de *Sorocaba*. Nos quatro exemplos que ora examinaremos, dois fazem referência a grupos sociais específicos do Estado – os *caipiras* novamente e os *fazendeiros* – e dois são menções gerais a usos particulares do Português em São Paulo. Vejamos, então, os exemplos (10) e (11).

Exemplo (10):

A clausula substantivo começa sempre pela conjunção *que*, ou pela preposição *de*, ou por uma palavra interrogativa.

Nos escriptos classicos muitas vezes omite-se a conjunção *que*, ex.: “A grande reputação *que* Gil Vicente adquiriu entre seus contemporaneos e a celebridade *que* ainda hoje seu nome gosa entre os litteratos, junto á singularidade de suas obras, PARECE DEVERIAM ter animado a algum zeloso de nossa litteratura a emprehender uma nova edição deste nosso antigo escriptor (1)⁷⁵”.

Os caipiras de S. Paulo praticam frequentemente a mesma omissão, dizendo: PODIA ELLE VIESSE *hoje*, etc. (RIBEIRO, 1914, p. 232, grifos do autor)

Exemplo (11):

Em lugar do pronome da primeira pessoa do singular *eu*, usam os escriptores da fórmula da primeira pessoa do plural *nós*. O verbo vai para o plural; os adjectivos em relação attributiva ou predicativa com esse pronome ficam no singular, ex.: *Antes sejamos breve que*

⁷⁵ Esta numeração representa uma *nota de rodapé* feita por Ribeiro. Aqui procederemos a sua devida reprodução: (1) BARRETO FEIO, *Prologo á edição de Gil Vicente*.

prolixo.

Antigamente, dava-se geralmente o mesmo uso com o pronome da segunda pessoa; ainda hoje, neste Estado (S. Paulo), os velhos fazendeiros, conservadores tenazes dos habitos fidalgos de seus avós, usam de tal tratamento em relação aos inferiores a quem votam affecto. (RIBEIRO, 1914, p. 252, grifos do autor)

No exemplo (10), encontramos o mesmo processo de abonação já mencionado no presente capítulo, ou seja, para justificar um determinado uso *sincrônico*, Ribeiro recorre à *diacronia*. Tal retrospectão, como vimos, é feita quando o autor recorre a algum aspecto da *história da língua* ou quando menciona algum *escritor clássico* e importante do Português.

Com efeito, mesmo que utilizados em *sincronias* diferentes, Ribeiro (1914, p. 232) abona historicamente aquilo que observou no *uso* dos *caipiras* de São Paulo: a omissão da preposição *de* ou da conjunção *que* no início das “clausulas substantivos”. A justificativa para Ribeiro aceitar tal omissão pode ser encontrada no fato de que sua *vernaculidade* foi atestada pelos “escriptos clássicos [referência a Barreto Feio, quando de seu ‘Prólogo à edição de Gil Vicente’]”.

No exemplo (11), Ribeiro mostra novamente sua aguda observação – sua “tendência sociolinguística” – uma vez que por seu intermédio podemos ter informações sobre outro grupo social de seu tempo: os *fazendeiros* de São Paulo.

No entanto, quanto ao processo de abonação, não há mudanças em seu procedimento que é, efetivamente, o mesmo apresentado no exemplo (10) e em outros exemplos aqui já analisados.

Neste caso, Ribeiro (1914, p. 252) analisa um uso específico dos *escriptores* de sua época. Tal uso seria a opção destes que no “logar do pronome da primeira pessoa do singular *eu*, usam [...] da fórmula da primeira pessoa do plural *nós*”. Assim procedendo, os escritores colocavam o verbo no plural, porém “os adjectivos em relação attributiva ou predicativa com esse pronome [nós] ficavam no singular”. A aplicação deste recurso resulta em frases como: “Antes sejamos *breve* que *prolixo*”.

Ribeiro (1914), como pôde ser visto no excerto em questão, além da exposição em si de tal uso, não analisa este recurso empregado pelos *escritores*. Podemos inferir, no entanto, que esta construção é *estilística*, uma vez que a ausência de *concordância verbo-nominal*, na frase arrolada pelo gramático, é proposital.

Além dos *escritores*, Ribeiro (1914, p. 252) nos informa que este uso peculiar é também encontrado em um outro grupo social - os velhos *fazendeiros* de São Paulo - porém, neste caso, construído com a *segunda pessoa*.

Efetivamente, no caso dos *fazendeiros*, Ribeiro (1914, p. 252) explica que a permanência deste uso, em sua *sincronia*, deve-se ao fato de que tais fazendeiros são “conservadores tenazes dos hábitos fidalgos de seus avós”, uma vez que “antigamente, dava-se geralmente o mesmo uso com o pronome da segunda pessoa; [sendo que] ainda hoje, [está presente] neste Estado (S. Paulo)”. Ou seja, mais uma vez, o gramático justifica a *produtividade sincrônica* de uma determinada estrutura, pela sua existência *diacrônica*.

Assim dito, passemos, então, aos outros dois trechos em que são feitas referências ao Português de São Paulo. Como já mencionamos, estas menções são gerais ao Estado, não delimitando, assim, nenhum grupo específico.

No primeiro caso, Ribeiro (1914, p. 97), ao falar dos diminutivos familiares, mostra que há uma *variação lexical* entre São Paulo e Minas Gerais, quanto ao termo *senhora*. Os paulistas usam o diminutivo *nha*, ao passo que os mineiros optam pelo *sia*.

Quanto ao segundo caso, ainda referindo-se a uma *variação lexical* entre estes dois Estados, Ribeiro (1914, p. 162) menciona que os termos *diabo* e *diacho*, além destas duas formações, encontram equivalentes em São Paulo sob a forma de *dianho* e, em Minas Gerais, como *dialho*.

Finalmente, encerrando as análises dos trechos relativos às diferenças internas do Português do Brasil, destacamos que Ribeiro, ao falar a respeito das *partículas negativas*, exemplifica um caso de *uso* comum aos Estados da Bahia e, novamente, de Minas Gerais.

Na *prescrição gramatical*, Ribeiro (1914, p. 300, grifos do autor) assevera que: “*Não* é a palavra de negação perfeita, ex.: NÃO *posso* – NÃO *dou* – NÃO”. Porém, em seguida, ao comentar a *prescrição* que acabara de fazer, o gramático destaca existir, nos mencionados Estados, o processo de duplicação do *não*. Vejamos: “Em algumas províncias do Brasil, como Bahia, Minas *não* duplica- se ex.: NÃO *posso*, NÃO. NÃO *dou*, NÃO”.

5. Considerações finais

Esta Dissertação visou a contribuir com os estudos acerca do Português do Brasil. Para levar a cabo tal tarefa, utilizamos como *corpus* a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, uma vez que este compêndio foi o primeiro que se ocupou em *gramatizar* a variante brasileira do Português. Neste sentido, também devemos lembrar que Leite (2005a) aponta para o fato de ter sido Ribeiro o primeiro gramático a registrar, em seu texto, marcas da *hiperlíngua* brasileira.

Para o desenvolvimento deste estudo, realizamos, no capítulo dois⁷⁶, a fortuna crítica a respeito dos estudos de Júlio Ribeiro, cumprindo, assim, a tarefa de contextualizá-lo em nosso cenário gramático-filológico. Com efeito, pudemos apurar que todos os comentadores da *Grammatica* - a despeito das diferentes abordagens realizadas - a consideram um marco divisor em nossa gramaticografia. Verificamos que tal deferência se deve a um fato destacado por todos: a mudança na teoria gramatical promovida por Ribeiro.

Desta forma, podemos afirmar que Ribeiro promoveu um verdadeiro corte epistemológico quanto à tradição gramatical brasileira, uma vez que o autor negou os principais valores apregoados pelo modelo racionalista, representado, fundamentalmente, pela *Gramática de Port-Royal* e por todas as *gramáticas particulares* que nela se inspiraram, como foi o caso, no Português, das chamadas *Gramáticas Filosóficas*.

No capítulo 3, estudamos, justamente, este cenário de ruptura epistemológica. Para tal, vimos como o modelo racionalista tratava o processo lingüístico e ali investigamos a respeito do porquê não ter havido, por parte das *Gramáticas Filosóficas* do Português publicadas até então em solo nacional, o devido registro das já abundantes marcas específicas de nossa

⁷⁶ Lembramos que o Capítulo 1 constitui a *Introdução* da presente Dissertação.

variante lingüística. Ou seja, investigamos o motivo pelo qual estas gramáticas não se ocuparam de *gramatizar* o Português do Brasil.

No modelo gramatical racionalista, a *língua* é relacionada à *razão* (*ratio*), ao *pensamento*. Desta forma, os objetivos e a condução das análises, feitas no âmbito deste modelo, estão apontadas no sentido de explicar os processos abstratos que ocorrem em nosso *pensamento*, em nossa *razão*, para que assim sejam produzidos os enunciados que observamos empiricamente (*usus*). Há, nesta visão racionalista, a primazia da parte *espiritual/racional* (a essência) da *língua*, sobre a parte *concreta* (sua representação).

Desta investigação pudemos apurar, também, que as *gramáticas particulares do português*, além de serem fundamentadas doutrinariamente no *Racionalismo da Gramática de Port-Royal* – também chamada de *Gramática Geral* – mantêm a influência do modelo gramatical *prescritivista*, de base greco-latina.

Quanto a esta dupla vinculação, consideramos ser o fator que desfavoreceu a ocorrência de *gramatização* do Português do Brasil, somente realizada em 1881, quando da publicação do primeiro compêndio gramatical fundamentado no *histórico-comparativismo*, ou seja, a *Grammatica*, de Ribeiro.

Tal ausência em relação a nossa variante lingüística, se vista pela presença do modelo *prescritivista*, é explicada por este ser, fundamentalmente, calcado na prescrição de uma determinada *norma culta*, que, no caso do Português do Brasil, sempre esteve sob forte influência dos referenciais lingüísticos *lusitanos*.

Por outro lado, podemos também explicar esta ausência de registros de nossa variante, nas *Gramáticas Filosóficas* brasileiras, pela influência do *Racionalismo*, que mesmo no caso de uma gramática de *usus* e, portanto, podendo registrar o *uso* brasileiro do Português, havia a necessidade de que este *usus* estivesse submetido a uma *ratio*. Como pôde ser visto, além da restrição *normativa* já mencionada, nossos gramáticos filosóficos, por não indicarem em seus

compêndios aquilo que observavam empiricamente quanto ao Português do Brasil, indicam não atribuir ao nosso *usus*, uma *ratio* correspondente.

Finalmente, no capítulo 4, seguimos o estudo da ruptura epistemológica, porém, nesta seção, ficamos mais restritos à análise de como Ribeiro introduziu, em nossa gramaticografia, o modelo *naturalista* de estudo da língua.

Verificamos que a tese central de Ribeiro é de que *língua* é um organismo vivo – que nasce, cresce, desenvolve-se e morre – carecendo, desta forma, de um tratamento e de um estudo de ordem *biológica*. Esta visão tem conseqüências profundas em seu pensamento e em sua *Grammatica*, já que o olhar *empírico* do *Naturalismo*, não coaduna com o *Racionalismo* presente na *Gramática Filosófica*.

Pudemos verificar, também, que esta ação de Ribeiro altera os critérios lingüístico-gramaticais de *cientificidade*, fazendo com que os referenciais de valor fossem alterados. Desta forma, as considerações *espirituais/ racionais* que no modelo anterior tinham primazia, perdem sua relevância, uma vez que no *Naturalismo* os referenciais de *cientificidade* estão pautados no *Empirismo*, ou seja, naquilo que está acessível à *observação* e que pode, portanto, ser *provado empiricamente*.

Vimos que ao se vincular doutrinariamente ao *Naturalismo*, Ribeiro faz uso pioneiro da *Gramática Histórico-Comparada* no Brasil, uma vez que este modelo lhe permitia um trabalho *empírico* mais amplo com o Português. Ribeiro, que criticava os raciocínios que levavam em conta a relação da *língua* com a *razão*, encontrou nos estudos *históricos* e/ou *comparados* a concretude teórica e também metodológica que sentia falta na *Gramática Filosófica*.

Em relação ao estudo do *empírico*, pudemos compreender o uso que Ribeiro fez do Positivismo, de Comte. Nesta doutrina - tanto a *observação* dos fenômenos, bem como sua *análise* - são de fundamental importância.

Ainda no capítulo 4, explicamos que - no bojo das teorias naturalistas - Ribeiro formou uma visão *Evolucionista-darwinista* da língua, doutrina que considerava a *evolução* algo intrínseco e constante ao organismo. Ribeiro aplica nas línguas aquilo que lera em Darwin sobre a *evolução das espécies*, transpondo este olhar evolutivo para as línguas, especificamente, para o Português. Um exemplo disto são as 22 páginas do capítulo IV - de seu *Traços geraes* - intitulado *evolução linguística*, local em que Ribeiro mostra o aproveitamento teórico que fez do naturalista inglês. Nestas páginas, quando o gramático explica como a *evolução* age nas línguas, pudemos encontrar um modelo explicativo para a idéia de *mudança e variação lingüística*: os *dialetos*. Ribeiro ali destacou que da mesma forma que as *espécies* têm suas *variedades*, as *línguas* tem seus *dialetos*.

Quanto à relação do Latim e do Português, Ribeiro afirma ser de *mãe e filho* - ou seja, de *língua e dialeto*, respectivamente - mostrando historicamente a comprovação deste *parentesco*. Ainda, como pudemos ver, Ribeiro destaca que o Português é um *galho do tronco* geral que é o Latim, tanto quanto o são as demais línguas neolatinas.

Em relação ao Português de Portugal e o Português do Brasil, Ribeiro não se manifesta da mesma forma que fez quanto ao Latim e o Português, mas sim, ao dizer a *evolução linguística* é algo constante e inexorável, pensamos estar em curso, exatamente, o processo de *evolução* em relação à variante brasileira.

Destacamos, por fim, que a despeito de Ribeiro ter rompido com o *Racionalismo* e ter adotado o *Naturalismo*, permanece, em sua *Grammatica*, o modelo *Prescritivista*. A presença destes dois modelos faz com que Ribeiro utilize-se de dois diferentes referenciais: a *norma culta*, por influência do *prescritivismo* e o processo de *vida e evolução* das línguas, pela sua relação com o pensamento *naturalista-evolucionista*.

A condescendência do gramático com determinados *usos* que não estavam exatamente *prescritos* na *norma culta* pode ser vista como a aceitação de Ribeiro quanto à *fatal* lei da

evolução linguística, contra qual ele nada poderia fazer. Nestes casos, Ribeiro acatou e registrou, em seu texto, aquilo que tributara a um processo intrínseco da própria língua, de sua natural *evolução*. Em outros momentos, Ribeiro assume o papel *restritivo* característico do *prescritivismo* e estabelece aquilo que está *certo* e aquilo que está *errado*.

Há, portanto, quanto às posições gramaticais de Ribeiro, oscilação entre uma “aceitação *evolutiva*” e uma “restrição *normativa*”. Tal aceitação *evolutiva*, com efeito, abriu espaço para que Ribeiro registrasse, em sua *Grammatica*, marcas do Português do Brasil relativas à *hiperlíngua* brasileira.

Referências bibliográficas

1. Fontes primárias

RIBEIRO, Julio. **Traços geraes de linguistica**. São Paulo: Abilio A. S. Marques – Editor, 1880.

_____. **Grammatica portuguesa**. 1. ed., São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.

_____. **Questão grammatical**. São Paulo: Typ. J. Lousada & Comp, 1887.

_____. **Grammatica portuguesa**. 12. ed., Rio de Janeiro/ São Paulo/ Bello Horizonte: Livraria Francisco Alves & C, 1914.

2. Fontes secundárias

ARNAULD; LANCELOT. **Gramática de Port-Royal**. Tradução e prefácio Bruno F. Bassetto; Henrique G. Murachco, 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001[1. ed. 1660].

BRAGA, Theophilo. **Grammatica portugueza elementar**. Porto: Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1876.

COELHO, F. Adolpho. **A lingua portugueza**: noções de glottologia geral e especial portugueza. Porto: Magalhães & Moniz Editores, 1881.

FREIRE DA SILVA, Augusto. **Compendio da grammica portugueza**. 2. ed., São Paulo: Typ. do Frias, 1875.

_____. **Compendio da grammica portugueza**. 6. ed., São Paulo: Typ. da Empreza Litteraria e Typographica, 1891.

_____. **Grammatica portugueza**. 9. ed., São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & Comp., 1906.

MACIEL, Maciel. **Grammatica descriptiva**. 12. ed., Rio de Janeiro/ São Paulo/ Bello Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1931.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática expositiva**: curso superior. 102. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

REIS, Francisco Sotero dos. **Grammatica portugueza**: accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica. 3. ed., Maranhão: Livraria de Magalhães & C., 1877.

SILVA JUNIOR, M. Pacheco da. **Grammatica historica da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Typ. a Vapor de D. M. Hazlett, 1878.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 4. ed., São Paulo: Edições Saraiva, 1956.

SOARES BARBOSA, Jeronymo. **Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem**. 6. ed., Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1875.

3. Estudos

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

_____. *A hiperlíngua e a externalidade da referência*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 241-251.

_____. **La raison, le langage et les normes**. Paris: PUF, 1998a.

_____. *Língua e hiperlíngua*. **Língua e instrumentos lingüísticos**, Campinas, v. 1, p. 17-30, jan./jun. 1998b.

_____. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998c.

_____.; ORLANDI, Eni Puccinelli.; MAZIÈRE, Francine. **Langages**: l'hyperlangue brésilienne, Paris, v. 130, jun. 1998d.

ARAÚJO, Antônio Martins. **A herança de João de Barros e outros estudos**. São Luís: Edições AML, 2003.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de estudos lingüísticos**, Campinas, v. 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.

BASSETTO, Bruno F.; MURACHCO, Henrique G. Murachco. Prefácio à edição brasileira. In: ARNAULD; LANCELOT. **Gramática de Port-Royal**. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001[1. ed. 1660].

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes/ Editora da Unicamp, 1995 [1. ed. 1956].

BRANCO, Samuel Murgel. **Evolução das espécies**: o pensamento científico, religioso e filosófico. 4. ed., São Paulo: Moderna, 1996.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **História da lingüística**. Petrópolis: Vozes, 1975.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. A lingüística brasileira. In: NARO, Anthony Julius (Org.). **Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 47-66.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. Os estudos de português no Brasil. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão (Org.). **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004 [1. ed. 1972], p. 231-258.

CARDOSO, Simão. A gramática latina no século XVI: as “partes orationis” na gramática do Pe. Manuel Álvares (1572) e na *Minerva* de Sanctius (1587). **Revista da Faculdade de Letras “Línguas e Literaturas”**, Porto, v. XVII, p. 159-172, 1995.

CASASSANTA, Mário. **Júlio Ribeiro e Maximino Maciel**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

CASTELEIRO, João Malaca. Jerónimo Soares Barbosa: um gramático racionalista do século XVIII. **Boletim de filologia**, Lisboa, v. XXVI, fasc. 1-4, p. 101-110, 1981.

CASTILHO, Ataliba T.. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. São Paulo: Ática, 1999, p. 237-269.

CAVALIERE, Ricardo. **Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira**. Niterói: EdUFF, 2000.

_____. Uma proposta de periodização dos estudos lingüísticos. **Confluência**, Rio de Janeiro, vol. 23, p. 102-119, 1º sem. 2002.

_____. Dois textos precursores dos estudos lingüísticos no século XIX. **Revista Portuguesa de Humanidade**, Braga, v. 8 – ½, p. 89-98, 2004.

_____. A corrente racionalista da gramática brasileira no século XIX. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, 15., 2008, Montevideú. Texto a ser publicado nos Anais do Congresso.

COSERIU, Eugenio. **Tradição e novidade na ciência da linguagem**. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/ EDUSP, 1980.

_____. **Lições de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 2004.

CHOMSKY, Noam. **Lingüística cartesiana**: um capítulo da história do pensamento racionalista. Petrópolis/São Paulo: Vozes/EDUSP, 1972.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. O discurso da gramática. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA, 15., 2008, Montevideú. Texto a ser publicado nos Anais do Congresso.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. Tradução Eduardo Fonseca. São Paulo: Hemus, [1981?] [1. ed. 1859].

DORNAS FILHO, João. **Júlio Ribeiro**. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira Ltda, 1945.

ELIA, Silvio. **Ensaio de filologia e lingüística**. São Paulo: Grifo, 1975.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 37-61.

_____. Estudos pré-saussurianos. In: BENTES, Anna Christina e MUSSALIM, Fernanda (Orgs.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 27-52.

_____. **Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Parábola, 2005.

FÁVERO, Leonor. O saber da língua: gramáticas do século XIX. **Estudos de história da língua portuguesa**, Frankfurt am Main, vol. 7, p. 231-241, 1999.

_____. A produção gramatical brasileira no século XIX – da gramática filosófica à gramática científica. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000, p. 181-191.

_____. A *Grammatica portugueza* de Júlio Ribeiro. **Revista da ANPOLL**, São Paulo, v. 13, p. 73-88, jul./ dez. 2002.

_____. ; MOLINA, Márcia A. Guedes. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FIGUEIREDO, Antonio Joaquim de. **Resenha breve das idéias gramaticais, dos gregos aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1957.

FORTES, Herbert Parentes. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1956.

_____. **A questão da língua brasileira**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1957.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996a, p. 127-138.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. Identidade linguística. In: _____ (orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996b, p. 9-15.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes, 2004.

HACKEROTT, Maria M. Saraiva. **A passagem da Minerva para a Gramática geral na história da gramática portuguesa: uma mudança de conceitos gramaticais?**. 1994. 226 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

HOVELACQUE, Abel. **La linguistique: histoire naturelle du langage**. 5. ed., Paris: Ancienne Librairie Schleicher/ Alfred Costes Éditeur, 1922.

ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. São Paulo: Ática, 1999.

IRMÃO, José Aleixo. **Júlio Ribeiro**. Sorocaba: Edição do Autor, [198-?].

KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 2003 [1.ed. 1969].

LEITE, Marli Quadros. **Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro**. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. O espaço da interação autor/leitor na gramática tradicional: um estudo de caso. In: PRETI, Dino (Org.). **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2003, p. 227-252.

_____. *A hiperlíngua* brasileira na construção da norma gramatical: um estudo de gramáticas do século XIX. **Estudios portugueses**, Salamanca, v. 5, p. 103-112, 2005a.

_____. Variação lingüística: dialetos, registros e norma lingüística. In: SILVA, Luiz Antônio da (Org.). **A língua que falamos: português - história, variação e discurso**. São Paulo: Globo, 2005b, p. 183-210.

_____. **O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma**. São Paulo: Humanitas/Paulistana, 2007a.

_____. Anotações sobre dois autores brasileiros do século XIX: Júlio Ribeiro e João Ribeiro. Texto inédito, 2007b.

LEROY, Maurice. **As grandes correntes da lingüística moderna**. São Paulo: Cultrix, 1977.

LYONS, John. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1979.

LOPES, Edward. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 2001.

MACIEL, Maciel. Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa. In: _____. **Grammatica descriptiva**. 12. ed., Rio de Janeiro/ São Paulo/ Bello Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1931, p. 499-508.

MALMBERG, Bertil. **As novas tendências da lingüística: uma orientação à lingüística moderna**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

MOUNIN, Georges. **História da linguística: das origens ao século XX**. Porto: Edições Despertar, 1970.

MULLER, Max. **La ciencia del lenguaje**. Buenos Aires: Editorial Albatros, 1944.

NASCENTES, Antenor. **Estudos filológicos**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003 [1. ed. 1939].

NEVES, Maria Helena de Moura. Heranças: a gramática. In: BASTOS, Neusa Barbosa. **Língua portuguesa: uma visão em mosaico**. São Paulo: EDUC, 2002, p. 43-52.

ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **História das idéias lingüísticas**: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Cáceres/Campinas: UNEMAT Editora/Pontes, 2001.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Lingüística Histórica. In: Claudia Pfeiffer; José Horta Nunes. (Orgs.). **Introdução às Ciências da Linguagem**: Língua, Sociedade e Conhecimento. Campinas: Pontes, 2006, v. 3, p. 11-48.

PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil**: textos críticos e teóricos 1-1820/1920-fontes para teoria e história. São Paulo: EDUSP, 1978.

ROBINS, R. H.. **Pequena história da lingüística**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1983.

SAPIR, Edward. **Lingüística como ciência**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de lingüística geral**. Tradução Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 23. ed., São Paulo: Cultrix, 2001[1. ed. 1916].

SCHLEICHER, August. **Les langues de l'europe moderne**. Paris: Ladrangue/Garnier, 1852.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. Palavras necessárias. In: _____. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 4. ed., São Paulo: Edições Saraiva, 1956, p. 5-8.

SODRÉ, Néelson Werneck. **O naturalismo no Brasil**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

SWIGGERS, Pierre. Reflections on (Models for) linguistic historiography. In: WERNER, Hüllen (ed.) **Understanding the historiography of linguistic**: problems and projects. Symposium at Essen, 23-25 nov 1989. Münster: Nodus, p. 21-34, 1990.

THONSEN, Guillermo. **Historia de la lingüística**. Barcelona: Editorial Labor, 1945.

4. Dicionários

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosi; revisão e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AUROUX, Sylvain e WEIL, Yvonne. **Dicionário de filosofia**. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Edições ASA, 1997.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática**. 13. ed., Petrópolis: Vozes, 1986.

COTTINGHAM, John. **Dicionário Descartes**. Tradução Helena Martins; revisão técnica Ethel Alvarenga; consultoria Raul Landim. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 2001.

HOUAISS Dicionário eletrônico da língua portuguesa. Versão 2.0a: Editora Objetiva, 2007. 1 CD-ROM.

HUISMAN, Denis. **Dicionário dos filósofos**. Tradução Claudia Berlinder; Eduardo Brandão; Ivone C. Benedetti; Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. Tradução Fátima Sá Correia; Maria Emília V. Aguiar; José Eduardo Torres; Maria Gorete Torres. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. Tradução Antônio José Massano; Manuel Palmeirim; texto preparado por Eduardo Garc A. Belsunce e Ezequiel Olaso. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

5. Obras de história e filosofia

BENOIT, Lenita Oliveira. **Augusto Comte**: fundador da *física social*. São Paulo: Moderna, 2002.

CHACON, Vamireh. **História das idéias sociológicas no Brasil**. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1977.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva/ Discurso sobre o espírito positivo/ Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo/ Catecismo positivista**. Tradução José Arthur Giannotti; Miguel Lemos, São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

CRUZ COSTA, João. **Contribuições à história das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

DESCARTES, René. **Discurso do método/ Meditações/ Objeções e respostas/ As paixões da alma/ Carta**. Tradução J. Guinsburg; Bento Prado Júnior, 2. ed, São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

DURANT, Will. **História da filosofia**. 12. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 3. ed., Coimbra: Arménio Amado Editor, 1964 [1926].

GIANNOTTI, José Arthur. Comte: vida e obra. In: COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva/ Discurso sobre o espírito positivo/ Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo/ Catecismo positivista**. Tradução José Arthur Giannotti; Miguel Lemos, São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. **Descartes**: a metafísica da modernidade. São Paulo: Moderna, 2001.

PADOVANI, Umberto e CASTAGNOLA, Luís. **História da filosofia**. 8. ed., São Paulo: Edições Melhoramento, 1970.

PENHA, João da. **Períodos filosóficos**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

ANEXOS

ANEXO A – REFERÊNCIAS AO DARWINISMO EM *TRAÇOS GERAES DE LINGUISTICA*⁷⁷

Quadro da theoria da evolução (2)⁷⁸

LEIS EM QUE SE FUNDA A THEORIA
1) Lei da reproducção ; 2) lei das correlações de crescimento ; 3) lei da hereditariedade ; 4) lei da progressão geometrica das especies ; 5) lei da constancia das fôrmas em relação á estructura.
FUNDAMENTO DA THEORIA
1) Luta pela vida contra o clima ; 2) luta pela alimentação ; 3) vantagem da fecundidade ; 4) relações mutuas entre os seres organisados.
A THEORIA
<i>I – Causas da selecção natural</i>
1) O clima ; 2) a alimentação ; 3) o exercicio e o habito ; 4) a posse das femeas ; 5) as relações mutuas entre os seres organisados.
<i>II – Consequencias da selecção natural</i>
§1º - Historia Natural
1) Divergencias de kharacteres ; 2) extincção das especies ; 3) as especies extinctas não reapparecem mais ; 4) os terrenos intermediarios devem conter especies intermediarias ; 5) em um paiz isolado as especies actuaes devem descender das especies fosseis.
§2º - Philosophia Zoologica
1) A natureza não dá salto ; 2) a unidade de plano ou de typo ; 3) a lei das condições de existencia ; 4) o progresso organico.

⁷⁷ Cf. RIBEIRO, 1880, p. 39-61.

⁷⁸ Este número se refere a uma nota de rodapé, a qual reproduzimos: “Apresento só o quadro da theoria darwinica da evolução, porque, além de não permittir-me explanações o espaço de que disponho, tem o assumpto de ser tractado em volume especial da *Bibliotheca Util.*”

<i>III – Factos explicados pela selecção natural</i>
1) Distribuição geographica dos seres organisados ; 2) organs rudimentarios ; 3) persistencia dos typos inferiores ; 4) desenvolvimento recorrente.
<i>IV – Classificação genealogia</i>
Comunidade de origem provada 1) pela constancia da estrutura ; 2) pelos vestigios da estrutura primordial ; 3) pela uniformidade de um conjuncto de kharacteres ; 4) pela cadeia de affinidades existente ou reconstruida.

ANEXO B – REFERÊNCIAS AO DARWINISMO NA *GRAMMATICA PORTUGUEZA*

Ribeiro (1914, p. 153-154) reproduz um quadro comparativo - extraído do livro *Le darwinisme*, de Èmile Ferrière, p. 121-123 - em que o autor confronta a semelhança entre as *espécies* e as *línguas*.

A SELECÇÃO

<i>nas especies</i>	<i>nas linguas</i>
1) <i>As especies têm suas variedades, obra do meio ou de causas physiologicas.</i>	1) <i>As línguas têm seus dialectos, obra do meio ou dos costumes.</i>
2) <i>As especies vivas descendem geralmente das especies mortas do mesmo paiz</i>	2) <i>As linguas vivas descendem geralmente das linguas mortas do mesmo paiz.</i>
3) <i>Uma especie em um paiz isolado passa por menos variações.</i>	3) <i>Uma lingua em um paiz isolado passa por menos variações.</i>
4) <i>Variações produzidas pelo cruzamento com especies distinctas ou estrangeiras.</i>	4) <i>Variações produzidas pela introdução de palavras novas, devidas ás relações exteriores, ás sciencias, á industria.</i>
5) <i>A superioridade das qualidades phisicas que asseguram a victoria dos individuos de uma especie, causa da selecção.</i>	5) <i>O genio litterario e a instrucção publica centralizada, causas da selecção.</i>
6) <i>A belleza da plumagem ou a melodia do canto, causa da selecção.</i>	6) <i>A brevidade ou a euphonia, causa da selecção.</i>
7) <i>Lacunas numerosas nas especies extinctas.</i>	7) <i>Lacunas numerosas nas linguas extinctas.</i>
8) <i>Probabilidades de duração de uma especie em o numero dos individuos que a compõem.</i>	8) <i>Probabilidades de duração de uma lingua em o numero dos individuos que a fallam.</i>
9) <i>As especies extinctas não reapparecem mais.</i>	9) <i>As linguas extinctas não reapparecem mais.</i>
10) <i>Progresso nas especies pela divisão do trabalho physiologico.</i>	10) <i>Progresso nas linguas pela divisão do trabalho intelectual.</i>

CLASSIFICAÇÃO GENEALOGICA

<i>nas especies</i>	<i>nas linguas</i>
1) <i>Constancia de estructura; orgams de alta importancia physiologica; orgams de</i>	1) <i>Constancia de estruturas; radicaes de alta importancia; flexões de importancia variada.</i>

<i>importancia variada</i>	
2) <i>Vestigios de estructura primordial; orgams rudimentares ou atrophiados: estructura embryonaria.</i>	2) <i>Vestigios de estructura primordial; letras rudimentares ou atrophiadas: phase embryonaria.</i>
3) <i>Uniformidade de um conjuncto de caracteres.</i>	3) <i>Uniformidade de um conjuncto de caracteres.</i>
4) <i>Cadeia de afinidades nas especies vivas ou extinctas.</i>	4) <i>Cadeia de afinidades nas linguas vivas ou extinctas.</i>